

Perfis Biográficos
de Camilo Castelo Branco

O Visconde de Ouguela – D. António Alves Martins – O General Carlos Ribeiro

O Visconde de Ouguela

À Ilustríssima e Excelentíssima Senhora

Viscondessa de Ouguela

Oferece

com reverente amizade e entranhada gratidão

Camilo Castelo Branco

O «Diário de Notícias» de 16 de Novembro de 1872 conta, em linguagem singela, um lance que tem grandeza na expressão silenciosa das lágrimas dos pobres.

Diz assim:

«Quando veio a última leva de presos da relação do Porto para o Limoeiro, mais de trinta mulheres que os acompanhavam choravam a sua sorte, e a de seus filhos, e maridos ou irmãos, e lastimavam-se por terem fome, pois haviam vindo toda a viagem sem alimento algum. A senhora viscondessa de Ouguela, que vinha descendo dos quartos, onde seu marido está preso, vendo aquele infortúnio, mandou dar uma farta esmola a essas desgraçadas para alimentos, e pousada, e a algumas para ajuda das despesas no regresso fia terras de sua naturalidade.»

Em nome daqueles filhos, e maridos, e irmãos degradados, esquilidos e famintos; – em nome daquelas mulheres aflitas que chamaram irmãos, filhos, e maridos a esses desgraçados sem culpa de haverem nascido, deponho aos pés de V. Ex^a este livro, se há nele, sequer; um pensamento que descondense a tristeza escura que envolve a alma de V. Ex^a tão excrucitada por angústias de mãe e esposa.

Eu não me afoitaria a solicitar de V. Ex^a a mercê de me aceitar esta dedicatória, se houvesse maculado o livro com uma página artilosa.

Não pude dizer da nobre alma do visconde de Ouguela quanto V. Ex^a sabe. Creio até que há infelizes e há ingratos que sabem mais do que eu das virtudes dele, cuja afabilidade do viver intimo revelou-ma V. Ex^a no silêncio doloroso com que a vi contemplá-lo no cárcere.

A compensação das amarguras de hoje, minha Senhora, há-de dar-lha a sociedade, quando o visconde de Ouguela, esquecendo o ultraje de antigos amigos e inimigos novos, voltar ao altar das ideias sacrossantas com as vestes impolutas do sacerdócio que tão egregiamente exercitou.

Porto, 2 de Dezembro de 1872.

PREFÁCIO

Relembra tudo que é da infância quando a vida nos vai no cabo. À beira do túmulo vêm as saudades do berço. Compraz-se aí a alma lagrimosa em se andar a despedir amorosamente das nublosas imagens que se lhe refulgem com o alvor das primeiras primaveras.

A meu lado, no banco da escola de primeiras letras, em Lisboa, por 1834, sentavam-se dois meninos, filhos de um amigo de meu pai. Estou vendo, além, para lá da cerração de trinta e oito, anos, aquelas duas crianças loiras e formosas, pedindo comigo a Deus que nosso mestre, o sr. João Inácio Luís Minas Júnior, fosse para a guerra.

Porque o nosso professor era guerreiro por aqueles tempos. Com uma das mãos na palmatória e outra na espingarda, acudia pelo decoro do Lobato e pela restauração da monarquia representativa. Nas batarias do campo de Ourique devia de ser um bravo João Inácio; e, no gineceu modestíssimo da rua dos Calafates, era um apaixonado fautor da religião do participio, e das outras não menos respeitáveis partes da oração. Isto vai há muitíssimos anos era num tempo em que se aprendia sintaxe.

Dos dois meus condiscípulos, um chamava-se Carlos, o mais novo dos dois, que tinha então seis anos.

Daquela criança estou bosquejando hoje um perfil de biografia. Vai nisto o que quer que seja para cismar e entristecer. É a poesia melancólica – o funesto condão dos homens que vivem muito da vida intuspectiva.

Naquele ano de 1834 nos apartámos. Meu pai morreu. E, como eu já não tivesse mãe nem fosse inteiramente pobre, a desgraça deparou-me parentes em Trás-os-Montes onde vim a entender que não há lágrimas bastantes a deplorarem o destino de um órfão, com oito anos de idade, e as faces quentes e húmidas dos últimos beijos e das últimas lágrimas de seu pai.

Os dois rapazinhos, que deviam ter-se esquecido ao separarem-se em 1835, encontram-se, catorze anos depois, e entrelembam-se.

Mais tarde vi o meu condiscípulo exalçado ao posto de grandes nobilitações, com o louro do talento enraçado na coroa de visconde.

Neste encontro não se admirou o meu ânimo, atreito a espantar-se das borboletas que se desatam a voar de larvas nauseabundas. Carlos Ramiro Coutinho enobrecera com as suas insígnias fidalgas tanto a si quanto aos seus cooperadores nas lides do espírito, demonstrando que, algumas vezes, era concedido ao entendimento medir-se ombro por ombro com os argentários que ontem despiram o albornoz surrado do moderno judeu, e vestiram hoje a casaca arreada de veneras, para amanhã incitarem os governos a atagantarem a plebe, *recostados nos sofás, para onde se atiraram de cima do tamborete de couro ou da cadeira de pinho*, consoante o frasear grandioso do sr. Alexandre Herculano.¹

Raras vezes nos aproximou o acaso; todavia, qualquer que fosse a tibieza da minha fé em cordialidades de homens abastados, no aperto de mão e sorriso afectuoso e lhaneza de trato do visconde de Ouguela, havia um tácito queixume da minha desconfiança.

Quando, há três meses, se abriu uma sepultura para lhe receber dos braços a enteada, estremecida como filha, e ao mesmo tempo se lhe fechavam os ferrolhos do cárcere, debuxou-se em minha alma o amaríssimo transe daquela família. Escrevi-lhe

¹ PRÓLOGO da *Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, pág. VII.

então, porque prezo em dobro os meus amigos, se eles resvalam da sua invejada fortuna a umas dores que ninguém inveja e raros respeitam. Quando são virtual ou ostensivamente felizes, chego a esquecê-los, não por inepto orgulho, mas por sentir que lhes não sirvo de nada. Se sei que eles sofrem, tiro do coração as riquezas que lá tenho amealhadas – lágrimas condensadas em não sei que pensamentos com que alguma vez tenho logrado auxiliar a reanimação de alentos desfalecidos. Conta-se este sestro sem presunção, porque sei que ninguém me há-de cobiçar o predicado, nem eu o inculco em foro de coisa prestadia ao amanhã dos negócios de sujeitos atinados. Pelo ordinário, desse affecto extremoso a pessoas oprimidas pelas maiorias, ressurtam-me ódios e injúrias. É isso perdoável e muito consoante à natureza humana. Toda a gente reflexiva procede com juízo, deixando que a lei decida desassombadamente dos que lhe deslizaram às presas por imprudência suspeita de crime ou por catástrofe que despedaçou primeiro o peito e o cérebro do delinquente. E é como deve ser. Eu, porém, que devia também ser escoreito e são, e me vejo aleijado pelas pancadas da calúnia, não posso ir, no caminho da vida, direito como vão os outros. Se acerto de encontrar na estrada de ruim piso algum amigo que tropeçou, começo de lhe dizer tudo que sei da divina filosofia da paciência para lhe mitigar não tanto a dor da queda, como o sentimento das afrontas que desabam sobre todo o homem caído. O bando de fundibulários, que ressaltam e apedrejam no couce do infortúnio, isso é que é atroz. Um homem, que o sabe ser, põe peito à desgraça, e raro se lhe dobra; mas demanda insigne valentia isto de sacudir das costas as farpas da gentalha que engravatou o pescoço nas guarda-roupas dos perseguidores poderosos.

Ainda bem! O visconde de Ouguela, sereno e nobremente conformado com o papel de personagem temeroso que lhe distribuiu a maldade aliada ao susto, não dá lanço às condolências dos amigos, nem obriga a retórica dos visitantes de presos a desentranhar-se em frases consolativas.

A sua tristeza tem certa hombridade que é a tácita acusação da injustiça. Não profere palavra que denuncie amor nem ódio a sistemas de governo. Transparece-lhe do sorriso contrafeito o asco de que trasborda aquela alma, o nojo da covardia, que afivelou a máscara do zelo pela coroa, e lhe faz trejeitos e carrancas por detrás do espaldar do trono. Homens assim dispensam a piedade dos amigos para que a comiseração dos inimigos não ouse enxovalhá-los.

E, portanto, este escrito é tão somente o esboço de uma vida ainda vigorosa e já honradamente esclarecida; não é vá e incompetente elucidação à crítica jurídica, nem apelo aos árbitros, a cargo de quem está vindicar o civismo do visconde de Ouguela tão desprimorosa e cruelmente injuriado.

O desforço, já começado pelo respeitável acórdão que lhe depura o desdoiro de perturbador de dinastias, deu-lho ao benemérito cidadão a inteireza dos magistrados, perante quem a fama, soprando na trombeta do acusador público, reproduzia as atoardas das praças, malsinando o querelado com projectos dum Cromwell, ainda denegridos pelo despatriotismo de Miguel de Vasconcelos, e uns tais quais propósitos sobremodo ardentes de queimar Lisboa. Nunca se viram parvulezas, tão tragicamente mascaradas.

Hoje, a opinião pública sabe que o ilustre preso era adversário político do ministério; não simpatizava com as pessoas investidas no poder. Este barbaríssimo crime de não amar o governo, e... mais nada. E o público, por não poder sair com o seu espanto em mais solene expressão, ri.

Quarenta anos de constitucionalismo, trabalhado de conspirações, umas heróicas, outras abjectas, – quarenta anos de indefesso antagonismo, sanguinário quando o rebate da luta rufava nas casernas, torpe quando se maquinava nas urnas, sórdido quando conjurava nas intrigas das camarilhas; e, depois, a atrição dos republicanos tocados na

alma por aquele deus ignoto que os Paulos usam evangelizar aos catecúmenos, quando as alcatifas dos paços lhes abafam o bater ponderoso dos pés; e, por último, as notáveis refundições que o tempo tem feito, estanhando a catadura dos demagogos em semblante ridente e prazenteiro de pajens da tocha – tudo isto rebenta das mais sérias mandíbulas uma gargalhada revolucionária, quando a gente sabe, ao cabo de contas, que o visconde de Ouguela está preso porque, não afeiçoado a estes ministros, estava em boa convivência de uns políticos afectos a outra ordem de coisas dirigidas por outra casta de homens.

Aqui, porém, há lances tristes que impõem silêncio à zombaria.

São descabidos gracejos quando a malquerença, ou derive de origem ridícula ou da tirania anacrónica, dispara em sofrimentos grandes, apaga a luz da felicidade doméstica, entrando às salas ainda escuras dos crepes de um passamento, e estanca a liberdade de um homem, abatido pela dor, com as grades de um cárcere, ferindo-lhe a honra insidiosamente, e pondo-o, em tão dorida situação, rosto a rosto das lágrimas de esposa, de mãe e de filho, ao mesmo passo que uma ordem de deportação de um membro, nem se quer suspeito, dessa família, completa a crueza do vexame.

A mansidão da índole desta boa gente ocidental, a já quase delida memória do façanhoso regímen do conde de Basto, a tal qual persuasão de nos estarmos deliciando na liberdade de mendigos a quem é, ao menos, concedido execrar os ricos e morrer ao ar e sol das estradas – enfim a decantada liberdade portuguesa, repugnam a crer exequível a intolerância levada à extrema dos ódios políticos. Isto não parece de Portugal nem dos espíritos que a fama de longe nos tem apregoado dignos de regerem os impulsos de uma liberdade honesta; uns porque aventaram a maior equidade em direitos do homem, ideando a república; outros porque arpoaram as pastas na onda menos limpa da revolta; algum porque deve à indiferença pública em coisas de moral o ter subido as escaleiras por onde outros se despenham ao desprezo do mundo – em suma, é triste que ali no Limoeiro esteja o visconde de Ouguela como holocausto propiciatório do desvergonhamento cívico de tanta gente!

Saibamos quem foi e quem é este homem que tem de ser defrontado com o governo que lhe impropera intuitos amotinadores. Levemos dele uns traços, ainda que muito em sombra, à presença deste formidável tribunal que se chama a razão do povo – a consciência serena das multidões.

I

No dia 23 de Junho de 1871, em Palhavã, nos arrabaldes de Lisboa, expirou um ancião, que amara muito a liberdade da sua pátria, e se devotara com desusada lealdade aos homens que se lhe figuraram continuadores denodados da iniciativa de D. Pedro IV. Era Ricardo Sylles Coutinho, pai do actual visconde de Ouguela.

Eu tinha oito anos, quando em 1835 a sua casa comercial, no Chiado, era o confluente dos liberais que ele havia conhecido no Limoeiro, onde os pavores do patíbulo muitas vezes lhe levavam novas dos correligionários enforcados. Recordo-me dos seus cabelos já brancos naqueles dias que vão tão longe. Deviam de ser intempestivas as cãs. Geara-lhe na frente o inverno álgido das noites de cárcere, arara-lhe o frescor da vida ainda vigorosa o terror da morte e a saudade da esposa e filhos.

Depois, exultando por se haver imolado à restauração da legítima soberana, – símbolo e esperança da menos improvável desopressão da família portuguesa, – Ricardo Sylles Coutinho parecia remoçar na felicidade dos outros, abstendo-se de haver o benemérito quinhão de interesses na proporção dos sacrifícios. Os seus companheiros de cárcere não o viram depois no banquete dos vencedores.

Quando os empregos, e as honras e as indemnizações se pediam tão de barato quanto de barato se davam, Ricardo Coutinho permanecia negociante, granjeando na honra do desprendimento o que lhe escasseava em bens da fortuna.

No decurso de trinta anos, manteve-se sempre observantíssimo propugnador da crença que na mocidade o ungira para a luta. Não se lhe dava da ingratidão dos homens nem da iniquidade dos aventureiros bem sorteados na lotaria das posições. Servia o emblema da ideia divina idolatramente, sobpondo-lhe no estrado do altar as vaidades e os desforços descabidos em índole tão isenta.

Ainda em 1844 prestou assinalada protecção a um periódico, tanto mais odioso ao governo de então, quanto o seu insigne redactor, o sr. António Rodrigues Sampaio incutia pavor aos déspotas, arvorando o estandarte do máximo progresso. À coragem, energia e destemor do velho liberal se deveu então a resistência do periódico perseguido. Aceitou, no Limoeiro, a responsabilidade das doutrinas do fogoso publicista; expôs-se ao mais certo alcance dos rancores pessoais; reduziu os seus modestos haveres em obscura oblação às avançadas aspirações da plêiade dos Passos e Sabrosas – nomes que projectam um raio de luz gloriosa na frente de quem lhes foi de par nos levantados alentos.

Da turba heróica desses homens feitos na escola dos Mouzinhos e Aguiares, uns desceram ao túmulo na sação ardente da esperança; outros sequestrou-os da vida pública o desengano, o tédio, a renúncia do opróbrio; outros, enfim, alanceados pela ingratidão, mas sopesando o queixume como quem receia o desdouro de humilhar-se a ingratos, abafaram a sua dor, sacudiram as sandálias à porta dos chatins da pátria em almoeda, e morreram na adoração da ideia, abominando a simonia dos sacerdotes.

No raro número destes ilustres soldados da falange de 1833 estava Sylles Coutinho. Ele foi um dos que morreram envoltos na bandeira imaculada da Liberdade. Veneranda relíquia, rijo coração que tanto estremecera o avô e a mãe deste soberano, em cujo reinado o seu filho querido devora as amarguras do cárcere

Nos seus derradeiros dias, ansiava-o o desejo de ver a estátua do Imperador, que lhe foi toda a vida uma sagrada saudade. Era já tarde, porém. Carlos, o filho extremo que lhe amparava no seio a face, prometia-lhe levá-lo a saudar com as lágrimas derradeiras o seu quase legendário herói. E esta esperança o embalou, dulcificando-lhe a agonia, até que o coração amantíssimo do velho amigo de Pedro IV parou de pulsar de

encontro ao coração dos filhos.

Este era o pai do visconde de Ouguela, preso político, na cadeia de Lisboa desde Agosto de 1872. O ancião finou-se à hora providencial. Esquivou-o a morte à penetrante dor de ter de se arrastar hoje ao último sobrado do Limoeiro para ir contar ao seu Carlos as aflições que ali passara. Deixou-lhe, todavia, a alma no seio da sua viúva, uma senhora, que veste a sua dor de majestosa resignação, e vai cada dia, ao lado da esposa de seu filho, alumiar aquele recinto lúgubre da mais esplendorosa formosura que pode idealizar-se em uma nobre tristeza.

II

Carlos Ramiro Coutinho nasceu em 30 de Julho de 1828. É sua mãe a Ex.^{ma} Sr^a D. Rosa Máxima da Silva Coutinho. A Providência guardou-lhe aquele tesouro que tira em sorrisos de conforto as amarguras que lhe esconde no coração. Ali, no cárcere, à volta do visconde, encontrei todos os dias esposa, mãe e filho.

Não sei se já poderei chamar-lhe a ele infeliz, quando uma augusta e santa serenidade reluz nos semblantes das duas senhoras que se confortam da nobre placidez do preso.

Carlos deve a sua educação literária a João Rodrigues da Silva, irmão de sua mãe, homem rígido em antigas preocupações sociais, monarquista absoluto, mas tolerante e avesso às repressões sanguinárias pregoadas no altar pelo amor do trono. Sem embargo da convivência e obrigação, o sobrinho do legitimista era filho do liberal. Sangue e dever, índole e tradições impulsaram-no para onde o chamavam o talento próprio e os ímpetus juvenis.

E assim foi que, aos dezassete anos, Carlos Coutinho manifestava, na *ilustração*, periódico do abalizado publicista o sr. António Augusto Teixeira de Vasconcelos, generosos sentimentos democráticos, patrocinando a eterna demanda dos pobres contra o egoísmo dos abastados.

Por esse tempo, o precoce pensador, não bem destro ainda para se medir com o gigante dos preconceitos, estudava preparatórios a fim de matricular-se na faculdade de Direito. Foram pouco menos de singulares a aptidão e esforço com que, em menos de dois anos, se habilitou em humanidades, por maneira que à volta dos vinte já estava matriculado. Era-lhe émulo então na perspicácia e nos prémios O sr. Augusto Barjona, àquele tempo digno de o rivalizar, depois professor disertado e lucidíssimo, e hoje ministro de mediana estatura intelectual, com um certo pendor às deliciosas inércias com que o talento, as mais das vezes, anda germanado. Estes dois mancebos ombreavam por tal modo no direito às distinções, que houve então parcialidades académicas, ambas concordes no respeito aos dois talentos, mas ciosas da primazia do seu escolhido. Como quer que fosse, o característico assinaladamente distinto dos dois era perspicuidade na percepção, subtilidade critica, e sobretudo verbosidade elegante.

De par com as tarefas académicas, Ramiro Coutinho, em idade tão florente e pelo ordinário divorciada de graves intentos, operou zelosamente na instrução do povo, afeiçoando-se mais de coração às classes trabalhadoras. De camaradagem com estudantes e operários, promoveu reuniões com o intuito pacífico e racional de fundar o *Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*. Foi ele quem convocou, na qualidade de redactor do *Eco dos Operários*, a primeira reunião, em Outubro de 1851, onde se discutiram os expedientes mais consentâneos à convocação das classes obreiras.

À volta de Carlos Ramiro Coutinho agruparam-se mancebos de notáveis e já hoje realizadas esperanças, entre os quais avultava um dos mais correctos e concludentes oradores parlamentares de hoje em dia, o sr. João António dos Santos e Silva.

Se a instrução então propagada beneficiou o operário, aligeirando-lhe os gravames da sua condição, não é assunto que nos venha aqui de molde. Para muitíssimos louvores é de sobra o intento; e, como exemplo de quanto era sincero e amável o affecto daqueles moços na sua evangelização do ensino, copiaremos a proposta de um deles, aplaudida entusiasticamente por todos: «Se era permitido a ele (professor de leitura e escrita) chamar para a sua aula todas as crianças indigentes qualquer que fosse o seu estado de pobreza e miséria?»

Dulcíssimo espectáculo este! Rapazes, na quadra menos própria de devoção

humanitária, porfiados em repartir do pão da alma com os desvalidos da atenção dos governos e abandonados à herdada condição das trevas! Que superabundância de instintos caritativos na academia daquele tempo, incitada pela palavra poderosa e insinuante de Carlos Ramiro Coutinho, ao redor de quem conspiravam no mesmo propósito outros mancebos, uns já mortos, outros obscurecidos, e alguns, ainda bem, aproximados das altas posições que lhes competem!

Daquele ano de 1852, temos um documento onde se revelam, a intervalos, as vigorosas faculdades de Ramiro Coutinho como publicista das ideias avançadas. É a *Introdução* que precede a *Revista Histórico-Política de Portugal, desde o Ministério do Marquês de Pombal até 1842*, por João António dos Santos e Silva. Exuberam aí relanços de socialismo; todavia, é obrigatório confessarem os mais tímidos exorcistas daquela palavra, que o socialismo do jovem acadêmico é a caridade dos iniciados no cenáculo por divina intuição, vestida ao trajar moderno, com preceitos em vez de parábolas, com pregões de altos clamores em lugar de humilhadas cortesias à obduração dos poderosos. É um socialista que proclama a necessidade da religião como elo interposto na cadeia que prende o trabalho ao saber. Escreve Ramiro Coutinho:

«A religião, a ciência, e a indústria são três cadeias solidárias, que prendem o homem em todas as suas transformações. Sem elas o triunfo completo da democracia é irrealizável; sem elas todas as nossas aspirações para um futuro grandioso hão-de consumir-se em sonhos fantásticos; ao passo que o cancro do indiferentismo, da corrupção, e do crime há-de minar os mais nobres preceitos da moralidade em que se baseia a democracia.

«Sem fé, e sem actividade só pode haver escravidão e embrutecimento.

Este socialista, desviado das utopias que então escandeciam os caudilhos dos proletários, não pede a repartição da propriedade: pede o ensino, exora as riquezas da alma que não fazem implicância ao direito da propriedade tangível e cobiçada dos que sentem fome e sede de amor e de justiça. Pergunta-se – exclama o advogado das classes escuras pela profunda ignorância

«Pergunta-se – se os gozos, se os prazeres pertencem unicamente a um pequeno número de homens? – se a maioria, se as classes proletárias, se os Spartacus da civilização moderna têm de escolher entre o pensamento ignominioso nas gemonias do século XIX, ou nas barricadas, nascidas do desespero, que a miséria e o ardor do martírio obriga a levantar? Pergunta-se – se o monopólio, se a concorrência são os dogmas injustos, e tirânicos, que hão-de destruir as massas, como o carro do ídolo Jagrenat, entre os índios, esmaga o crânio dos bramarias, ou se a associação, esse credo dos assalariados das indústrias, que os economistas vitoriam – pode acabar com o pauperismo, e obstar à ignorância dos povos, paládio desumano a que os ambiciosos se seguram?»

A razão que o moveu a prefaciar o livro do seu irmão em crenças está em frases indicativas do pertinaz sentimento de apego à instrução do povo, que se revelou em todo o correr da juventude de Carlos Coutinho:

«A educação, nas classes, pobres da nossa terra tem sido desprezada: o povo ignora tudo; porque tudo lhe é vedado. Convinha pois, que à frente dum livro, que narra com singeleza as tristes vicissitudes porque a governação entre nós tem passado; que aponta sem exagerações, como a liberdade vai sendo sofismada, fossem estampadas algumas linhas, que levassem a esperança a corações para quem a educação é um miserável cepticismo, e a vida um sudário de pungentes dores.»

São decorridos vinte anos. O visconde de Ouguela, nos salões do seu palácio, nobilitado por serviços de natureza que lhe denotam a popularidade e constante dedicação às classes carecidas do favor do seu talento ou dos seus haveres, não duvidaria hoje subscrever de novo aquelas palavras escritas sobre a pobre bariqueta do seu quarto de estudante. Vê-lo-emos sempre, pois, na correnteza da vida, com a fronte nobilitada entre os grandes, e o coração entre os pequenos, que lhe deram os foros mais graduados de sua fidalguia.

Aqueles cinco anos de formatura são um ciclo de honesta e laboriosa juventude. Se é mister saborear as alegrias nem sempre louváveis, mas perdoáveis dos anos em flor, para que um homem diga de si que viveu ditosa mocidade –essa não a teve Ramiro Coutinho.

Seriedade precoce, austeridade de costumes, enlevos ardentes de glória útil, labor incessante de estudo para desde logo fazer prestadias ao seu futuro as habilitações tão lustrosamente alcançadas – este foi o escopo onde visava a prudência do académico.

Plena justiça. Ihe fizeram os seus lentes. O sr. doutor Vicente Ferrer Neto de Paiva, em carta de 3 de Agosto de 1854, convidava-o a ir ao sexto ano, glorificando-o de haver sido o quintanista mais distintamente informado em literatura. Basílio Alberto e outros revelam em cartas, sequentes à formatura do seu dilecto discípulo, rara dedicação e estremado testemunho do seu merecimento.

III

Em 22 de Junho de 1854, inscreveu-se Carlos Ramiro Coutinho como advogado, e escolheu para iniciador na carreira brilhante, que se lhe agourava, o insigne jurisconsulto Pinto Coelho, eloquentíssimo por igual no foro e na assembleia legislativa. E tanto era o fervor do discípulo e amor ao trabalho que já nas férias do 4º para o 5º ano, em vez de desfadigar-se do aturado estudo escolar, havia praticado com aquele mesmo eminente advogado, de quem vimos um atestado das mais honrosas qualificações em abono de zelo, inteligência e probidade do discípulo, confirmados com a transmissão dos poderes que lhe estabelece em todas as suas procurações, no caso de impedimento. Suprema regalia concedida pelo eminente advogado ao juvenil bacharel, que apenas acabava de abrir escritório!

Logo em Julho do mesmo ano foi nomeado ouvidor junto do conselho de Estado; e, em Março do ano seguinte, proposto e unanimemente aprovado sócio supranumerário da Associação dos advogados de Lisboa.

O renome de Carlos Coutinho não foi granjeado gradualmente e através dos estorvos que usam empecer à manifestação dos talentos auspiciosos. Divulgou-se o nome ilustrado pelo êxito das suas primeiras tentativas, que mais pareciam o efeito de assíduo estudo e larga experiência da tribuna forense. Já antes de elevar-se onde o subiu uma célebre causa-crime de que adiante se fará especial nota, o novel advogado acareara o galardão de homens, cuja respeitabilidade e preeminência lhe prenunciavam esplêndida carreira.

Júlio Gomes da Silva Sanches, graduando-lhe a valia como advogado em pleitos concernentes à Companhia do Gás, escrevia-lhe em 1855: «Na assembleia geral discuti V. a questão com suma habilidade, com a inteligência superior de que é dotado, e com toda a força de suas convicções. Isto já era muito. E V. ainda fez mais, porque foi sumamente grave enquanto lhe ouvi, e teve o imenso poder de guardar todas as conveniências... Assim é que se assinalam e ilustram os grandes talentos».

Em portaria de 12 de Dezembro de 1855, o bacharel Carlos Ramiro Coutinho foi nomeado delegado do Procurador régio na comarca de Mafra, de que pediu a sua exoneração em 9 de Janeiro do ano imediato.

Convidavam-no triunfos mais adequados à sua propensão, e mais vantajosos como glória e como estipêndio. A carreira da magistratura, de si nobilíssima e proporcionada tanto para o exercício dos primorosos dons do entendimento quanto dos da honradez, não lhe podia, ainda assim, satisfazer as aspirações a um maior luzimento decorosamente adquirido em bons serviços à Sociedade. Afectos invencíveis de orador impulsavam-no para o foro: aí é que toda a claridade da sua auréola se devia desferir do embate ruidoso da convicção eloquente contra os prejuízos arreigados – da audácia de um coração moço e ardente de sentimentos humaníssimos contra a braveza da lei salpicada do sangue das forcas – sem descontar na depravação dos criminosos a profunda escuridão que vai na alma daqueles onde a luz da instrução não alvorejou a manhã da consciência.

Carlos Coutinho, desde os primeiros assomos de sua inteligência, arcara peito a peito com a pena de morte, imprecando-a com fervorosa ira. No dia, pois, em que lhe dessem um réu a resguardar do esparto do verdugo, devia de ser caudalosa a torrente dos protestos contra a página sanguinária do código penal onde se legislava o matar com as terríficas solenidades do triângulo da corda, do carrasco e da tumba.

Sucedeu então o tristíssimo caso da morte do conselheiro Ildefonso Leopoldo Bayard, ministro e secretário de Estado honorário, assassinado por André Turnes, seu

criado, na noite de 25 de Janeiro de 1856.

Carlos Ramiro Coutinho enrostou-se com as dificuldades invencíveis na defesa de celerado tão justificadamente convicto. Era aquele um lanço de experimentar a mão; e, quando mais não fosse, uma oportunidade para realces de engenho e arrojadas invectivas contra o expediente da força.

Pois, sem embargo das luminosas provas que abafavam a habilíssima defesa, Ramiro Coutinho, se não suscitou duradouras dúvidas no ânimo do júri, decerto vingou captar o assombro pela arguciosa arte com que, sem desdouro, conseguiu estatuir a hipótese da inocência do assassino.

Não se pergunta, nem é racional perguntar se, no espírito do causídico, perpassou a ambiciosa esperança de arrancar o réu às mãos da justiça: não. No que ele forcejou foi em arrancá-lo às mãos do verdugo. Este vigoroso tentâmen vibrou apóstrofes eloquentíssimas e comoventes que deram ao discurso notoriedade ainda hoje celebrada.

Dá-se o traslado de algumas passagens que mais ressaltam da porfia do orador contra a pena de morte.

Reportando-se aos brados da opinião pública, unânime em pedir o patíbulo para o assassino, exclama:

«Mal me persuadia eu então que teria de vestir esta toga como patrono do acusado! Quando ouvi essa decisão tremenda da opinião, firme e assente como sanção irrevogável, quando escutei as maldições que caíam sobre o acusado, os desejos que se manifestavam de que suba ao patíbulo, de que lhe enrosquem aquela garganta ferida com a soga do algoz, perguntei a mim mesmo, quantos séculos se tinham passado desde a época em que um povo depravado pela corrupção, feroz pela tirania, gritava «às feras!» nos circos de Roma, e aplaudia freneticamente a queda dos gladiadores, até ao século XIX, até à existência dum povo, que caminha à luz do progresso, baseado num código político, liberal, e civilizador!

«Perguntei, então, até quando esta feroz e implacável lei de talião, esta lei do sangue pelo sangue havia de ser uma máxima indestrutível e irrevogável. Perguntei até quando estas penalidades que a Religião aborrece, que a civilização rejeita, que abrem abismos na consciência, que fazem empalidecer todo o homem pensador, que ousam ser irreparáveis sabendo que podem ser cegas – perguntei até quando esta feroz e sanguinária lei de talião, que faz duvidar da humanidade quando fere um culpado, e quando fere um inocente, faz duvidar de Deus – até quando esta lei bárbara, porque faz derramar sangue, injusta porque tira a Deus o que só a ele é dado – até quando esta lei podia ser formulada e invocada por boca de homens, que pensam, e que falam à sombra da liberdade, da filosofia e do progresso!

«E não vedes que a pena de morte se chama muitas vezes o martírio? – Não vedes que a esse patíbulo que invocais tem subido a religião, a liberdade, e a inocência? – Não vedes que a vida é de Deus, e que só a ele pertence tudo quanto é indissolúvel, irreparável e irrevogável?

«Responde-se-me com a opinião pública! Onde é esse tribunal que quero eu ir lá com o réu, e ser julgado por case gigante, que amedronta, que aterra, e que fere com a pior de todas as armas – com a arma da irresponsabilidade e do mistério!

«Responde-se-me com a voz das maiorias! A voz das maiorias é muitas vezes a fogueira da Inquisição, as carnificinas de S. Bartolomeu, as vésperas sicilianas, as execuções políticas, e as deportações para Jérsia!

«Para que eu, ara. jurados, preste culto a essa formidável opinião pública, que se traduz em maiorias – era mister que as visse eu, a essas maiorias, erigidas em tribunais imparciais e impassíveis, apreciando provas, discutindo presunções, e analisando severa e miudamente os mais ténues indícios, e as mais ligeiras probabilidades. Enquanto assim se não fizer, eu recuso curvar-me perante o seu

tremendo e implacável veredicto, e declaro-me, e confesso-me réu de lesa opinião pública?»

.....

São tocantes e majestosas de desânimo as últimas frases do discurso. Alentos, coração, humanidade, talento – parecia tudo esfriar e contrair-se descorçoado diante da sombra do patíbulo, que, uma hora depois, o juiz em sua sentença mandou arvorar no Cais do Tojo para justificar André Turnes.

Estas são as frases, que rematam o discurso de Carlos Coutinho:

«Quanto a mim, resta-me a honra de ter pelejado com a força, esta peleja solene e derradeira. Se eu ficar vencido, se triunfar o carrasco, tanto pior para o século em que combati e para a filosofia que invoquei.»²

² História do processo feito aos criados do conselheiro Bayard, e sessão do julgamento, acompanhada dos discursos do cir. delegado e defensores dos réus. Pelo advogado Luís António de Araújo. Lisboa, 1856. (O condenado morreu na cadeia).

IV

Aqui nos ocorre comemorar um amigo, que há muitos anos se desatou das adversidades que o acorrentaram à vida. Era D. José de Almada e Lencastre, da casa de Souto de El-rei, um moço que tragava o fel da pobreza pela taça do talento – vasilha brilhante em que um cego acaso faz porejar todos os venenos que roem as entranhas e abrasam o cérebro até o consumirem.

D. José de Almada era muito querido de Carlos Ramiro Coutinho, bem que o autor da PROFECIA, levado da poesia das catedrais e saudades das pompas históricas de seus avós, houvesse jurado fidelidade, tão sem lucro quanto respeitável, ao pendão enrolado da monarquia absoluta.

Todos os que nasceram depois de 1840 se recordam das ovações feitas à PROFECIA, drama bíblico do ilustrado fidalgo. Datam de 1853 os júbilos do dramaturgo, descontento efémero nas suas inveteradas amarguras, que para pouco mais fôlego lhe deixaram vida.

Ramiro Coutinho saudara o drama do seu amigo com uma carta, onde transluz o entusiasmo dos vinte e três anos travando-se de mão com subidos sentimentos de fraternidade literária, benquerença política e admirável cópia de boa literatura.³ Devem sorrir graciosas ao visconde de Ouguela estas reminiscências do seu madrugalar no dia das lides literárias. Bem pode ser que de tão longe lhe bafejem auras perfumadas das primaveras que então lhe florejavam. Por amor disso lhe reproduzimos duas páginas da formosa carta que ele enviou a D. José de Lencastre, e depois veremos como o filho do visconde de Souto de El-rei lhe retribuía na moeda imaculada com que mutuamente se abasteciam as almas visionárias daquele tempo em que ainda se apreciava o imenso capital da glória:

.....
«A carta que te escrevo quero que a tomes não como uma crítica ou apreciação do teu drama; mas sim como um tributo que vem pagar à verdadeira amizade à condiscípulo do alvorecer da tua vida literária. Criava-nos, então, e enrobustecia-nos, nos primeiros estudos da infância, a crença viva da religião de nossos pais. E a religião, a amizade, e as letras, prenderam-nos, para sempre, desde a mais tenra idade. Que importa que mais tarde distinções políticas nos trouxessem a campos tão diversos? Consulta, como eu tenho feito, a tua consciência, e diz-me se o lodo com que a mãos ambas todos os partidos se maculam, manchou já um sentimento, que o amor pela mesma religião e pela mesma pátria, não deixou esfriar. Quando a peleja andava mais acesa; quando os exílios, e as expatriciações de todos os partidos ateavam as paixões, que se traduziram pela guerra civil – então os ódios velhos não cansavam, os recontros juntos dos baluartes do Porto, as lágrimas das viúvas, os prantos dos órfãos, e os brados do exílio confundiam-se por tal arte, que era então um crime a tolerância; – a virtude, e o heroísmo simbolizavam-se na espada e na carabina – e irmãos contra irmãos, filhos da pátria contra filhos da pátria, buscavam, nestes recontros odientos, a glória que acompanhara o pendão das quinas, quando se desfraldava ao vento das batalhas em pelejas com agarenos, ou em lutas com castelhanos.

«A nós, apenas nascidos nessa quadra – a inocência da infância fazia-nos considerar amigos os que falavam a mesma língua – e olhávamos como irmãos, e portugueses aqueles que para os mais velhos eram inimigos irreconciliáveis. E, se queixumes ou imprecações chegavam a nossos ouvidos, que podia a singeleza da

³ *A Nação*, nº1770, de 7 de Setembro de 1853.

infância apreciar em lutas do homem? – que sabíamos nós, então, de dissensões intestinas para aferir inimizades tão arreigadas? Felizes de nós por termos chegado à adolescência nesta candura da alma, e nesta virgindade de afeições! Felizes de nós, pois quando as crenças políticas nos levaram a arraiais estranhos, nos divisamos sentados em diferentes tendas, à sombra de diversos pendões, sabíamos já discriminar, que só queríamos o bem da pátria, e que os meios empregados era a causa única, que nos faria comungar em ágapes tão distintos. Estas palavras, meu caro D. José, são menos para ti, que para estranhos. Se nunca em longas horas de intimidade e de expansão nós dissemos estas coisas, bem certo estou que, assim como eu, as tinhas gravadas no fundo de tua alma. E senão fora deste modo como poderia eu ter-te abraçado com as lágrimas nos olhos, tomado de uma verdadeira comoção naquela noite – noite que a amizade me fará sempre lembrada – em que o público coroava um dos beneméritos da cena portuguesa! Eu, que nunca tive inveja, louvado Deus, de coisa nenhuma deste mundo; eu, que sou o primeiro a aplaudir sendo dos últimos que valem aplausos – tive, nessa noite,, pela primeira vez, e creio que pela extrema, uma inveja imensa e verdadeira – não das ovações que recebeste, não da coroa que te puseram na cabeça os homens de mérito que a tua pena entusiasmou; não do diploma de talento que a chancelaria da opinião pública te passava:–tive inveja da bênção que nessa mesma noite te havia de deitar teu pai–tive inveja desse quarto de hora em que teu pai, vendo-te encetar gloriosamente a mais honrosa carreira, que trilham passas de homens, apertando-te sobre o coração, te havia de dizer palavras que um filho entesoira com respeito; porque são elas o mais nobre brasão que pode deixar a seus netos. Estás certo que acompanhei o teu drama desde que o concebeste, em dias bem tristes, até hoje que publicado, o tenho sobre a mesa? A critica ocupou-se dele como de bem poucas coisas se tem ocupado neste país, e pode ter o orgulho de que bem poucos têm sido os escritores, que tenham merecido, entre nós, uma análise tão imparcial, e graciosa das ilustrações da nossa época, O teu drama não é transição, a meu ver, entre esta ou aquela escola, não o edificaste sobre esta ou aquela forma de arte. Concebeste-o por muito tempo, estudaste-lhe a época, profundaste aquela face de civilização, com a sobriedade de subsídios, que comporta o país em que nascemos, e vazaste-o num molde teu. A PROFECIA saiu dum jacto – é uma peça inteira.

«Não te lembrou então se calçavas o coturno do trágico, ou se te democratizavas com o soco da arte contemporânea. A crítica que caminha grave e compassada, quando alinhar estes pórticos da nossa literatura, dirá como se prende esta produção tua às tragédias de Sófocles e de Eurípides e como te avizinhas dos magníficos trabalhos de Corneille e de Racine. Com a certeza matemática, acompanhada de erudição profunda, explicará como a arte de hoje e os moldes da escola romântica se casam, e esposam as primícias do teu talento...

.....
«Escusavas dizer-nos o que te faltou. Faltou-te conversar com as solidões da Palestina – solidões que dizem o que os homens não podem escrever. Não ajoelhaste ao enxergar a cidade santa. Como um dos mais brilhantes poetas dos tempos modernos, não te sentaste nas margens do mar Morto; não interrogaste as cinzas daquelas cidades de outrora; não te reclinaste à sombra dos cedros do Líbano; e não paraste nas agruras do Sinal para escutar se a palavra de Jeová soava ainda. Faltou-te tudo, e fizeste muito. Chateaubriand e Lamartine pintaram com cores vivas e ricas, porque moeram as tintas e estenderam-nas na paleta aos raios do sol da Ásia, e ao crepúsculo da Palestina. O local é tudo. Foi nas noites dos trópicos que Bernardin de Saint-Pierre meditou o *Paulo e Virgínia*; foi nos cerros das montanhas da Escócia que Macpherson sonhou a Ossian; foi no ardor das guerras de guelfos e gibelinos, debaixo do famoso céu da Itália, que Dante, no tumultuar das paixões, e no sobressalto do sofrimento criou a *Divina Comédia*.

«O acontecimento que o drama desenha é uma daquelas catástrofes gigantes que atemorizam ainda longos séculos depois. A luta do judaísmo, do cristianismo e

do paganismo é tremenda. A religião da cruz triunfa. E a palavra de Deus soa nesse momento, mais solene ainda do que o fora na sarça ardente, ou nas alturas do Sinai. Tu não quiseste ser completamente clássico, nem ultra-romântico. Quiseste primeiro que tudo ser verdadeiro – e dar à verosimilhança o que puderas pedir à imaginação. A sumptuosidade do cenário, que, para muitos foi um excesso – tenho para mim, que devia acompanhar o drama. Onde não há Talmas, nem Raquéis; onde os Fredericos Lemaître não abundam; onde o espectador, em vez de defender o actor, tem de estar sempre em defesa do autor, é preciso que os olhos se entretendam pela cena, quando a fisionomia do artista nada revela. Demais o que seria o templo sem a riqueza do cenário? – o que seriam os jogos sem a munificência do império romano?...

.....

Volvidos dois anos, D. José de Almada e Lencastre, aquilatando o discurso do defensor da vida de André Turnes, denunciava quanto o seu espírito era da luz que lhe alumiará o berço, e quanto difícil é, senão impraticável, estancar em diques de ferro a torrente límpida das águas que derivam de manancial puro. É vê-lo, como o ideal da perfeição humana lhe resplende das sombras contrafeitas, da ficção poética do pretérito, da treva condensada no palácio senhorial em rumas, e na sala dos retratos carcomidos de barões, e malteses e prelados que parecem assistir melancólicos ao funeral da sua posteridade.

Vai quase integralmente a carta que ele publicou na *Nação*, e nos faz saudades daquele espírito gentil, que tão perfeitamente avaliou os dons de entendimento e coração de Carlos Ramiro Coutinho:

«Ainda nos encontramos, meu Carlos.

«Que importa ao sair do templo das letras cada um tomasse por seu caminho? Um fosse oferecer a convicção, o braço, a vida e o cabedal de inteligência que Deus lhe deu à bandeira branca, e o outro também a inteligência e o braço, também a vida do coração e da cabeça a outra bandeira?

«Cada um de nós creu, decerto, que ia pelear pela boa causa; cada um de nós pensou, sem dúvida, que ia oferecer à liberdade, à justiça, ao direito, aquela vida e aquela força.

«Podemos ir errados, mas estamos antecipadamente absolvidos pela sinceridade da intenção, pela verdadeira e leal vontade de sermos úteis à terra de nossos pais, e à pátria do nosso braço.

«De todo esse sonhar de crianças, que se nos começou a erguer de alma ou transformado num amor indefinido como as páginas de Ovídio, ou convertido num ardente amor de reputação como os heróis de Plutarco, já com um entusiasmo fervente de liberdade nos períodos de Tácito, já com a paixão da eloquência política em Cícero e Tito Lívio, uma coisa nos ficou deveras gravada na alma, ao sair das escolas, e em que louvado Deus nos não desmentimos, apesar do contágio do exemplo – o amor da nossa terra – e a consciência e a sinceridade com que nos lançamos na vida do trabalho.

«Era este o nosso cogitar daqueles tempos felizes, e de entusiástica inocência, em que por mais de uma vez dávamos ao sonho, o que roubávamos à lição, havendo porém entre nós esta diferença: – Tu dotado do talento da palavra (fui eu o primeiro, logo depois da tua consciência, quem, talvez ainda te lembres, te revelei este talento) improvisavas com um rápido passar de olhos sobre o assunto daquele dia, coisa muitas vezes melhor do que a própria lição; eu possuidor apenas daquela vida interior que precisa da excitação para mostrar-se, na hipótese de ter alguma valia; se essa excitação me não acudia numa palavra de censura, ou em algum gesto de acrimónia, aí de mim, que ficava sempre a cem léguas do mesmo pouco que podia valer!

«Feliz de ti, que cultivaste esse talento magnífico, e feliz de mim que assistindo ao desabrochar desse talento em flor, lhe posso agora admirar a suavidade do perfume e o saboroso do fruto; que assistindo à primeira e já límpida aurora do seu nascimento, o vejo agora erguer-se radioso e belo, cheio de calor, de esperança, de vida e de fé para se interpor entre o algoz e a vida de um homem, e dizer a um: – Se a pena em virtude da qual exerces uma função social estivesse na consciência da sociedade, que a manda executar, não seria vil o mister, que exerces, nem degradante, a posição que ocupas entre essa sociedade. que é a primeira a desonrar-te, expelindo-te do seu seio para a escória da espécie humana. A sociedade, porém, não é lógica degradando e aviltando o braço, que ela arma, é a pena que é vil, é o cadafalso que é abjecto, é a lei, que repugna à consciência pública, que não é justa porque lança a dúvida da própria inteligência que a impõe, perguntando-se a si própria, depois de ajustadas as contas com a razão, com a ciência, com a filosofia e com a religião, se um crime pode punir outro crime?

.....
«O teu discurso face a face com a justiça dos homens, num país, em que a pena de morte está ainda tão arreigada ao solo, como segura nas entranhas da lei, o teu discurso face a face com essa justiça, alumiado só pelos magníficos esplendores da justiça de Deus, é uma dessas páginas líricas, reflexo brilhante de uma convicção inata, que objurga a injustiça de uma pena, que só Deus pode impor, porque só ele é o autor da vida.»
.....

Conquanto Intervenha extemporânea a referência a outros discursos forenses de Carlos Ramiro Coutinho, cedo à suavidade com que muito a sabor vou recordando estes lances da sua biografia, por serem, senão os mais gloriosos, decerto os mais estremos de desgostos.

Não espacejarei dum discurso a outro a interposição dos anos, porque não encontro que o talento do orador haja esmorecido dos primeiros ímpetos, nem a circunspecção e prática da idade menos florida lhe aditou recamos oratórios que minguassem nas suas estreias.

Temos memória de um notabilíssimo discurso, proferido em 1857, em defesa dos réus José Tavares e Eugénia Tavares, acusados de assassínio. Os periódicos daquele ano, e nomeadamente a *Civilização* de 5 de Maio, desfiaram por miúdo os dotes de orador que robusteceram o renome do Ramiro Coutinho. No periódico referido sobressaem passagens que realçam pelas galas do estilo sem desaire da verdade. Não ousou recompor palavras em que luz o justo entusiasmo de escritor que viu e ouviu o insigne causídico

«Teve a palavra o sr. dr. C. Ramiro Coutinho. O auditório respirou como quem sai de uma atmosfera sufocadora, para o ar livre de um ambiente vivífico.

«A presença de jovem advogado é ativa sem orgulho; a fisionomia anima-se e exalta-se às primeiras palavras, como indício infalível de que na mente se lhe agitam as ideias que hão-de sulcar a torrente caudal, com que a eloquência arrebatou os ânimos e as convicções, fazendo muitas vezes soçobrar a verdade mal esteada.

«O aspecto do fecundo advogado, mais civil que forense, mais guerreiro que jurídico, é muito vantajoso para as assembleias populares, quais as audiências de jurados – o julgamento do povo pelo povo. – O réu julgado pelos seus pares, parece assim estar defendido também por um deles. Sem toga quiséramos que os advogados defendessem os réus perante o júri. Esta distinção entre a justiça e o povo, daria ao nosso foro o aspecto do foro romano antigo, onde os patronos se não recomendavam por cartas de bacharel, nem por insígnias oficiais, mas pelo saber, pela eloquência e pela sua reputação.

«O sr. Coutinho parece destinado para esta inovação liberal, pela sua índole, pela sua palavra, pela feição característica da sua oratória, e até pelo civismo e arrojo da sua presença.»

É profundamente verdadeiro este conceito da índole oratória de Ramiro Coutinho.

Os que ainda o não viram na tribuna forense ou parlamentar, nas palestras íntimas ao capricho da inspiração, ou nos momentos de briosa impaciência provocados pela injustiça, podem prefigurá-lo pelo retrato que parece fielmente copiar uma fisionomia e por igual traçar as mais relevantes feições, para assim o dizer, dum espírito.

É aquela fronte graciosa e ativa, olhos de tanta suavidade quanta penetração, brandura que se dilui como em lágrimas quando a veemência da paixão lhe fulgura na frente; – sorriso que as interpretações maliciosas podem, a seu talante, malsinar de sarcástico, e que desarma os que procuram embai-lo com travessuras de lisonja ou abjecções de vil esperteza. Adivinha-se-lhe a perspicácia e a ousadia de pensamento. Ali se vê que está a alma a olhar de fito contra as frechas da injúria como olharia para as blandícias da glória. Tão-pouco pode com ele o receio da desdita como a jactância das prosperidades da sua carreira afortunada. É um semblante que franqueia aos espíritos benquerentes a entrada aos actos íntimos de sua alma. Há naquele erguer de face a

modesta sobranceira de quem não sente peso de consciência que lha faça inclinar. Que o tecto seja artozoadado dos imaginosos estuques do palácio, ou seja vigamento sujo da calíça frígida do cárcere, a fronte eleva-se-lhe sempre à altura onde não chegam fragrâncias perturbadoras de felicidade nem o ar viciado das enxovias. O retrato exprime o que falta nesta descrição. Pode o estilo ter escurezas; mas naquele aspecto a claridade é a difusão da alma, é como luz que se projecta por todas as páginas do livro.

O civismo e arrojo da sua presença – disse o redactor da *Civilização*. Expressões felizes!

E, depois, a frase tersa das suas orações argúi prática de bons livros quanto a vernaculidade, de modelos óptimos no que toca à urdidura das ideias. Nada de turgidez nem composturas de falsos adereços. Louçanias comedidas em lusitaníssima locução. Ornatos de vanidades retóricas, nenhuns; imagens puídas de velhos exemplares, excluídas; artifícios estéreis de mover afectos por maquinismo de figuras argutas, banidos totalmente dos seus discursos. Diríeis que ele, de boas avenças com o príncipe da oratória, suspeita que as posturas da retórica são um como teatro de impudência, *ludum impudentiae*.⁴ «Farsas de letrados» lhes chama Petrónio.⁵

A espontaneidade ressurte-lhe no que mais meditado se nos figura. As imagens são sóbrias, porque, de instinto e acintemente, sabe que o escuta mais o coração que o espírito apontado a entender em empolas académicas. É orador feito pela medida deste tempo e desta geração. Se um dia a desventura o levasse a perorar, nas praças, às aluviões de gente combustível que se abrasa e detona acendida pela faísca da palavra sediciosa, competidor nenhum lhe tomaria a mão nessa empresa. Nunca, todavia, tais filtros da mortífera glória, que o povo influi nos ânimos desprecatados, lhe estontearam o juízo. Os seus fastos oratórios escrevem-se com as lágrimas dos desgraçados que ele disputou ao verdugo ou ao degredo. Nem sequer podemos apadroar-lhe a eloquência no ingrato ofício de acusador. Achamo-lo sempre à beira dos réus pobres, pondo ombros ao derruir da opinião pública sobre homens já sovados aos pés da miséria.

Estes exemplos não os iremos investigar ano por ano em sua vida; porque o infortúnio tanto encontra o advogado no escritório de 1856 como o visconde no palácio de 1869.

O réu que ele defendeu em 10 de Julho daquele último ano era António Maria Laje, que matara um guarda da alfândega no conflito de se defender da morte. Contra o réu, afora o odioso do homicídio à faca, havia a negativa do crime no sumário, a confissão no tribunal, e a impassibilidade quando se lia o processo na audiência. O depoimento das testemunhas de acusação não podia esclarecer se o homicídio havia sido urgente à conservação da vida do réu. As testemunhas de defesa ilibavam-no de má nota anterior àquele crime – circunstância atenuantíssima quando se demonstrar que o primeiro assassínio é menos condenável que o segundo, e que a perversidade não é consumada, se lhe escasselam precedentes de natureza quase análoga.

A criminalidade do réu, confiado à defesa do visconde de Ouguela, a juízo das pessoas que professam rancor a assassinos, era justificada; mas a poderosa magia da eloquência do patrono, exercida naquele dia, faria lembrar a justa acrimónia do censor Crasso que banira os retóricos dos rostros romanos, se a insinuante palavra de um homem respeitado como o visconde de Ouguela não amaciasse as asperezas à justiça e amolecesse a severidade do júri. A consciência, talvez subjugada, poderia reagir contra a fascinação do orador, se ele não a desagravasse de escrúpulos, exclamando: «Peço, por fim, que me respeitem o direito de conservar no coração como em depósito sagrado, a convicção e a crença da inocência do acusado», Este trecho, que funda toda a sua valia

⁴ Cic., *De orat*, Liv. III, §§ 93 e 94.

⁵ *Satyric.*, c. 3 e 4.

na singeleza, e nos leva a perceber os recursos grandes da eloquência antiga assente em simplicidade que hoje quase nos enfastia, surtiu grande impressão, porque era, no ânimo do júri, não já um expediente de advogado, senão o irrecusável testemunho dum homem de bem. Devi de ser digno de perdão o homicida que vier ali, à barra da justiça, atido à caridade d quem o proclamava inocente no foro íntimo de sua razão.

E foi absolvido. A imprensa, narrando o crime e a absolvição, acatou respeitosa e poderosamente a mão que tirara o réu do cárcere para e seio da sociedade e da família; mas, para que o triunfo coubesse inteiro ao defensor, não jurou na inocência do réu.

Como quer que fosse, aquele homem tinha mulher e filhos. Destes, um que nascera depois que seu pai era livre, foi baptizado pelo visconde de Ouguela.

Passado pouco tempo, António Maria Laje morreu. A família, que deixou desvalida e misérrima, acolheu-se à misericórdia do validíssimo patrono, o qual, se disputara à justiça humana o amparo de mulher e filhos, cabia-lhe ainda na grande alma acudir com o pão onde faltava o braço quebrado por mais alto poder de outra indeclinável justiça. O visconde de Ouguela dá hoje àquela família orfanada parte do amparo que a sustenta. Ora, chegada a estas balizas, a caridade humana encerra toda a união divina que lhe deu Jesus.

Em 1871 o visconde de Ouguela, comovido pelas angústias dum condenado à morte, exulta nos renovados júbilos de sua mocidade, fazendo anular no supremo conselho de justiça militar o julgamento dum réu, que havia sido condenado sem defesa. No *Jornal do Comércio* de 6 de Dezembro de 1871 e no de 27 de Janeiro de 1872 está habilmente relatada esta primorosa acção do ilustre valedor de desamparados. Ao lado do réu, que ninguém defendera em primeira estância, está o visconde de Ouguela para que a pena de morte se não confirme pela denegação da revista. Assim nos conta o referido diário:

«NOBRE ACCÇÃO. – Falando há poucos dias do julgamento, em conselho de guerra, do soldado de infantaria nº10, Manuel de Sousa, lastimámos que um homem sobre quem recaia uma acusação gravíssima, o crime de homicídio, houvesse sido julgado e condenado naquele tribunal, sem defesa, porquanto nos crimes puramente civis, raro ou impossível é encontrar um official habilitado a defender convenientemente um réu, e tanto mais que antes do plenário ele nenhum conhecimento tem do processo que vai entrar em julgamento.

«Os réus militares que tem meios, sempre em tais casos nomeiam defensor letrado, ou procuram pessoa que, pelo seu longo tirocínio e inteligência, tem vantajosamente tomado a defesa de muitos réus, julgados em conselho.

«O desgraçado Manuel de Sousa, que o é duplamente, por não possuir mais que os abonos que lhe faz o Estado como preso militar, e por haver cometido um crime de tamanha culpabilidade, tem de sujeitar-se à sua sorte, deixando talvez de se apurarem cabalmente todas as circunstâncias atenuantes da sua culpa, numa bem conduzida inquirição de testemunhas e na demonstração de factos que, pelo menos, tirariam ao crime praticado sua maior fealdade e repugnância. As perguntas e reperguntas das testemunhas, que constituem o *cross examination*, a que os tribunais e os letrados ingleses prestam o maior cuidado, porque é ai que estabelecem toda a força da sua sagacidade e perícia, com muito mais tenacidade que na alegação oral, limitou-se no conselho de guerra à direcção, embora muito imparcial, do sr. auditor.

Enfim, o que está passado já não pode remediar-se, por não ser provável que o processo contenha nulidades, que levem o tribunal superior a anular o processo.

«Lastimamos aqui que as leis estivessem combinadas de forma, que num pais civilizado, em pleno século *das luzes*, se entregasse um homem indefeso ao

juízo de qualquer tribunal, muito especialmente sendo acusado de crimes que, despidos de circunstâncias atenuantes, estão sujeitos à maior sanção penal.

«Agora, porém, podemos anunciar, para honra da moralidade e da civilização desta terra, que o desgraçado Manuel de Sousa, ante o conselho supremo de justiça militar, há-de ter por defensor um jurisconsulto, cujo verbo foi sempre escutado nos tribunais com a atenção e aplauso, a que fazia jus uma exposição incisiva e eloquente. Afastado, por circunstâncias venturosas, das lides judiciárias, nem por isso a sua palavra se revela menos enérgica e esclarecida, quando a longos espaços, ou em conferências literárias, ou no tribunal defendendo por caridade algum desvalido, tem tido ensejo de pôr em acção os seus dotes intelectuais.

«O cavalheiro de quem falamos é o sr. visconde de Ouguela.» (6 de Dezembro).

O artigo, impresso em o número de 27 de Janeiro revela o resultado da defesa, e o sentimento de admiração com que foi escutado o orador:

«ANULAÇÃO. – Realizou-se hoje no supremo conselho de justiça militar o julgamento do processo em que é réu Manuel de Sousa, soldado do regimento de infantaria n.º 10, acusado, como os leitores sabem, do crime de homicídio, na pessoa de António Ferreira Carneiro, que estava passado à reserva, tendo sido praça no dito regimento.

.....
«O defensor do réu, como os nossos leitores sabem, foi o sr. visconde de Ouguela, a quem temos de agradecer a honrosa referência que fez à nossa folha.

«O sr. visconde de Ouguela, com a amizade de quem se honram alguns dos redactores desta folha, tomou a defesa daquele desgraçado por actos de magnanimidade do seu coração, pois sendo-lhe exposto o modo porque corra o julgamento no conselho de guerra, onde o réu fora entregue indefeso ao tribunal, não sendo até inquiridas as testemunhas para provarem o bom comportamento anterior, logo, sem hesitar um instante, se prontificou a ir ao supremo conselho de justiça militar diligenciar a diminuição da pena, que, pelas circunstâncias constantes dos autos, favoráveis ao réu, se afigurava ter sido imposta por falta de averiguação minuciosa dos factos.

«A oração pronunciada hoje pelo patrono do réu, ante o supremo conselho, não teve só o mérito da forma, mas primou pela clareza e vigor da argumentação. Daquele nobilíssimo lugar da defesa se erguia a voz do desinteresse e da abnegação, realçada pelo saber e pelo talento.

«Os membros daquele respeitável tribunal, e o auditório, que hoje por excepção havia, ouviram com a maior atenção e sinais de agrado o discurso do nobre defensor, cuja palavra fluente e persuasiva insinuava-se no ânimo dos ouvintes, cativando-os.»

Eis aqui compendiados os actos mais em fama na validíssima carreira da advocacia de homem tão liberal de seus dons. Permitisse a Providência dos infelizes caldos sob o afrontoso peso de sua miséria ou estranhos ao dever pela fatalidade de sua organização, que Ramiro Coutinho nunca houvesse almejado ovações de maiores contentamentos que essas que faziam exclamar a *Apro*: «Qual consideração há aí ou louvor de arte que deva confrontar-se com a glória dos oradores?» *Quae fama et laus cujusvis artis cum oratorum gloria comparanda est?*⁶

⁶ *Diálogo dos Oradores*, atribuído a Cornélio Tácito, § VII.

VI

A melhor quadra das suas alegrias – as ânsias da glória na idade em que mais a alma se paga com elas, os prazeres febris do talento vão passados.

Carlos Ramiro Coutinho desviou os olhos das cintilações da sua boa estrela e deu-se a contemplar os lumes fátuos, as fosforescências paludosas da política. Verdadeiramente a política não é coisa que me tresande a lagoa, dado que o coaxar das rãs, que já foram gente, como diz o Homero lusitano,

As rãs, no tempo antigo lícia gente,

me dê a perceber o que quer que seja de vasa lodosa com habitantes que, ainda bem, raro deixam ver no exterior a falta de limpeza que lhe vai no atascadeiro. Disto a dissei que às sujeitas, enfronhados em regedores da coisa pública, resvalam dos braços da probidade aos da política, vai tanta distância como de Séneca a Tigelino.

Creio na inteireza dos políticos, se eles vivem cortados de reverses e morrem em pobreza obscura.

Fio também bastante de uns que, espertados do seu cândido ideal pelo repelão do desengano, tanto lhes monta que seja exposta ao povo a cabeça de Cícero como a de António; nem se adjuram aos que tomam voz por Tibério Graco em ódio aos patrícios, nem se deixariam embair dos apólogos de Menénio Agripa. Creio nestes cépticos fora do parlamento. Todavia, se um ímpeto de amor pátrio ou violência amorável dos constituintes lá os impelem, estes filósofos políticos primeiro fazem praça de ecléticos, e daí a pouco não são nada ou são de todos. Razoável procedimento em um país onde não há muito onde escolher.

A vistosa fada da eloquência cívica namorou-se de Carlos Ramiro Coutinho. Acariciou-o, deu-lhe os filtros que ele vira remoçarem o coração e a fronte de José Estêvão, segredou-lhe as suaves lisonjas a que nenhuns trinta anos se esquivam. E o moço cedeu-lhe com amor e paixão. Vestiu as suas galas, e foi ver de perto a noiva, em 1859, naquela sala de S. Bento, onde muitos anos andaram frades a salmear, de antemão, resposos pelas almas de tantos que ali tem deixado o melhor delas: o pudor. Rezemos nós também.

Deputado ministerial, defendeu os actos do governo, que então eram os srs. Fontes Pereira de Melo, Casal Ribeiro, António de Serpa, e Ferrão.

Não tenho apontamentos nem os solicitei da parte que ao deputado por Sintra coube nos debates mediocrementemente assinaláveis daquele tempo. Entretanto acho o seu nome indefectivelmente ilustre na luta em que se mediu, quase desacompanhado, com o sr. Pinto Coelho, vigoroso adversário. Contendiam os dois juriconsultos sobre a desamortização dos bens das freiras.

Ramiro Coutinho defendia que a propriedade chamada da igreja é propriedade do Estado, em consequência do que dizia a *Nação*, no dia seguinte: que «na Europa civilizada já não havia senão Faraós»; mas, em verdade, este cognome dos príncipes do Egipto não apontava ao deputado que facultou à nação o direito de reaver o que os reis haviam dado às comunidades monásticas, esbulhando a comunidade nacional. Ao revés, o adversário do sr. Pinto Coelho foi havido no conceito austero dos legitimistas por *deputado cortês e delicado que discutia com argumentos* – predicados raros, e creio que só por esta vez enviados dum arraial para outro.

O certo é que Ramiro Coutinho prestou leal coadjuvação ao ministério, que incubava no peito, ao que se presume, a bela ideia de regenerar – coisa que se não fez,

nem pode fazer-se depressa.

O deputado por Sintra decerto assim o pensava quando forcejou por obstar, no seu palácio, com energia de fé e coragem, em presença do governo, à queda do ministério. O doutor Tomás de Carvalho, também orador de recursos extraordinários para sustentar ou derruir governos, envidou a força da sua rígida argumentação em que o ministério se mantivesse, dissolvendo as câmaras, a fim de que a dignidade lhe não saísse mareada na derrota.

Não vingaram apelos ao brio nem às conveniências. A câmara foi dissolvida por inabilidade que trouxe uma queda vilipendiosa. Desde este sucesso em diante, as crenças de Carlos Coutinho nas reformas da pátria derrancada não foram mais cordiais que as de José Estêvão Coelho de Magalhães. Os ídolos tinham baqueado por seu natural pendor. Dir-se-ia que os apóstolos duvidaram do seu ofício de regenerar, e pegaram de olhar uns para os outros com o trejeito doloroso de Simão Mago, aos seus comparsas, quando, subindo ao ar por meio da nigromancia, veio de borco a terra, e quebrou as pernas. Infaustos Simões mágicos!

Em 26 de Julho de 1859, foi Carlos Ramiro Coutinho nomeado membro da comissão ocupada da reforma da legislação comercial e respectivo processo. Neste encargo prestou serviços por largo espaço de tempo, dando de si o que se esperava da porfiada aplicação em matéria tanto de sua competência, proficuamente exercitada nos artigos que publicou em louvor do código civil do sr visconde de Seabra contra as invectivas do sr. Morais de Carvalho.

Em Março de 1860 foi nomeado ajudante e substituto do conselheiro procurador-geral da fazenda. O operoso desvelo com que se houve nesta comissão onerosa não se restringiu a desempenhar-se a si próprio. O procurador-geral da fazenda deveu então ao seu ajudante a ilibação dos próprios créditos arriscados no gume do perigo. Esta benemerência não deve ser desconhecida ao sr. conde de Casal Ribeiro que era então ministro.

VII

Naquele ano de 1860, case-a Ramiro Coutinho com a sr^a baronesa de Barcelinhos. Não sei qual seja nesta ilustre senhora a qualidade sobreexcelente que se avanteje. Dotes do coração no mais extremo do grau; suprema bondade; vida resguardada nas alegrias domésticas; desvelada caridade que deriva da riqueza da alma e se afirma na abastança dos haveres; constância varonil de ânimo nos recontros com as tribulações formidáveis que lhe tem provado a coragem.

Desde que tão faustamente Carlos Ramiro Coutinho se aliou a uma senhora por tanta maneira estimável, o meneio e governo dos bens divertiram-no de outros cuidados, senão incompatíveis, desnecessários ao lustre do seu estado, e impeditivos da fiscalização de casa com tamanhos encargos e haveres.

Não obstante, continuou a exercer o cargo de ajudante e substituto do procurador-geral da fazenda, de que pediu a demissão quatro anos depois, obtida com a conservação das honras.

Na intercadência dos três anos seguintes, não sei de manifestação política de Carlos Coutinho, salvo uma de máxima importância, que se nos depara no prefácio e notas de um precioso discurso parlamentar do sr. José Maria do Casal Ribeiro.

Ligados por afinidade de engenho e aspirações, os dois talentosos moços haviam estreitado mais o abraço da estimação Intima, interpondo nesse affecto um filho de Carlos, baptizado por Casal Ribeiro. Se no correr dos anos, aquela formosa criança, cujo retrato está entre o de meus filhos, não lograr prender amorosamente os dois espíritos tão solenemente aparentados, será necessário entender que o demónio infesto da política apagou, entre eles, a luz do Anjo. Assim vai sendo, ao que parece.

O sr. Casal Ribeiro proferiu a sua oração memorável em 3 de Fevereiro de 1863. Ramiro Coutinho deu à estampa o discurso, recomendado por um prólogo e notas dignas de mui detida ponderação. – O nervoso autor do SOLDADO E O POVO tinha dito no parlamento:

«Mal vai aos governos que não sabem cuidadosamente espreitar os movimentos da opinião, mesmo quando ela se transvia. Não, senhores, a opinião pública não é um poder fantástico, que só toma corpo na urna eleitoral. Bem pouco ilustrada seria a opinião pública que dormisse quatro anos para só acordar nesse dia! A opinião pública não é isto. Não está só nos representantes legais do país, está na nação inteira é a força vital do sistema representativo.»

Ao propósito destes conceitos, que andam como morgadio nas elegias em prosa, mais ou menos espalmada, de todas as oposições, discorreu Ramiro Coutinho com austera cordura e respeito às fórmulas constitucionais. Em vanguarda de um discurso tão rasgadamente progressista era de esperar que os aplausos do amigo e do político, irrompessem em objurgatórias ao governo que deportara para África os soldados de caçadores nº3 implicados na revolta de Braga, em 15 de Setembro de 1862. Com rara prudência, porém, o amigo do sr. Casal Ribeiro censura os abusos dos governos como cúmplices dos abusos dos mal governados, nestas momentosas expressões;

..... «Os abusos do poder desconceituam os governos, enfraquecem o respeito que devem merecer os seus actos, criam precedentes ominosos, e arriscam criminosamente o sossego da nação. As próprias maiorias parlamentares, as mais compactas, as mais submissas, as mais disciplinadas afrouxam, intimidam-se, e acabam por se desprender, muitas vezes, dos seus pactos misteriosos com os

governos – se estes de abuso em abuso, de excesso em excesso, de ilegalidade em ilegalidade, escarnecendo dessa opinião pública – que é a consciência das nações – põe num perigo iminente e irreparável as instituições políticas do seu país.

«Para nós, tão nefastos são os abusos de Poglinc em 1830, como à obstinação e pertinácia de Guizot em 1848. Os excessos, os abusos, os erros políticos, quer sejam praticados em nome do rei, quer em nome da liberdade, são sempre excessos, são sempre abusos, e são sempre erros. Em nome da liberdade podem quaisquer actos ser tão criminosos, como em nome da tirania.»

Outra rara circunspecção mui relevante, pelo que pertence a Ramiro Coutinho no opúsculo que tenho presente, é a delicadeza com que procede em respeito aos seus adversários políticos.

Era então na câmara o sr. José Luciano de Castro a eloquência de mais desprante em galhardias de linguagem ervada, em esgrima de sátira, em destreza de argumentação, e estampido de frases bem boleadas à portuguesa de lei. Se assim o posso dizer, José Luciano de Castro, nos seus estudos prévios dos discursos parlamentares, encadeava as locuções perfurantes como quem carrega um revólver de doze tiros. Depois, ao disparar, dava uma luz, mas luz que queimava amigos e inimigos. *Urendo clarescit*, como disse Tácito. Pois, reportando-se a este valoroso mas às vezes atrabiliário contendor, que as gazetas da opposição injuriavam, Carlos Coutinho escreve a nota de pág. 12, que deixa tão nobre o censor como o arguido:

«O deputado a quem o orador se referiu é o sr. Luciano de Castro. Podemos asseverar, sem receio de sermos desmentidos, que foi este o único deputado da maioria, que se elevou, por vezes, à altura do debate, e que na frase calorosa e irritante duma filípica, cujos moldes Demóstenes ou Cícero rejeitariam, soube fazer-se escutar nas retaliações constantes do seu discurso. Todavia a sua inteligência e os seus dotes oratórios não de apagar e extinguir com um mais largo exercício da palavra estas violências de estilo.»

Outro: o sr. Costa e Silva, de quem as galerias, autorizadas pela câmara, riam destampadamente quando o sr. Casal Ribeiro o felicitava por se dar bem no prédio ministerial em ruínas. A observação do anotador parece querer despir os lutos do espirito do venerável velho:

... «O sr. Costa e Silva, a quem pela ordem da inscrição coube a palavra antes do sr. Casal Ribeiro... Este antigo magistrado, mais conhecido como juiz integérrimo do que como orador parlamentar, mais valioso na apreciação de pleitos forenses do que admirado pelos rasgos da sua eloquência, sobraçou a beca do magistrado, como disse o sr. Casal Ribeiro, o arregaçando-a até à altura da opa do tribuno, acusou a opposição com parcialidade».

Isto não é tão consolador como seria chamar-lhe Isócrates; mas é dar testemunho da probidade de um magistrado – honra que sobreleva muito a arte e engenho de falar concertadamente.

Ainda outro. O sr. Cláudio José Nunes já era notável orador, antes de manifestar-se, de improviso, poeta de impetuosas fantasias e inexcedível brilho. Este deputado chamou à carta constitucional – «pequena brochura a. Semelhante qualificação magoou o pudor das vestes do sacro lume da Constituição do Estado, como se não bastasse já ter-lhe chamado – «ponto de partida».

Outro qualquer comentador da oração do sr. Casal Ribeiro denunciaria ao país o sr. Cláudio José Nunes como demagogo, visto que chamara à Carta *pequena brochura*,

quando o respeito a tal coisa estava reclamando que lhe chamasse *fólio máximo*, a não querer sair com os seus epítetos fora da ciência do formato.

Eis aqui a moderada glosa que lhe faz Ramiro Coutinho:

«O sr. Cláudio José Nunes, relator da comissão, nos verbosos e longos períodos do seu exórdio chamou *pequena brochura* à carta constitucional. Apreciando, como devemos, o talento do jovem deputado, no interesse que tomamos pelo seu futuro literário, lamentamos que a inspiração o elevasse a regiões, de onde não pôde enxergar com acerto as disposições do Código Político do seu país, a sua grandiosa significação, e os homens que dirigem a situação nesta terra.»

Estas notas, com que eu vou marginando o meu exemplar do famigerado discurso do sr. Casal Ribeiro, seriam fúteis, se os amigos e admiradores do visconde de Ouguela mas não descontassem na satisfação que deve dar-lhes a evidência de que ai, por esses calvários das praças, dos cafés, e talvez dos tribunais, lhe crucificaram a dignidade de português, aviltando-o com a aleivosia de ibérico. Neste opúsculo está um protesto que devia soar no ânimo dos inflexos juízes da Relação de Lisboa que, nove anos depois, o ilibaram do estigma de faccionário da fusão ibérica.

O sr. Casal Ribeiro exclamara:

«É preciso que se diga na tribuna portuguesa, sem rodeios nem hesitações, qual é o verdadeiro sentimento nacional. É preciso que se diga que em relação à Espanha nós não podemos nem queremos ser conquistadores e também não queremos nem podemos ser *conquistados!*»

E o sr. Ramiro Coutinho aplaudira o patriotismo do seu amigo, abraçando a oportunidade de responder aos inimigos de 1872, que se lhe antolharam lançando a sonda ao abismo da calúnia:

«Os aplausos unânimes, que de todos os lados da Câmara provocaram estes e os seguintes períodos, prestam valiosíssimo testemunho de que o orador, inspirando-se em tão elevados como patrióticos sentimentos, soube fielmente interpretar a opinião nacional. Quantos escritores estrangeiros falam das nossas coisas, revelam os nossos pensamentos, traduzem as nossas necessidades, determinam os nossos movimentos, e apreciam os nossos destinos, sem se dar ao incómodo de lançar os olhos sobre uma página da antiga história portuguesa, nem consultar um facto da vida actual deste país! É exactamente como se escrevessem acerca da república de Platão, ou da Icária de Mr. Cabet. Sonhar é mais fácil que estudar. Foi assim que a princesa de Solms, hoje madama Ratazi, nos poéticos arrebatamentos da sua fantasia, nos brindou com o papel de Piemonte da península hispânica, pelo simples e naturalíssimo facto de haver El-Rei o Senhor D. Luís tomado por esposa a filha de Vítor Manuel. Foi assim que Mr. de la Varenue nos descreveu ansiosos de completar a unidade ibérica, formando uma das subdivisões do seu simétrico quadro político-geográfico das raças europeias. E foi assim também que alguns jornais espanhóis, tomando a sério conselhos, que só moviam ao riso o bom senso português, bradavam *alerta* em Madrid, por ocasião do casamento de El-Rei e aconselhavam o governo da Rainha de Espanha a guarnecer de tropas a fronteira, como se os soldados portugueses se aprestassem a inverter as cenas de 1580, e vingar a invasão dos terços do duque de Alba. Sosseguem os entusiasmos e as apreensões *fusionistas*. Aqui ninguém quer *fusão*, nem com a dinastia de Bragança, nem com a dinastia de Bourbon. Queremos ser o que somos – independentes e livres. União nacional com a Espanha não nos convém. Aliança e amizade – sim –

e quanto mais íntima tanto melhor.»

Aí está o republicano federalista, o apóstata da independência que assim andou denegrindo no conceito das turbas, sujo da espuma social, onde os parvos se topam e nivelam barba por barba com os infames.

VIII

Carlos Ramiro Coutinho foi agraciado com o título de barão de Barcelinhos em 8 de Fevereiro de 1864.

Esta mercê derivou espontaneamente do sr. duque de Loulé, a quem o agraciado considerou sempre com as deferências irrecusáveis à tão pundonoroso quanto inteligente fidalgo. Este respeito, que podia ser meramente pessoal, procedia também das razões políticas, sem que devamos por isso incorporar o barão de Barcelinhos na parcialidade militante do sr. duque.

Razões políticas vinham a ser, na veneração afectiva do barão de Barcelinhos, os naturais impulsos que nos levam a discriminar dos estadistas já gastos, e no último fio da reputação de Cagliostro, um carácter sem mácula, dilatada vida pública sem desar que lhe desluz a reputação, mediania de posses com imensos tesouros de jóias da honra. Há muitos anos que os publicistas, os oradores, os poetas, e talvez eu na bagagem desses válidos frecheiros, andamos acerando epigramas para doestar o duque de Loulé. Até hoje apenas lhe descobrimos um órgão vulnerável: o da pachorra. Temos querido que a indolência congenial deste fidalgo lhe seja havida como imperfeição no complexo das virtudes cívicas. Arguimo-lo de silêncios astutos e sonos profundos que se não compadecem com a vigilância palavrosa de um bom ministro. É o único depoimento que vai acusar o sr. duque no tribunal dos vindouros. Mas contra nós tem de erguer-se um severíssimo juiz, que nos há-de perguntar pela honra dos grandes discreteadores afadigados em estéreis insónias, e mui usurariamente pagos das noites que perderam a meditarem no mais seguro meio de nos governarem com papéis e palavras.

O barão de Barcelinhos era admitido à convivência do polidíssimo duque de Loulé cuja cortesia, natural e antiquíssima de sua casa, e não reflexa da aula real, nem se requinta com os maiores nem se descompõe com os mínimos. Crê-se que há o que quer que seja do prestígio de estirpe em homens daquele porte. Quando fazem semblante de apoucar-se para se igualarem com os somenos, é então que o indelével preconceito da claríssima linhagem se nos avulta distinção natural e impressa na gravidade do aspecto.

Honorificado com a estima de tão selecto homem de Estado e prudentíssimo político, O visconde de Ouguela, desde que foi privado da liberdade, já duas vezes escreveu ao sr. duque de Loulé, mostrando-lhe porventura que o seu delito é de natureza tal que o não acovarda de chegar com tranquila consciência à presença do homem de bem.

IX

Quando o sr. Martens Ferrão engenhou a capricho uma divisão territorial que foi em grande parte recebida tumultuariamente, os arraianos de Campo Maior, Arronches e Ouguela, ciosos da autonomia do seu concelho, amotinaram-se na órbita da legalidade, reunindo-se no dia 9 de Janeiro de 1868 em Campo Maior, de onde enviaram ao barão de Barcelinhos, abastado proprietário naquele concelho, o seguinte telegrama:

Por um numeroso «meeting» que hoje teve lugar nesta vila foi nomeada uma comissão para ir perante o governo advogar os interesses de Campo Maior. V. Ex.^a foi nomeado presidente da comissão. Aceita? Digne-se responder por esta via com urgência. Cristóvão Barata – D. Gonçalo Carvajal – Manuel Jerónimo Mocinha.

O barão, para quem esta honra envolvia o prazer de pacificar povos de seu natural irrequietos e propensos a reacções, sobrepondo a tudo a estima que o prende aos habitantes daquelas terras eivadas de quase selvagem patriotismo, respondeu:

Aceito a honra que me fazem, e peço-lhes que declarem aos habitantes de Campo Maior que aceito penetrado de profundo reconhecimento, e que estou a seu lado para defender todos os seus foros e liberdades.

Seguros do bom êxito pela adesão de protector tão esclarecido da justiça dos representantes, e poderosamente enérgico e respeitado, os membros da comissão foram a Lisboa, e lograram a manutenção de seus foros. Em reconhecimento da solícita e prestante cooperação do seu presidente, a Câmara Municipal de Campo Maior galardoou o barão de Barcelinhos com este officio, que o desvelado amigo daquele povo arquiva entre os títulos de sua nobreza:

Il.^{mo} Ex.^{mo} sr. A Câmara Municipal de Campo Maior tem a honra de participar a V. Ex.^a que em sessão extraordinária de 19 do corrente, confirmou por unanimidade o voto do povo no grande comício nocturno de 17 de Janeiro do corrente ano para que o Terreiro da Misericórdia receba o nome de LARGO DO BARÃO DE BARCELINHOS, em razão dos serviços feitos por V. Ex.^a à autonomia do concelho. Certa a Câmara de que V. Ex.^a aceita esta tão valiosa prova de consideração e confiança do brioso povo Campomaiorense, desde já agradece a dedicação de V. Ex.^a da qual todos esperam muito. Deus guarde a V. Ex.^a Paços do Município de Campo Maior, 22 de Janeiro de 1868. – O presidente da Câmara Cristóvão Cardoso Albuquerque Barata. – O vereador fiscal José Maria de Matos. – O vereador Manuel Dias Mendes. – O vereador Francisco Luís Serra.

O barão de Barcelinhos, aceitando esta irrecusável recompensa do affecto de povo tão seu valido e estimado, enviou os leitreiros em ferro doirado para as ruas que então foram chamadas do *Conde de Ávila*, do *Visconde de Seabra* e do *General Magalhães*.

Estas denominações, simultâneas com a de *Barão de Barcelinhos*, nos estão inculcando que entre os quatro cavalheiros, queridos aos moradores de Campo Maior, havia identificação política, se não intimas relações de estima. Mais se presume e reforça este juízo quando, ao lado do conde de Ávila, se nos revela a esmerada solícitude com que o barão de Barcelinhos protege e prepara com seguro vencimento a candidatura do general Magalhães por Elvas, declinando de si, em favor do ministro, a

procuração que os arraianos lhe ofereciam e quase lhe impunham.

Uma carta do ministro da guerra se oferece como prova da serviçal aderência do barão à política eminentemente séria e metódica do sr. conde de Ávila:

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. meu particular amigo. Cada vez mais ligado por tantos e tão relevantes serviços que V. Ex^a tem feito e continua a fazer a favor da minha eleição. Devolvo as cartas que V. Ex^a tem tido a bondade de me enviar, e por elas vejo o estado em que se acha a minha eleição por Elvas, graças aos esforços e sacrifícios que V. Ex^a tem empregado neste sentido... *Creia-me sempre e para sempre o mais dedicado e amigo mais respeitoso José Maria de Magalhães. 7 de Março de 1868.*

Ao. tempo em que o visconde de Ouguela, por esses dias assim agraciado – *em testemunho do apreço pelos bons serviços que em diferentes épocas tem prestado com reconhecido proveito da causa pública* – ⁷ prestava a sua influência, com sacrifício de si próprio e da vontade dos eleitores ao general Magalhães, fermentava mais ou menos a ocultas um partido afoitamente devotado a reformas, ou não sei se diga a transformações radicais na governação pública.

Citavam-se com medo ou simpatia, com veneração ou com menosprezo os nomes heróicos ou audaciosos dos caudilhos da revolução. O marechal duque de Saldanha dava temerosa majestade à perspectiva dos ministros mais capazes de quererem supor em si e nos seus nervos fibras intrépidas do marquês de Pombal o sr. Mendes Leal, por exemplo, este viso-rei do Parnaso, que tem tanto pulso para a citara de Macias, como para o franquisque de gardingo. Bom homem e copioso dizedor de coisas vernaculíssimas, por cima de tudo o mais.

O visconde de Ouguela era muito daquele aberto coração do duque. Nascera este recíproco affecto com a unção das lágrimas. O visconde, em 1851, estudante na Universidade, visitara o marechal em Coimbra, quando a palavra *Regeneração* se lia no lábaro triunfante do velho general, sobre quem D. Pedro IV declinou a redenção do trono para a augusta filha e da liberdade para nós.

O duque, avistando Carlos entre os académicos da deputação, fixou-o com os olhos amarados de pranto, soluçando que ali estava o fiel retrato do seu querido filho conde de Almoester, morto na flor da vida e na exuberância do talento em Viena do Áustria.

Fortaleceu-se, no volver dos anos, a dilecção do duque bem correspondida do visconde a quem deslumbravam as tradições heróicas da epopeia de sessenta anos sempre lidados com egrégio decoro na guerra, na ciência e na diplomacia.

E, sem embargo da admiração que subjuga o visconde ao prestígio do marechal, a revolução de 19 de Maio de 1870 delineou-se e logrou o quase paradoxo dos seus intentos sem que o visconde de Ouguela convizinhasse politicamente dos promotores da revolta.

Os documentos irrefragáveis desta ousada afirmativa pudera eu dá-los aqui à contemplação dos incrédulos, se a generosidade do visconde, irmanada com um propósito de timbroso desprezo, me não dispensasse de fazer estendal das alforrecas que o esgoto da política lhe revessou às salas de sua casa.

Não me sofre, porém, o ânimo esconder da critica e até da mordacidade uma inconsideração do visconde, que se lhe é realce grande ao coração, certo lhe não adula indulgentemente o juízo discreto.

⁷ Decreto de 31 de Março de 1868, referendado pelo sr. conde de Ávila, de quem tenho presente uma carta de aviso ao visconde, felicitando-o com expressões muito cordiais, e protestos de amizade agradecida.

O visconde de Ouguela conhecia o sr. barão do Rio Zêzere com bastante dedicação, por lhe vir do sr. duque de Saldanha este conhecimento, aliás estimável, ainda sem o mérito recomendativo do ilustre marechal. Suspeito, com mais ou menos justiça, ao gabinete de 1869, o sr. barão do Rio Zêzere foi custodiado na Torre de S. Julião. Das cartas deste cavalheiro enviadas ao visconde depreende-se que no seu comportamento não houvera deslize de obediência, e portanto nenhum receio do conselho de investigação o inquieta; todavia regozija-se, e agradece encarecidamente a defesa que o visconde de Ouguela lhe promete.

E, ao mesmo tempo, o sr. duque de Saldanha, muito e lealíssimo amigo do sr. barão, escrevia ao visconde reforçando com os seus os agradecimentos do preso. No auge da sua bondade suprema, o duque, escrevendo ao visconde de Ouguela, fantasiava hiperbolicamente que o seu amigo barão do Rio Zêzere estava sendo *martirizado pelo governo*; e o visconde, avezado a fazer abrir portas de cadeias com a magia da sua palavra, sorriu generosamente ao grandioso feito de repor o mártir em liberdade para que o sol do céu e o da honra ilibada lhe dessem as alegrias da inocência.

Eis aqui um lapso na vida de um homem não desdourado ainda por ligeirezas ou desonestidades políticas. Dificultosamente justificaria a sua incumplicidade no tumulto de 19 de Maio quem tão intrepidamente queria sair pela candura dos mártires que naquele dia brilhavam, como em cena final de glória de Auto, depois dos suplícios suportados com santa e valente conformidade!

Muito favor me faria V. Ex^a se quisesse ter a bondade de fornecer-me os argumentos para fazer ver com evidência o despotismo, a infâmia do procedimento ministerial a respeito do barão: escrevia o sr. duque de Saldanha ao visconde de Ouguela em 28 de Dezembro de 1869.

Parece, pois, que o visconde, liberalizando os seus talentos oratórios e hermenêutica jurídica na defesa da pessoa detraída e presa, além de muito de sua estima, em vez de desairar-se, granjeava subido conceito como patrono e notável honra como inimigo de vexames, quer eles proviessem de governo de sua parcialidade, quer de inimigos seus, como a paixão política usa depravá-los.

Mas as praxes e manhas da política são incomportáveis com tanta bizzarria de sentimentos.

O visconde, traído pelo coração, e esquecido do preceito evangélico que manda aliar a sagacidade da serpente à candura da pomba, expôs-se implicitamente, arriscou-se a ser contagiado do morbo revolucionário do sr. conde de Peniche, do sr. José Dias Ferreira, do sr. duque de Saldanha; e, se não digo do sr. António Rodrigues Sampaio, é porque este eminente publicista sofreu apenas um ataque benigno que lhe não deixou lesão nas faculdades quase perfeitas do seu espirito. No sr. barão de Rio Zêzere, que o visconde queria defender, também a calúnia não pôde fazer estragos, sendo que os actos posteriores da sua vida política o desassombram de alguma nuvem que lhe vinha de longe escurecendo a glória.

Como quer que fosse, o visconde de Ouguela pecou venialmente, oferecendo os dons da sua obsequiosa inteligência à justificação de uma pessoa que os rumores daquele tempo deslustravam exageradamente.

Por decreto do regente de Espanha foi o visconde de Ouguela nomeado comendador ordinário da real ordem de Carlos III, havendo já sido, em 1870, agraciado com o hábito de cavaleiro da real ordem de Isabel, a Católica.

Em 13 de Novembro de 1871 obteve licença para aceitar o grande cordão (grã-cruz) da ordem de Nichan Iftihar, a mais preclara consideração que o Bel, monarca electivo de Tunis, podia dar-lhe. Eu sou de parecer que esta insígnia é mais que muito apreciável por saber que o sr. marquês de Ávila e Bolama se compraz jovialmente em possuí-la, sendo, se me não engano, tão rara neste país, ubérrimo disso, que só tenho nota destas duas mercês enviadas para Portugal. Se mais alguém a possui, haja de indulgenciar a minha pouca notícia destas coisas.⁸

Ao descrever as distinções aristocráticas, concedidas aos serviços cívicos, e aos méritos de inteligência do visconde de Ouguela, sugerem-se-me, e muito a tempo, reflexões dignas de alguma ponderação. Dizem os seus detraidores menos infamatórios que o barão de Barcelinhos, fidalgo cavaleiro da casa real com serviço no Paço, visconde de Ouguela, cavaleiro e comendador das reais ordens de Isabel a Católica e Carlos III, grã-cruz da ordem de Nichan Iftihar, dizem, repito, que é republicano este homem. Pois eu não duvidando da sua bem provada afeição ao povo – quero dizer à arraia miúda que se chama povo a si, enquanto se não ergue às cavaleiras dos seus pares – declaro que o vejo muito distanciado das ideias utopistas da igualdade republicana. Se ele andasse por ai a deteriorar a tarifa dos direitos de mercê, a desfazer na estirpe dos titulares, a deplorar que as cruces se crucificassem em peitos de maus ladrões, a ensinar ao povo o desprezo das honrarias chatinadas, era de temer que o talento, de mãos dadas com o desprezo das coisas, que trazem cunho real, cedo ou tarde irrompesse em atentados contra a monarquia e suas dependências. Mas, se o visconde de Ouguela não só adquire ou aceita a fidalguia e veneras correspondentes, mas até já premedita continuar em seu filho a sobrevivência dessas distinções, como é que se concilia o extremo arrojo democrático, de que o argúem, com o extremo affecto à nobreza de que nos tem sido testemunhas os actos da sua notória vida, e até as ilustres relações que lha tem condecorado?

O visconde de Ouguela tem um filho de dez anos, já moço fidalgo da casa real, por sucessão. Quem estaria a revestir-se a si e a seu filho de fardas e fitas, que reluzem tão somente à ourela do trono, e ao mesmo tempo a minar o baque do trono, e a fazer praça à república, onde depois as veneras e as fardas haviam de ser postas em pelourinho de irrisão, e tanto mais assobiadas quanto os caudilhos das turbas se prevalecessem dessas tafularias obsoletas?

E, depois, vejamos se dos algarismos, com perdão dos poetas, podemos inferir que é impraticável absurdez ser o visconde de Ouguela republicano, desde que o socialista Proudhon acoimou de ladravazes os proprietários, e desde que os proletários fiam da república a mais ou menos demorada repartição da propriedade, como consequentes que

⁸ Como curiosidade ofereço a versão francesa do diploma:

Louage a Dieu unique!

De la part du serviteur de Dieu Supreme, celui qui s'en remet a lui, et auquel il a confié dans toutes ses affaires, le Mouchir Mohammed Enodak Bacha Bey. Possesseur du Royaume de Tunis.

A l'élite des illustres, au distingué par son éloquence, Monsieur le Vicomte d'Ouguela, ensuite, sur la demande de Noire Premier Ministre, et Ministre des Affaires Etrangères et à cause de vos brillants mérites, nous vous envoyons cette décoration, qui est destinée a ceux qui possèdent le mérite, et la noblesse, ornée de notre nom, e de la classe supérieure de Notre Nichan Iftihar. Revetéz-la en paix et en tranquillité.

são, e, pouco há, provaram sê-lo pelo franco apostolado de Delescluse, de Milliere, de Vermersch.

Venham algarismos.

Os viscondes de Ouguela possuem em Lisboa, Belém, e Olivais, Campo Maior, e Ilha da Madeira propriedades rústicas e urbanas, cujo valor venal é: 342.000\$000. Pagam de contribuição predial: 2.450\$000. Os seus haveres em acções, inscrições e valores de carteira não os averigui; mas recorde-me de ter ouvido calcular aproximadamente uma avultada soma. Como accionista importante do banco de Portugal, e algum tempo membro da comissão fiscal, orou ele nas assembleias gerais, favorável às direcções, com aquele esmero e zelo que usam os accionistas inimigos natos de repúblicas, e de tudo que se aparente com aquela ominosa palavra: *res-publica*, «propriedade de todos».

Tirante as cláusulas descritas que dissuadem suspeitas de republicanismo, e antes asseveram afeição grande às regalias que promanam da munificência dos monarcas, oferece-se-me pensar, com grande fundamento, que o visconde de Ouguela respeitou a casa real portuguesa, e não só do respeito de súbdito, senão também de amável dedicação. Por sua majestade a rainha sente ele o affecto íntimo e respeitoso, em que é grande parte o resplendor da heróica fronte de Vítor Manuel, e não menor incentivo sentar-se a augusta senhora no trono de D. Maria II, rainha tão amada de Ricardo Syllés Coutinho, aquele nobre cidadão, que acendrava o seu amor aos legítimos soberanos, o cárcere, onde hoje o filho se está depurando da calúnia de republicano. O sr. infante D. Augusto acolhia descerimoniosamente no Paço das Necessidades o visconde; e S. M. o sr. D. Fernando, perante quem as excelências mais qualificadas são as do espírito, dignava-se convidá-lo a frequentar o Paço, segundo infiro de uma carta, que vai trasladada, porque vislumbram nela sentimentos de príncipe ilustrado, que fazem muito ao decoro do cavalheiro a quem são liberalizados

«II.^{mo} Ex.^{mo} Sr. – Sua Majestade El-Rei o sr. D. Fernando encarrega-me de agradecer a V. Ex.^a o cavallo malhado que lhe mandou; bem como o Sr. Infante D. Augusto quer que igualmente eu faça constar a V. Ex.^a que ficou muito penhorado com a delicada atenção de V. Ex.^a.

«Sua Majestade El-Rei desejaria ver a V. Ex.^a neste Paço para de viva voz lhe dar os seus agradecimentos e para este efeito previno a V. Ex.^a que as horas das 12 à 1 é a mais conveniente para V. Ex.^a lhe falar. De V. Ex.^a muito atento venerador e criado – *Conde da Foz* – Paço das Necessidades, 13 de Novembro de 1867.»

Eu tive a satisfação de conhecer no quarto do visconde de Ouguela, no Limoeiro, o sr. visconde do Paço do Lumiar, amigo dilectíssimo do sr. infante D. Augusto, e por igual affectivo apreciador do ilustre preso. E aquele cavalheiro testemunha da veneração extremosa com que o visconde recebia a estima que lhe dava o sr. duque do Porto; e, se ao ânimo inteiro do visconde do Paço do Lumiar entrasse a desconfiança de menos dignos intuitos, tenho como certo que tão acrisolado amigo da família real não iria levar ao «republicano» em ferros as expressões espontâneas com que os homens de bem despontam os espinhos da desgraça imerecida.

E já que derivei a este relanço, onde cabe escrever um nome como quem abre a mais suave página deste livrinho, hei-de falar de um amigo do visconde de Ouguela, o sr. José Maria de

Almeida Teixeira de Queirós, de cuja amizade o visconde se ufana como homem ferido de injúrias e refugiado nos braços de quem, estreitando-o ao seio, lhe dá o alento da probidade immaculada.

Teixeira de Queirós, juiz do Tribunal do Comércio, ainda no vigor dos anos, com

as tradições gloriosas da Universidade, onde floresceu em suavidades de poesia e fruteou nos graves estudos da jurisprudência, trilhou a senda escabrosa da magistratura, no inquebrantável aprumo da dignidade, lutando e ganhando triunfos, que não se alcançam sem os haver medido pelo tamanho dos desgostos. Amargurados lhe deviam de ser os júbilos da consciência, na carreira da magistratura, se ele não fosse a alma impertérrita que sopesa as conveniências próprias para que o sorriso sedutor ou a catadura sinistra de validíssimos potentados o não deslumbrem nem apavorem.

Quando este homem continua o seu affecto àqueles que a sociedade injuria, a probidade e a justiça estão da parte dos injuriados. E quando o visconde de Ouguela nas cartas com que me paga, além do que ela vale, a amizade que lhe tenho, me diz que ama Teixeira de Queirós com estremecido amor de filho, eu, de experiência própria, sei como é que assim pode ser venerado e amado tão honrador amigo.

«Ilumina-se este cárcere, quando ele aparece naquela porta!» dizia-me o visconde de Ouguela, comovido da veemência do seu contentamento, por ter visto a seu lado Teixeira de Queirós, testificando com austero desassombro o testemunho da sua consideração pelo homem vilipendiado.

XI

No lapso do primeiro semestre de 1872, o visconde de Ouguela, com a concorrência de capitalistas nacionais e estrangeiros, pensava activamente na fundação dum Banco, que se havia de chamar *Banco Real e Nacional*. O secretário particular do sr. D. Luís I, José Eduardo de Magalhães Coutinho, conferenciou com o visconde sobre este assunto, de onde havia de advir à casa real o benefício da desoneração de dividas, que, se lhe não desdouram a majestade, como decerto não desdouram, bem pode ser que lhe tolham maior desafogo nas despesas e pompas adstritas à categoria. Estes alvedrios não são usuais em republicanos, nem seria curial abrir devassa em gabinetes de ministros ou nos soalheiros das praças sobre os secretos desígnios dos signatários dos Estatutos, sendo estes o sr. barão de Lagos, José Eduardo de Magalhães Coutinho, *médico e secretário de el-rei*, marquês de Angeja, Manuel José Machado, João José Machado, visconde de Ouguela, Carlos Kruz, príncipe Adam Wiszmecki, Septimus Francis Porter, Henry de Lacy O'brien, conde Alfred de la Guéronnière, e Sebastião Carlos Navarro de Andrade.⁹

As meditações e os estudos prévios deste poderosíssimo estabelecimento, em que a vontade do visconde se empenhara, desprendida de conluios políticos de todo alheios e até nocivos a empresa de tal ordem, foram atalhados por uma inopinada angústia que traspassou o coração do visconde. Uma filha da sr^a viscondessa, foi subitamente ferida de doença irremediável com muito demorada agonia. Aquela menina, ainda infantil, quando o visconde mereceu ser-lhe segundo e caridoso pai, cresceu, para assim dizer, no colo dele, que se deliciava em lho aproveitar a prodigiosa aptidão para as prendas do seu raro espírito. Este imenso amor ia ser-lhe disputado pela morte. O visconde, ao lado da enferma que lhe lia nas lágrimas ou no falso sorriso a sentença ou a esperança, devorou as incomportáveis amarguras que, afinal, quando a sepultura se fecha, deixam a alma quebrada e já vazia das lágrimas do desafogo.

Ao sétimo dia desta tormenta da saudade, na tarde de 29 de Agosto de 1872, o alívio que o visconde recebeu foi a intimação de recolher-se à cadeia, e esperar aí que se lhe desse a nota da culpa.

O sobressalto não deu lugar à reacção da alma aflita.

O visconde solicitou concessões urgentes à tranquilização de sua família; mas o agente da captura não podia ser mais delicado que os descompassivos quadrilheiros de onde havia baixado a ordem desabrida.

E, ao mesmo tempo que o carcereiro examinava a solidez das grades no toque do ferro para depois correr os ferrolhos, e deixar ao preso contar um por um os minutos daquela noite horrenda, a calúnia industriada dizia cá fora que o visconde premeditara aluir o trono, dar Portugal a Castela, e incendiar Lisboa. Estes boatos, atirados ao sevo do gentio, que se repasta com sofreguidão de fera nas reputações mais acatáveis, desciam de alto, ou desde a lama os levantara até si quem se valera de vilíssimos denunciantes para fazer baixar a lei à protérvia de pronunciar um homem de tal porte. Não eram simplesmente rumores do povo as aleivosias que repercutiram no cárcere, levadas ao visconde nas lágrimas de sua mãe, de sua esposa, de seus extremosíssimos enteados, e no assombro consternado do filho. Estavam escritas, e ponderadas no processo, segundo devemos inferir da equidade com que a Relação de Lisboa as propulsou, mandando retrair a calúnia e incorporá-la na consciência do precipitado juiz que lavrou o despacho de pronúncia.

⁹ Está lavrada a escritura e registada no Tribunal do Comércio. A escritura pública foi lavrada na nota do tabelião João Baptista Ferreira, de Lisboa.

Nesses primeiros dias de cárcere, o visconde foi afrontado com diversos ultrajes – uns que se denominam direitos da justiça, e neste caso se inclui o estólido e brutal interrogatório a seu feitor, e o abrirem-lhe as cartas procedentes do estrangeiro – outros que não sei de onde enxurraram por não ser fácil presumir em que lupanar uns trovadores de bordel aconsoantaram as copias desbragadas que foram cantar-lhe de frente de sua janela no Limoeiro. O visconde rivalizou em liberalidade com os insufladores daquela selvajaria, porque, derramando alguns punhados de cobre sobre os desgraçados intérpretes de mais alçados engenhos, os trovadores não voltaram, quer o cobre lhes batesse na consciência, quer mais levantada categoria os remisse da tão ignóbil mercancia dos seus dons apolíneos.

Uma das cartas, que lhe foi entregue depois de lida, tornara-se suspeita por vir lacrada com as armas e iniciais do duque de Montpensier. Ao lerem-na, corria-lhes obrigação aos síndicos de se condoerem e envergonharem. Era o duque enviando confortos de amigo àquela família em luto pela morte da menina que o filho de Luís Filipe havia conhecido nas salas do visconde de Ouguela. Eis aqui a textual carta onde a alçada do redivivo conde de Basto farejara crime de alta traição:

«Rendam (Puy da Dôme) 26 de Agosto de 1572. Mi muy querido vizconde. Por una casualidad acabo de saber la nueva y penible desgracia que v. ha sufrido en este mes. Nos asociamos todos á su dolor con todos nuestros corazones afligidos también por repetidos golpes, v rogamos á v. ser con la vizcondesa y todos los suyos de interprete de todos los sentimientos que conservan y conservaran siempre hacia v.^{es} todos mi hijos y las infantas. Su mas afecto Antonio d'Orleans.»

O visconde de Ouguela, privilegiado nas graças insinuantes da conversação, e no dom de benquistar assim o pobre que se valia de sua magnanimidade, como os favorecidos do acaso de ilustre berço que se compraziam do seu talento, cativara a estima do pretendente à coroa de Espanha na temporada de residência que sua Alteza teve em Lisboa.

Vi, entre outras, a carta que o duque de Montpensier escreveu ao visconde de Ouguela em resposta aos pêsames que repetidamente lhe enviara, por aquela celebrada catástrofe do infante de Bourbon, morto em duelo. Desta carta vislumbra um espirito sereno, firme diante da severidade da lei, submisso ao seu destino, igual na coragem com que espera a sentença do conselho de guerra, como esperara a bala no campo da honra, onde fora atraído por desaires que antepunham a dignidade ao receio da morte.

É um documento, que nobilita o visconde, e não será de todo menosprezado no arquivo da história:

«Querido vizconde. He esperado basta hoy para dar te las gracias por sus dos cartas del mes pesado, e sus repetidos ofrecimientos que tanto aprecio, y que no olvido, ni olvidaré nunca.

«Espero ser juzgado pronto por un consejo de guerra, según es de ley por un capitán general. Desde el primero día espero y deseo que la justicia tuviera su curso en todo rigor. Recibo muy buenas noticias de Sevilla, donde todos se acuerdan mucho de vizconde y de la vizcondesa a quien desean haja vizconde presente mis recuerdos, contando siempre con el muy aprecio de su mas afecto Antonio d'Orleans.»

XII

A difamação portuguesa mandou-se fotografar no *Times* de 15 de Outubro. O signatário é *um português*, e simboliza naquela palavra patronímica os créditos que se devem ao general de Tebas de incorruptível veracidade.

O leitor curioso deseja informar-se do que nunca poderia saber da sua terra, se o *Times* lho não desse de torna-viagem. Pode ai saber que Lisboa foi sobressaltada por um atentado contra as instituições; mas o mesmo informador desobstrui a sua consciência biliosa, confessando que o governo dera à conspiração proporções que ela não tinha. Depois, conta que alguns chefes da conspiração têm sido presos, como socialistas e republicanos; e por último, já decorridos dois meses depois da perturbação de Lisboa, dá como quase restabelecida a ordem. Dois meses a restabelecer a ordem, mas... restabelecida quase! Este português, pelos modos, acha proporções diminutas as de uma revolução socialista republicana, e é de opinião que os conspiradores presos visavam provavelmente a estabelecer a internacional socialista, o *beau ideal* da comuna. Ora, se o plano dos conspiradores podia ser pior, defenda-nos Deus deles, e da história escrita por este Fr. Bernardo de Brito do *Times*.

Outro periódico, que se publica em Londres, *L'union des actionnaires*, relata os acontecimentos de Portugal com mais elevada critica, sem embargo do colorido um tanto prejudicial à feição verdadeira dos pormenores. Entretanto, no remate desse artigo há um relevo de verdade que deve amedrontar o país, muito mais que o terror das conspirações contra os ministros: A VERDADEIRA REVOLUÇÃO ESTÁ NO TESOURO.

CONCLUSÃO

Tracei as linhas principais da biografia do visconde de Ouguela. Quanto em mim coube, simplifiquei o estilo, porque, se me não engana o conceito desta obrinha, espero que ma leiam mais pessoas dadas ao conhecimento da verdade que aos adornos da escrita.

Escrevi com afecto; mas sem o entusiasmo que usa empoar a vista da crítica; escrevi com a consciência da iniquidade que ofende o meu amigo, mas sem ódio aos inimigos dele. Entre estes há uns que eu desculpo, quanto Deus me manda desculpar os ignorantes: sofrem e morrem muitos homens de bem esmagados pela estolidez de opressores inconscientes, fariseus da política. Há outros que têm na alma lumes de razão que lhes não deixa enoitecer e dormir a consciência: esses sabem que são infestos à felicidade alheia; encaneceram na ambição de supremacias que não podiam alcançar aboroados à lógica da honra; calejaram a sensibilidade nos atritos que venceram; arremessaram-se, a galões da calúnia, esporeados pela inveja, por de cima de todas as barreiras; e, enfim, receando que a vida lhes fosse mais breve do que a arte, no último quartel da existência, tornaram-se ferozes. Tais e quejandos, se a Providência nos castigasse hoje com um rei absoluto, armariam de cacete os pretorianos da antiga polícia, e mandariam apear da Praça Nova a estátua de D. Pedro IV para repor os espeques no local onde há quarenta anos espumavam sangue as cabeças expostas.

O povo português teme-se da república, do socialismo e da fusão ibérica; é perdoável o susto; mas não é racional. Do despotismo é que deve temer-se. A urdidura é mais ignóbil que esperta. A luz é imensa, radia por todos os latíbulos, a gente põe o dedo no peito dos déspotas embrionários, quando eles se cuidam a fabricar na treva algemas de ferro doirado para a liberdade. Alguns envolvem-se no immaculado manto real, e nesse mesmo disfarce se denunciam.

Quando a liberdade os defronta com as armas da razão – que outras mais eficazes caíram na terra onde dormem os 7.000 de Ariosa de Pampelido – eles, os sucessores espúrios da herança então ganha, arrodela-se com os paveses do Paço, e embaralham a inviolabilidade de suas pessoas com a conservação da dinastia.

Dizem-me que o rei de Portugal conhece lucidamente a sua época; mas não tem ainda a consumada ciência de decifrar os homens do seu tempo, nem é licito increpá-lo desse desar, sendo tantíssimos os caracteres que, durante o seu reinado, lhe vão desfilando por diante da soberania indecisa. A abjecção desfigura uns, a cavilação outros, porque em todos fermenta a vaidade da privança – moléstia que se não compadece com os reis constitucionais, salvo quando a voragem se lhes está abrindo no declive do absolutismo.

Terrores dessa queda são ainda intempestivos; mas virá um dia em que não sejam extemporâneos, se a generosa índole do sr. D. Luís I, guiada pelas santas tradições de sua augusta mãe e de seu adorado irmão, o não emergir acima de baixas intrigas que, sem lhe ofuscarem a poeira, podem desfalcar a glória do seu reinado.

A prisão do visconde de Ouguela é uma injustiça irremediável, porque ficará sendo sempre um arbítrio com dolorosas consequências.

O visconde, criado de el-rei, respeitou sempre a mão magnânima de onde derivaram copiosamente as honras com que bons serviços e úteis talentos lhe foram premiados. Se a distância e vida particular o tinham arredado das salas do rei, sobejam provas de reverente amor à família real; e, quando ainda essas não desmentissem torpes depoimentos, fora mister aos que lhe devassaram a consciência afastar de redor do homem de bem a escumalha social que o malsinou.

Os inimigos do visconde, acercando-se de delatores esponjados na escória deviam tremer pela responsabilidade que puseram sobre si, identificando a justiça à consciência deles. Se o seu propósito era quebrarem o braço robusto do marquês de Angeja ou apavorarem o ânimo em demasia aventureiro do conde de Magalhães, ressalvassem a dignidade, respeitassem a liberdade de um homem, que tanto os não temia que os esperou com o sossego de inocente, absorvido na angústia em que o soçobrara a morte de sua enteada. Diante da serena obediência do preso desprevenido devia de retrair-se a iniquidade corrida de sua crueza. No momento em que tamanha punhalada se dava no seio de uma família, os empenhados em seduzir a boa fé e impróvida bondade de el-rei, deviam, por meio de seus servos agaloados, remediar a continuação da afronta, convertida já em cinco meses de ferros.

Se o tribunal da Relação pudesse encadear-se a respeitos ignominiosos, o visconde de Ouguela estaria hoje desonrado como inimigo do rei e da pátria. Seria mister um heróico esforço, senão milagre de consciência ileza, para não sucumbir à grandeza do opróbrio confirmado por lei, e propagado na voz pública. Os respeitáveis juízes levantaram de sobre aquela alma um enorme peso de vilipêndio; mas a liberdade, o sol, o contentamento, a família, todos os direitos da existência honrada lhe foram violados, e postos como hecatombe na ara onde o ministério se balanceia a si próprio o incensório, cobrindo-se com o dossel do trono.

Que esperam desta abortada prenhez de ódio os campeões equívocos da liberdade?

Não esperam nem receiam. É-lhes ressalvo o poder.

Demonstrada a inocência do visconde de Ouguela, no que respeita à gravidade da culpa arguida, que há depois que ver entre o inocente ilibado e os inimigos convictos da calúnia? Não há que ver nada. Há a irresponsabilidade da infâmia que se agacha na escuridão das suas ciladas. Há a pública indiferença, que tanto monta quando injuria como quando louva. Há, para o dizer em duas palavras, um ministério que triunfa, logrando ter no cárcere o homem que poderia odiá-lo, mas que nem sequer lhe tramou a queda.

Quando esta verdade, que me está na cons. ciência, iluminar a opinião do povo, o visconde de Ouguela terá padecido muito para que a benquerença dos seus concidadãos o indemneze. Ele saiu de sua casa chorando um anjo, que lhe caíra do seio de pai aos braços da morte; e, voltando ao seio de sua família, chorará ainda a perda da esperança na dignidade de sua pátria, depois de haver recebido no Limoeiro a recompensa dos quarenta anos de serviços de seu pai velados no altar, onde D. Pedro IV deixara invulneradas a liberdade e a honra de a defender.

D. António Alves Martins

BISPO DE VISEU

ESBOÇO BIOGRÁFICO

É agradável e não comum esboçar alguns traços da vida de um varão benemérito, cujos antepassados, praticando obscuramente o bem, nos não intimam o dever de lhes atribuir ou inventar proezas cívicas. Em tempos não remotos, quando era costume inculcar ou explicar, pelo decoro da estirpe, virtudes ou heroísmos, raro biógrafo se sala limpa e airosamente de ao pé do berço humilde do seu herói. É ver o empenho pouco menos de lastimável dos que inventaram avós fidalgos a João Pinto Ribeiro, como se o esplendor de seu patriotismo fosse demasiado para um só homem, e devesse, em vez de ir adiante afidalgar vindouros, retroceder aos passados, e lustrar-lhes as sepulturas em galardão póstumo! Donairosa e bizarra fidalguia é uma que nos faz sentir que o é, porque há aí natural fronteira entre bom e mau: é a que vemos gerar-se, florir e frutear sem inculcadas e vãs precedências; é a que assinala os homens prestantes, alumando-os de luz sua, a fim de que a posteridade os estreme da sombra, se os contemporâneos não puderam ou não quiseram aquilatá-los desassombadamente. Homens deste Vulto, por si mesmos nobilitados, não se procuram no berço: é em meio de nós, é desde o momento que os vimos receber da gratidão pública os títulos de sua nobreza.

O sr. D. António Alves Martins, doutor na faculdade de teologia, bispo de Viseu, par do reino e ministro de Estado honorário, nasceu na Granja de Alijó, província de Trás-os-Montes, aos 18 de Fevereiro de 1808. Modesta abundância e laboriosa probidade – excelências congêneres da profissão agricultora – honravam e felicitavam a família de que procede o sr. bispo de Viseu.

Dado que a sua iniciação a estudos superiores não levasse o intento posto em determinado destino, motivos em que talvez seria grande parte a obediência, moveram o moço de dezasseis anos a entrar na Terceira Ordem de S. Francisco chamada da Penitência, cuja casa capitular era em Lisboa.

Não é já hoje em dia muito vulgar a noticia da ilustração em que primacialmente se avantajava aquela corporação religiosa, cujos serviços literários e evangélicos aí estão consignados nas *Memórias* históricas do arcebispo Cenáculo e nos variados escritos de fr. Vicente Salgado. Nenhuma ordem, digamo-lo assim, acabou com mais brilhantes fins de existência gloriosa, através de quatro séculos. Ali principalmente se ensinaram a diplomática e as línguas orientais; dali saíram abalizados mestres de grego e hebraico, árabe e siríaco.

Muito de indústria lembramos esta cláusula quase inútil, porque temos lido e ouvido inconsiderados se não indoutíssimos conceitos dos Regulares da Terceira Ordem de S. Francisco. Não será pois descabido lembrar a juízes menos competentes que a livraria, actualmente chamada da Academia Real das Ciências, era a deles.

Em 21 de Maio de 1825 vestiu o sr. António Alves Martins o hábito de professo, e passou a estudar filosofia no Colégio do Espírito Santo em]Nora, doação de el-rei D. José à Terceira Ordem, em 1776, extinta a Companhia de Jesus. Em Outubro do ano seguinte, matriculou-se no colégio das Artes, com o propósito de seguir o curso

universitário, frequentando alternadamente as aulas de matemática, filosofia e teologia.

Cursava o distinto académico o seu terceiro ano da universidade, quando as renovadas ideias de 1820 agitavam febrilmente os ânimos de grande número de escolares – aquela falange de generosa mocidade, predestinada a ser tão grande parte na propaganda dos princípios liberais e na ocupação dos mais eminentes postos da representação nacional. O aluno de teologia, posto que ligado a uma corporação religiosa, aliou-se aos propugna dores do governo representativo, sem todavia emparceirar-se com os injustificáveis bandos que intermeteram uma página de desonra indelével na história dos ásperos sacrifícios daquele período.

Desde tenros anos a condição do sr. Alves Martins saiu avessa a reбуçar ou sequer temperar calculadamente as suas opiniões políticas. Este franco destemor e afoita energia foi sempre, ê, e apesar da experiência será sempre a mais relevante fisionomia do sr. bispo de Viseu. À ousadia de manifestar-se afeiçoado à revolta militar do Porto, de 16 de Maio de 1828, seguiu-se ser riscado da universidade, quando frequentava o terceiro ano teológico. Sem embargo, o sr. Alves Martins prosseguiu nas aulas da sua congregação; e, Concorrendo às cadeiras de filosofia e teologia, recebeu o prémio de sua aplicação e créditos, sendo logo, e tanto na flor da idade, nomeado mestre da Ordem. Os discípulos do estudioso mancebo ainda hoje recordam a viveza, penetração e discernimento com que ele se igualava aos mais distintos.

Não estava, todavia, aquele alvoroçado espírito ainda maduro de feição para pautar-se ao magistério. Impulsavam-no estímulos inflexíveis a quinhoar dos perigos e honras nas lutas que estrondeavam fora e dentro do claustro. Era aquele um tempo em que todo o homem olhava para o horizonte do dia novo, bem que a uns se figurassem de fogo destruidor as cores da aurora, e outros a saudassem como luz redentora a alvorejar civilização para o mais ignaro, escuro e abatido torrão da Europa. Alves Martins não podia pertencer ao número dos prudentes que, adorando a ocultas a ideia, sopesavam com os açamos de uma discreta expectativa os ímpetos de a confessar e servir. A experiência mostrou seguidamente que estes sisudos foram depois os primeiros que saíram enramados a rojar os louros nos tapetes dos ministros de 1834: por onde se prova que a prudência é sempre de medranças, ainda quando uma sã terminologia a alcunhe de ardilosa.

Como quer que fosse, Alves Martins, no momento em que as tropas liberais rebeladas no Porto evacuavam Coimbra, saiu do colégio, acompanhou-as, e assentou praça no regimento de Voluntários de Alijó. Sem demora lhe foi instaurado processo no tribunal secular e nas comissões militares de Trás-os-Montes; o prófugo, porém, recolhendo-se ao claustro, pensou talvez que a perseguição, empenhada em exterminar inimigos mais temerosos, o esqueceria. Era, em verdade, ter em coisa de pouco a memória das testemunhas juramentadas no seu processo!

Em 1832 foi nomeado capelão da armada fora-lhe imposto o encargo sob obediência, porque da Terceira Ordem saíam os padres para os navios do Estado.¹⁰

¹⁰ «No reinado do sr. rei D. Sebastião é que os Religiosos (*regulares da 3ª Ordem*), amantes da pátria, do serviço do rei, da sua glória e do zelo da religião católica, a exemplo dos distintos missionários, que tinham frutificado tanto na Ásia, foram à infausta jornada de África, acompanhando os seus parentes e amigos, capelães dos terços e das naus de transportes, em serviço da coroa... ficando desde aqueles dias conservado o distinto lugar de capelão-mor das armadas reais em Religiosos desta congregação, por especial graça dos Soberanos desta monarquia». *Fr. Vicente Salgado. Compêndio histórico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal. Lisboa 1793, 8º, pág. 71, e seg.* Ao mesmo propósito, veja o arcebispo Cenáculo nas *Memórias históricas, Appendix Segundo, artigo sobre a Capelania-mor*, pág. 297, onde vêm transcritos excertos das *Ordenanças de Marinha* de Filipe IV.

Não pareça prolixa e descabida a nota. Há poucos meses que mais de uma gazeta presumidamente ilustrada fingia ignorar que os capelães da armada eram obrigados ao exercício desse ministério. O

Poucos meses depois, o capelão, cuja pertinácia em ser liberal o tornara por demais esquecido do instaurado processo, foi de novo processado na Majoria General, preso nas cadeias de Coimbra, e sentenciado com mais três companheiros na Conservatória da Universidade.

Na tarde do dia 28 de Janeiro daquele ano uma leva de presos ida de Coimbra para Almeida conseguiu fugir na altura de Santo António do Cântaro, favorecida talvez pelo comandante da escolta. Naquela leva iam três presos já sentenciados na Conservatória. A sentença era um modelo de concisão e ferocidade. Chegados a Viseu, deviam ser espingardeados no campo de Santa Cristina. Um dos três condenados era o sr. António Alves Martins.

As alegrias duma salvação muito incerta não compensaram ao sentenciado e a três companheiros as angústias que se seguiram. Desviados de todo o trilho, desprovidos do mínimo recurso, e até desconfiados da caridade do lavrador a quem pedissem um pouco de pão e agasalho, durante onze dias e noites, erraram, por serranias, retransidos de frio e fome. Quando ao nono dia de tamanha miséria chegaram à margem do Mondego, junto de Vila Verde, e reconheceram que o paço era guardado por sentinelas, os quatro fugitivos às nove da noite entraram na água, e, como submersos em uma salina, esperaram quatro horas de formidável agonia a menos perigosa oportunidade de vadear o rio. Dois dias depois chegaram a Leiria, onde se apresentaram ao tenente-coronel Vasconcelos, hoje visconde daquela localidade.

Conquanto a robusta mocidade de Alves Martins se aguentasse na luta com os trabalhos daquela fuga, o resultado funestou-se-lhe depois, sobrevivendo-lhe um tifo para o tratamento do qual o hospital de Leiria lhe favoreceu uma enxerga. Apenas convalescido, passou a Lisboa; e, terminada a guerra civil, voltou a continuar seus estudos em Coimbra, onde se graduou em teologia, por 1837, deixando as faculdades de matemática e filosofia no segundo ano.

Na lista dos estudantes perseguidos e por tanto agraciados pela lei de 1834, estava o nome de António Alves Martins. Ele, ainda assim, dispensando-se dos benefícios da lei, sujeitou-se às praxes, frequência e provas dos restantes académicos. Aceitou apenas os doze mil-réis que lhe pertenciam como a egresso da Terceira Ordem. Eis aí o primeiro lance de desinteresse que será o precursor de outros testemunhos de não vulgar desprendimento.

De mais disto, um homem no vigor dos anos e sação das aspirações, com justa causa para desvanecimentos de méritos, uns ganhos com seu eminente espírito, outros adquiridos pelos transe que correu a sua vida no serviço da causa triunfante, ai o temos concorrendo a uma cadeira de filosofia no Liceu do Porto para granjear o pão da independência, visto que o despacho para o magistério universitário se demorava. Mas, nem ainda ai, nome e serviços lhe complanaram dificuldades. Um antigo professor obteve, anulado o concurso, despacho fundado em direitos de já ter exercido o ensino. Alves Martins concorreu novamente à cadeira de história e geografia para a qual foi despachado em 1839.

Assombra e entristece ao mesmo tempo o confronto das ambições descompassadas que hoje em dia saltam e bravejam de nomes obscuríssimos, e a modéstia, comedimento e parcimónia dos homens de então, os quais tão afastados já parecem destes nossos dias! E todavia, são de hoje, são nossos contemporâneos! Que

proveito desta simulada Ignorância rendia tão somente aos publicistas injustos a satisfação de poderem denegrir o ministro do reino, de 1769, de miguelista em 1832, porque andara por aquele tempo em navio do governo na qualidade de capelão. Não são estas imperícias as de que mais se peja a liberdade de escrever. Seria mister que a ignorância fosse, por meio da gazeta, contagiosa para que semelhantes aleivosias vingassem.

decorosos bríos não reportavam o ânimo dos que se davam por bem pagos de ser livres para poderem buscar sua parca vida no ensinamento da mocidade! Claro era que António Alves Martins não podia abastardar os dons da inteligência, malbaratando-os em incenso ao poder – em escambo de mercês que lhe permitissem, inerte na força da idade, e no regalo de lerdos ócios, descurar como incómoda esta coisa onerosa chamada honra do trabalho.

Três anos passados, o professor do liceu foi eleito deputado.

A sua entrada no parlamento em 1842 abriu mais um exemplo dos danos que fomenta a rigidez do carácter vinculado ao arrojo da censura. O sr. Alves Martins distinguiu-se na oposição. Os seus discursos não eram preparados com a engenhosa paciência dos que atentam superiormente ao brunido e terso dos períodos, e a miúdo pompeiam enfeites académicos em assuntos de seu natural simplíssimos. Como a sua eloquência brotava súbita das convicções, e a cada passo os desacertos do poder lhas estimulavam, não se lhe fazia mister o prévio labor da composição literária das suas orações. O sr. Alves Martins era, primeiro que tudo, dialéctico, assim destro quanto lacónico; umas vezes severo, outras aspérrimo, mas sempre justo, e escutado com respeitosa atenção de parciais e adversários, entre os quais se procuravam sempre os mais audaciosos para impugnarem. À austeridade de sua índole; inflexa às chamadas conveniências partidárias, singularizava-se por uma honrada obstinação propriamente com os erros da sua parcialidade. Os do seu lado impacientavam-se magoado quando as frechas do intemerato argumentado lhes iam apontadas e mais penetrantes que a dos adversos. Que montava isso à serena consciência de Alves Martins? Os seus amigos políticos deixavam de o ser, logo que exhibisse como diplomas de consideração, poluir-lhe p efeito duma forçada condescendência a inteireza de seus princípios sempre liberais, e a mesmo passo moderados e conciliadores. Contra as demasias do poder achamo-lo sempre em reacção vigorosa, quer os governos se fortalecesse na complacência do trono, quer no apoio faccioso dos plebiscitos. No seu ânimo tanto impedia influências patriciatas como populares. Abusos de ambas as procedências lhe eram por igual odiosos, e o sobreexcitavam a extremos de não poder estancar o ímpeto das frases excessivamente acrimoniosas, se algum contendor lhe recalcitrava com desabrimto. Assim o vimos sempre e com indomável pulso nas acesas disputas com o actual visconde de Souto Maior.¹¹

Acima escrevemos que a sua entrada no parlamento inaugurara mais um exemplo dos danos inerentes à rigidez de carácter. e aos atrevimentos de uma franca reprovação. O governo, para lhe fazer sentir seu desagrado, à custa de uma injustiça sem disfarce, preteriu-o no despacho universitário. Este facto devera capitular-se de inveterada desmoralização, se antes não fosse uma espécie de direito consuetudinário nos governos que todos se estribam na adesão dos amigos, e por amor deles suplantam a justiça dos contrários. E tão perversor direito explica as abjecções, as apostasias, os envilecimentos contra os quais António Alves Martins, desde deputado até ministro do reino, desde conventual de Jesus até prelado viseense, se levantou sempre com honesta sobrançeria.

Verdadeiramente, contra adversário deste fôlego não bastavam os atletas parlamentares. Urgia ao poder suspeito espia-lo no escuro das noites e ladeá-lo de quadrilheiros.

Antes de ser deputado, já o sr. Alves Martins, no último ano de sua formatura, em

¹¹ Nos *Apontamentos sobre oradores parlamentares em 1853 por um Deputado* (o sr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara), lê-se acerca do sr. Alves Martins: «Tem fisionomia carrancuda e é um pouco desabrido no seu trato. Quando agride o contrário, não usa precauções oratórias, nem cuida em lhe dourar a pílula. Está sempre em ocasião próxima com o sr. António da Cunha e, se travam luta, não ficam a dever nada um ao outro.»

1837, havia sido preso em Coimbra como cúmplice na revolta dos marechais – lance que passou totalmente alheio da sua menor interferência. O ilustre preso devia ainda conhecer no cárcere, que lhe davam os livres, a tábua que lhe tinha dado o governo dos escravos. Apenas se haviam interposto três anos desde a sentença de morte lavrada na Conservatória até ao mandado de captura da autoridade constitucional!

Sendo deputado, foi preso em 1843, ou, como quem quer adoçar o termo, foi detido porque entrava por noite alta em conciliábulos revolucionários.

No seguinte ano, 1844, estando no Porto, foi intimado para encarcerar-se no Castelo da Foz, como faccionário da revolta militar daquele ano. Governava então o distrito o sr. António Emílio Brandão, cavalheiro cujas virtudes ainda não foram puídas pelo atrito da política. Dignou-se a autoridade ouvir as declarações do indiciado como conspirador; e, suspensa a ordem de prisão, deixou-o vigiado pela polícia.

Escusado é procurar o sr. Alves Martins estranho à revolução de 1846 e 1847. Conheceu os homens, que formaram o gabinete revolucionário, vizinhos deles com o seu conselho e prática dos negócios; mas pendemos a crer que muitíssimos actos da Junta, nomeadamente os militares e diplomáticos, mereceram a sua reprovação, mais ou menos expressa no opúsculo NOVE DE OUTUBRO, que S. Ex^a publicou, historiando os sucessos tumultuosos da contra-revolução.¹²

O sr. António Alves Martins não conheceu o andamento da revolução somente pelos «boletins» das manobras e batalhas impressos nas gazetas. Viu-a de perto, bem no centro dos perigos, tomando deles o quinhão que lhe quadrava, como a homem que em si sentia impulsos de defender no campo a causa que patrocinara na imprensa. Há ai o quer que seja grandioso que nos avulta a proporções impróprias deste tempo o homem de letras de par com o soldado não esquivo aos transes das pelejas. A hipocrisia não acha edificativo o lance; mas os espíritos despreocupados admiram e respeitam a coragem que entendeu dever ao bem da sua pátria, a um tempo os serviços do braço e os tesouros da inteligência.

Terminada a guerra civil pela convenção de Gramido, continuou o professor a reger sua cadeira, e simultaneamente redigindo o *Nacional*, diário então organizado para sustentar os princípios da reforma, abastardados senão derruídos pelo gabinete constituído depois da convenção. O trabalho assíduo de S. Ex^a era gratuito como antes e depois aconteceu em todos os periódicos de sua colaboração. Concorremos então na parte literária do *Nacional*. Com íntima saudade nos recordamos da lhanza e cordial crítica com que o primeiro redactor político nos acoimava de frívolos ou louvava por esperançosos uns folhetins com que nos ensaiávamos para esta lida Indefessa de vinte anos.

Os artigos do sr. Alves Martins, redigidos com admirável presteza, e momentos antes ou simultâneos da composição tipográfica, eram modelos de polémica, e às vezes retaliações um tanto acerbas para os adversários. Passos Manuel, avaliando o caloroso publicista como escritor político, elevava-o à eminência entre os melhores. Naqueles anos de 48 e 49, o *Nacional* primou no seu progressista e liberalíssimo programa,

¹² Em 1849, José da Silva Passos, fiando demasiadamente da nossa idoneidade para historiador, nos convidou a escrever, sob sua influência, a *História da Junta do Porto*. Como lhe perguntássemos que valor devíamos dar ao *Nove de Outubro* escrito pelo sr. Alves Martins, nos respondeu o ex-ministro da Junta:

«Alves Martins não simpatizava connosco. Se o tivéssemos feito ministro da guerra, tudo isto tinha voado numa barrica de pólvoras.

José Passos, gracejando, consoante o seu génio às vezes brincão, naquelas palavras desconcertadas de sentido e substância elogiava involuntariamente a actividade resoluta de Alves Martins, e censurava a acomodaticia e transigente índole de alguns seus colegas postos em trabalhos onde o seu temperamento sofria grande violência.

confiado às superiores capacidades de Alves Martins, Parada Leitão, Evaristo Basto e Nogueira Soares.

O espírito público estava disposto a coadjuvar a revolução militar de 1851, acaudilhada pelo marechal Saldanha, e ressurgida da sua prostração por alentos de alguns seus confederados no Porto. No esforçado número dos cooperadores da intitulada «Regeneração» alistou-se o sr. Alves Martins, posto que a política do sr. duque de Saldanha lhe não abonasse mais prosperidades nacionais que a política do sr. conde de Tomar. Uma e outra, mais ou menos áulicas e filiadas na corte, eram pouco menos de facciosas, e mais que muito impopulares. A nosso juízo, o sr. Alves Martins, considerando que o antagonismo pleiteava entre dois validos a disputarem-se privança e influência, teve como político e acertado expediente apoiar o mais fraco, para assim, removidos os estorvos dos nomes pânicos, abrir novo horizonte às reformas desejadas, e subverter os elementos reaccionários. Este seria, porventura, o propósito do solerte político e de outros notáveis correligionários da Junta consubstanciados na revolução.

E, de feito, a frase da nova política, animada pelo talento sagacíssimo e génio conciliador de Rodrigo da Fonseca Magalhães, inaugurou-se com ares de ciência nova em matéria de governar. Homens de arraiais contrários congraçaram-se no mesmo intuito, fatigados dos vanilóquios da tribuna, e cortados dos desastres da guerra civil. Iniciaram-se na administração algumas inteligências devotadas ao progredir material, ao adiantamento procedente dos estudos económicos, descurados até àquele tempo em que, pelo ordinário, os mais loquazes parlamentares pareciam ainda remodelar as suas teses pelas recordações tribunícias das primeiras câmaras, estudando a eloquência em Ferreira Borges e Fernandes Tomás. Então se viu esfriarem os entranhados despeitos, apagarem-se as inspirações sonoras dos questionadores políticos, e comunicarem-se uns a outros o mesmo impulso de apoio para obras públicas, estradas, telégrafos, portos marítimos, reformas aduaneiras, desvinculação da terra, enfim, operou-se estranhamente a comunhão de todas as vontades no estudo e exploração dos processos de riqueza que as nações prósperas nos exemplificavam.

Mas enquanto os videntes do progresso material pindarizavam os adaís da ideia nova, O governo, inaugurado em 1851, delapidava e prodigalizava, como se o edifício novo houvesse de ser cimentado sobre as ruínas da fazenda nacional, e o povo, que farte empobrecido para tão descomedidas despesas, devesse ser sacrificado aos créditos dos iniciadores do progresso.

O sr. Alves Martins retirou o seu apoio ao governo. Estava com o povo e contra as demasias do poder. Estava com o progresso; mas progresso compatível com a debilidade do tesouro.

Em Novembro de 1852, obteve S. Ex^a a nomeação de lente de teologia: suscitando-se dúvidas, no entanto, sobre a antiguidade que lhe competia, renunciou o magistério, optando pela cadeira canonical na Sé Patriarcal de Lisboa.

Continuou militando já na opposição, já nas maiorias, assim na imprensa como no parlamento, por espaço de nove anos.

Em 1861, foi nomeado enfermeiro-mor do hospital de S. José, onde se desvelou quanto cabia em suas muitas faculdades e prestantísimos alvitres. A imprensa louvou-o unânimeamente pelas reformas que em sua administração se operavam. Cortou abusos. Pautou rigorosamente obrigações. Gratificou serventuários beneméritos. Exautorou os nocivos. Feriu pela raiz a árvore dos desperdícios à sombra da qual se medravam muitos, com agravo da pobreza e do infortúnio. E tamanho affecto cobrou o novo enfermeiro-mor àquela casa de dores que, volvidos anos, e já ministro do reino, se lhe estava sempre desentranhando em benefícios, convertendo em pão e cobertura as liberalidades das pessoas que por elas, mais do que pelas mercês, se então nobilitaram.

Aprouve a S. Majestade galardoá-lo com a comenda da Conceição pela sua benemerência no exercício de enfermeiro-mor. O sr. Alves Martins rejeitou a graça por entender que o cumprimento de uma obrigação não era caso para condecorações.

De passagem notaremos no despacho deste afanoso encargo um sucesso que motiva saudades foi este despacho o último. que o sr. D. Pedro V assinou. O amigo dos infelizes, ao despedir-se deles, enviava-lhes uma alma cheia de generosa rectidão a zelar-lhes o seu património. Bem escolhido protector para desvalidos que – bem o sabem os que de perto convivem com o ilustre prelado – facilmente enternecereis a lágrimas e vereis comiserado aquele aspecto que se vos figura severo e inacessível às dores maviosas da compaixão.

Em Julho de 1862 foi apresentado bispo na Sé de Viseu o sr. D. António Alves Martins, confirmado no consistório de S. Mateus, e sagrado em dia de todos os santos. Como a doença o impedisse, governou a diocese por procurador, até que em Janeiro de 1863 fez entrada solene na sua catedral. No tempo que mediou entre a sua apresentação e confirmação, recebeu um breve de S. Santidade, encarregando-o do regimento da diocese, na qualidade de vigário apostólico, a fim de debelar o cisma que lavrava no bispado, à conta da nomeação do vigário capitular. Fora o caso que o cabido descontente, recorrendo a Roma, obtivera anular a segunda eleição. Recusou-se o sr. bispo a cumprir o breve, posto que honroso para S. Ex^a, enquanto S. Majestade o não aprovasse. Travou-se alguma contestação entre o prelado e o núncio que se dispensava do plácito régio. O breve, porém, não se cumpriu. O sr. D. António antepôs o respeito da lei portuguesa ao arbítrio romano. Só depois da sua sagração, é que S. Ex^a entendeu nos negócios da sua diocese. Foi esta uma judiciosa inflexibilidade de carácter que se decidiu pela dignidade nacional contra a jurisdição prelatícia. As insígnias do príncipe da igreja, honorificadas pela confiança do chefe da cristandade, não o demoveram de acatar submissamente os foros do chefe da nação. Louvável rigidez de primoroso ânimo que em cada acto nos está sobrepujando a medida vulgar.

O zelo da missão prelatícia divorciou-o fundamentalmente da política. A sua cadeira na câmara alta, ao invés de muito naturais conjecturas, esteve por espaço de anos devoluta. O solícito prelado dedicou-se de coração aos cuidados pastorais, quer morigerando abusos, quer envidando esforços na educação do clero.

No primeiro ano fez três ordenações; e, nos seguintes, ordenação geral e única nas têmporas de S. Mateus, atendendo ao proveito dos ordinandos.

Aqui vem de molde um factó cuja notoriedade nos corta delongas no memorá-lo. De natureza estranha foi ele, e, como tal, soou com grande estampido dentro e fora do país.

Em Junho e Julho de 1867 concorreu S. Ex^a a Roma para assistir às festas do centenário de S. Pedro e canonização de alguns santos. Em certo dia o soberano recitou na capela sistina um como discurso do trono ao qual é de estilo responderem os bispos como uma saudação a S. Santidade. Nesta saudação, previamente elaborada, realçavam pontos doutrinários e controversos grandemente incongruentes com as convicções do prelado viseense acerca da infalibilidade e do poder temporal do papa. A saudação ou resposta ao discurso pontifício não havia sido discutida nem consentaneamente redigida por alguma assembleia episcopal. Era papel já de antemão impresso, como se o conteúdo fundamentasse em dogmas incontraditáveis na cristandade. Os prelados concorrentes à capela sistina, no acto de se apartarem, receberam convite impresso a comparecerem, no seguinte dia, no palácio Altieri para o intento de lerem e assinarem a saudação. O cardeal, que rubricava o convite, não solenizou com a sua presença a assembleia dos prelados, os quais, ao compasso que entravam, iam recebendo os exemplares, e eram advertidos que lessem, assinassem e os não levassem. O sr. bispo de

Viseu, já que ninguém abria discussão, nem o peremptório do aviso a permitia, leu e deliberou, também peremptoriamente, não assinar.

Em o 1º de Julho, apareceu a saudação a S. Santidade em acto solene, ao qual o sr. D. António, divergente de seus colegas, não concorreu. Não obstante, entre os signatários daquele protesto pela infalibilidade e poder temporal encontrou o bispo português o seu nome. Sem interpor tempo, S. Ex^a protestou, por via do embaixador de Portugal em Roma, contra a sua assinatura nem feita nem autorizada. O nobre prelado, protestando deste teor, não cogitava em assoprar escarcéus que dessem a lembrar as divergências das cristandades primitivas, quando as dúvidas sobre infalibilidade dos bispos de Roma eram suscitadas por venerandos prelados que tinham bem no vivo de sua fé as tradições dos primeiros séculos. Da parte de S. Ex^a o intuito era natural e simplíssimo: repelir uma tal qual fraudulência, equivocadamente piedosa, que envolvera a falsidade duma assinatura, e violência de espécie nova, imposta à sua consciência. Não obstante, o episcopado católico, ardendo em espírito menos santo, assanhou-se com o desusado procedimento, como se ai pelo século IV algum discípulo de Ário ousasse, à face da cadeira de S. Pedro, contender sobre os divinos fundamentos da religião de Jesus. E, todavia, o sr. bispo de Viseu protestara singelamente contra a falsificação de sua assinatura, denegando-se a subscrever a infalibilidade do papa, como ninguém subscreveu nos primeiros sete séculos da igreja, tal qual e pelas mesmas palavras com que a declinou de si o papa S. Gregório Magno, e como, há poucos dias, o protestou o eminentíssimo Dupanloup na sua última pastoral. O que muito agravava a culpabilidade do nosso bispo não era a dúvida: era o protesto. Não cresse embora; mas... emudecesse. O que era, pois, dignidade, foi malsinado de orgulho. O dissentir de seus colegas, num acto a que todos porventura ligavam a mínima valia, foi havido em nota de rebelião própria dos heresiarcas que parvamente forcejavam por que as portas do inferno prevalecessem.

Lamentável é dizer-se que este caso passou ontem; e que a mais pronunciada feição de tal conflito seria irrisória por conta de Roma, se não fosse profundamente triste!

O sr. bispo de Viseu, impassível às graves censuras e encontrado pela opinião de todos os seus colegas, contentou-se bastantemente do aplauso da consciência, como quem, reclamando contra a falsificação do seu nome, praticava um mero acto de moralidade, sem discutir se os apotegmas de Hildebrando ou as Decretais de Isidoro Mercador deviam ser de novo aquecidos ao sol do século XIX.

Uma comissão de três prelados procurou seguidamente o sr. bispo para lhe declarar que fora engano e não propósito a subscrição do seu nome no documento oficial. A esse tempo já o sr. D. António havia saído de Roma. A mesma comissão declarou o equívoco, perante o embaixador de Portugal, pedindo que se transmitisse a satisfação ao prelado português, e se lhe pedisse que se houvesse por contente. Em Paris recebeu o sr. D. António o ofício do secretário da embaixada, relatando os sucessos, e solicitando o remate da pendência. Conveio S. Ex^a no desejado termo de tão ruidoso quão simples incidente, bastando-lhe que na legação portuguesa em Roma se inscrevesse, muito ao claro, que o bispo viseense não assinara nem mandara assinar a saudação ao pontífice, infalível e monarca.

Recolhido à sua diocese, o tranquilo prelado enviou cópia de todos os documentos substanciais deste conflito ao ministério da justiça, esclarecendo o seu poder em Roma. O governo, acusando a recepção do relatório e documentos apensos, absteve-se do louvor e da censura. Nem o louvor se fazia mister ao sossego do pundonoroso bispo, nem a censura, se tamanho vilipêndio saísse emparceirado com a inépcia, poderiam molestá-lo senão como testemunho de impertinente ignorância ou refohada hipocrisia.

Entretanto, ao passo que uma parte da imprensa louvava a probidade do sr. D. António, fundamentando o elogio em racionalíssimos argumentos por nenhum modo atentatórios dos justos direitos da tiara pontifícia, alguns menos sábios que pios fautores da moradia perpétua do espírito santo no Vaticano, e do património do príncipe dos apóstolos, e da legitimidade monárquica de Inocêncio IV e João XXII saíram contra o sr. bispo de Viseu, já em periódicos mais ou menos trasladados mascavada mente de José de Maistre, já em cartas impressas e subscritas com irrisório desplante e grosseiro desprimor ao douto prelado. Não redarguiu S. Ex^a a semelhantes artigos e cartas constantes de maravilhas triviais de sabatina do primeiro ano teológico com que usa estofar-se esta ordem de coisas piamente ignaras – quais o autor deste opúsculo as escrevia num tempo em que estudava história eclesiástica, provando assim que a não tinha estudado. Não redarguiu S. Ex^a, porque não se houve por deslustrado com censuras inocentes quase degenerando em parvoçadas. O antigo mestre de sua congregação, o doutor em teologia, o letrado, o bispo não devia responder.

Abstraído à política, e empenhado novamente nos seus cuidados apostólicos, apercebia-se S. Ex^a para visitar o restante do seu bispado – como remate à mais capital tarefa da missão episcopal – quando foi convidado pelo sr. duque de Loulé para ser parte no governo. cuja organização lhe fora encarregada pelo rei, em seguimento à queda do ministério Ávila. Inutilizadas as diligências, resignou o sr. duque a melindrosa empresa. O caos assustava os mais intrépidos. Nem já os sedentos da honra de governar se atreviam a lusiá a sua perícia apregoada nos comícios.

Então foi chamado ao Paço o sr. bispo de Viseu, e convidado a organizar ministério.

Aceitou. Corria-lhe a obrigação de não esquivar-se a lances de alta responsabilidade quem se defrontara com todas as procelas políticas no decurso de quarenta anos tempestuosos. Aquela crise era certamente a da mais desnorteada mareação da nau descalavrada; masurgia crer e pensar na possibilidade de salvamento, sendo desde muito o porto almejado do insigne escritor e parlamentar as reformas, os golpes fundos nos excessos, a amputação de abusos à mão tenente, sem atentar na jerarquia das classes ofendidas pela razoira económica. Cuidou certamente o sr. bispo de Viseu que a dolorosa experiência dos últimos sucessos políticos seria forte alavanca para derruir obstáculos, manejada por pessoas cujos precedentes não iludissem a confiança da nação.

Esta esperança, denotando peito de rija têmpera, argúi não estremado conhecimento dos homens.

Dificultou-se, ao mesmo tempo, a escolha de ministro da guerra. Lembrou o sr. bispo convidar-se o sr. marquês de Sã, em quem lustram honra acrisolada com eminentes predicados de bom juízo. Aceitou o sr. marquês a pasta e presidência. Aceitou porque S. Ex^a não sabe quando um filho de Portugal possa justificar a evasiva do seu préstimo no serviço da pátria.

Começou a funcionar o gabinete em 22 de Julho de 1868.

Todos os ministros eram alheios dos tumultos de Janeiro que lograram a queda do ministério Aguiar; apesar disso, o programa da revolução não podia ser melhorado ou substituído. O estandarte, discreta ou indiscretamente arvorado pelos impulsores portuenses, proclamara batalha campal e inexorável às prodigalidades, aos sacrificadores do povo, à voracidade dos encartados no sevo da fazenda pública. O lábaro era simpático, sem impedimento de, em crises análogas, desde muitos anos, desfraldado por mãos inexperientes ou ávidas, apenas ter vingado toldar o ambiente dumas poeiras, descondensadas as quais o que se via era as arcas do tesouro cercadas de gente nova com os vícios velhos. Seria desacordo, ainda assim, a vacilação do novo

gabinete, se um desculpável cepticismo lhe agorentasse a crença nos princípios conclamados pelos tribunais. Adoptaram, pois, os novos ministros o programa das reformas, impetrada autorização das cortes.

O fundamento da política do ministério em que o sr. bispo de Viseu consubstanciava o espirito e actividade dos seus colegas, em poucas palavras se define: aumentar a receita e diminuir a despesa.

Contra a ameaçadora forma deste moto de partido encapelaram-se para logo aversões filhas do interesse, ódios inconciliáveis de classes e indivíduos afeitos a considerarem legítimos os gozes da sua regalada posição.

Como e quando se tinha operado o milagre de extirpar o egoísmo de cada um para melhorar a condição de todos? Quem tinha prometido ao novo gabinete neutralizar pela justiça as forças congregadas dos descontentes? Em que ponto de apoio haviam de assentar a alavanca os temerários reedificadores?

Duzentos contos tinham sido aliviados ao ónus da despesa, quando as hostilidades, pouco tempo clandestinas, romperam clamorosas. O funcionalismo tinha por si a imprensa mais que nunca descortês, iníqua e desenfreada. Os mais engenhosos e eminentes na categoria dos publicistas, apagando os lumes sagrados com que tinham ministrado no altar da liberdade os seus talentos de bem pensar e aconselhar, em dias da gloriosa perseguição, pegaram de escrever objurgatórias tenebrosas em que a soltura da ideia raras vezes se descasava da forma condigna. O ministério Sá-Viseu, na imprensa, era apoiado por poucos, mas desinteresseiros amigos, não querendo granjear algum com o dinheiro da nação. Os talentos postos a ganho refinaram na injúria quando se viram desdenhados como coisa funesta por tal preço. Daí as devassas ao recôndito da família, e o despejo das calúnias, que redundavam em desonra de toda uma terra onde para tais entendimentos se havia fermentado na lama tão desafortada licença.

Na hoste dos funcionários bandeou-se a legião dos engenheiros civis, classe bafejada no berço por tais prosperidades e mimosa condição que julgá-la-íeis, no meio do abatimento e desconforto geral, a mais bem acondicionada em um país opulento. Esta corporação, fadada para destinos incompreensíveis, ao ver atravancar-se-lhes o acesso a colocações ambicionadas, conjurou-se em hostilidade sanhosa dentro e fora do parlamento.

Depois, os aspirantes ao poder dividiam-se em ministros que tinham sido e ministros que queriam ser. Dos segundos, o frenesi impaciente de governar desfechou em destemperos que a história séria não pode disputar ao domínio da baixa comédia. Tinha batido a hora em que se julgava com direito a uma pasta ou duas quem quer que tivesse aliado à ignóbil coragem de acirrar as iras da opposição a audácia de se julgar predestinado para salvar o país.

Entre elementos assim desorganizadores espanta como o ministério pôde manter-se um ano sem extraviar-se da senda constitucional, escudando-se com a inconcussa honestidade de seus actos, respondendo aos motins do parlamento e das praças com imperturbável segurança.

De entre os mais devo tos do governo, muitos, atoados pelo estridor da opposição, começaram de sentir os vágados das consciências que se reviram. Alguns poucos, que o tinham contrariado em incidentes inevitáveis, sustentaram a probidade por tão distinta forma que não pôde o final desfecho enodoar-lha.

Quando a froixa maioria cuidou conjurar a tempestade, sacrificando dois ministros menos favorecidos de apoio, a pugna recrudescu, porque os ministros retirados deixavam apenas duas pastas, e os candidatos se haviam multiplicado a ponto que não cabia em forças humanas fazer supurar tanta apostema de ambição debaixo das fardas só de dois ministros.

Simultaneamente, na câmara alta, um homem de letras florescentes, acepilhada eloquência e bons quilates oratórios para mais úteis triunfos, profligou o ministério com inflamada pertinácia, ao mesmo passo que notáveis mediocridades vociferavam, provando que a sintaxe e prosódia não são condicionais para aplausos.

Nesta extremidade, o sr. bispo de Viseu, para quem tinha corrido um ano de acerbos dissabores e excruciantes desenganos, sentiu o desalento que prostra os homens de bem, e lhes não permite impor, por meios fortes, às rebeldias irracionais uns sentimentos que elas não aceitaram do procedimento liso e franco.

Perdido o apoio numa questão momentosa, o ministro do reino briosamente repulsou o alvitre de sondar o espírito da câmara noutra votação. A insistência daria azo à suspeita de que S. Ex^a timbrava em permanecer ministro, disputando à sofreguidão febril de seu sucessor missão tão pouco para invejas.

Demitiu-se o bispo de Viseu. O gabinete caiu.

Esta nova, posto que esperada, impressionou tristemente a maioria da família portuguesa. Nesta maioria é bem de entender que não se incluíam as classes prejudicadas pelas reformas. O elemento mais sensível e respeitável do país para quem o nome do sr. bispo de Viseu foi caução de porvindouras prosperidades, era o povo que sustenta o funcionalismo, o povo agrícola, o povo industrial, o povo que labuta no trato mercantil. Para muitos a missão do ex-ministro do reino, embargada por cobiçosos e pérfidos a meio caminho, deixou como inexecuível qualquer tentamen de prossegui-la na ladeira, cuja escabrosidade incute medos a quem já viu as ganâncias que auferem os reformadores arrojados.

Quem não sentiu pungimentos de saudade do poder foi o sr. D. António Alves Martins. Se ele puder esquecer as injúrias da imprensa e a maleabilidade das consciências em que esteava a inteireza da sua, hão-de sobrar-lhe memórias dolorosas de um ano de vida desassossegada e fora do remanso de seus estudos e das consolações da sua recatada beneficência.

O povo que, há pouco, o saudou com amoroso entusiasmo, há-de invocá-lo ainda, em dias que se vão preparando para grandes provas. E o sr. bispo de Viseu voltará de novo à luta e ao sacrifício, terminando o ciclo glorioso de sua vida, qual a começara, em prol da liberdade, cujo berço ele embalou entre ferros.

O General Carlos Ribeiro

(RECORDAÇÕES DA MOCIDADE)

Meu querido Ricardo Guimarães:

Recebe a dedicatória deste folheto como um cartão de despedida. Vou-me embora.

Naturalmente, escreverás dez linhas sinceras da minha necrologia. Diz que fui teu amigo trinta e seis anos; e que, à medida que eu ia lendo as tuas prosas progressivas e remoçadas, nunca pude imaginar que tivesses envelhecido. Folgo de te não ver há muito tempo. Imagino que te deixo rapaz engrinaldando os festões das tuas primaveras de há trinta e seis anos para os ofereceres aos nossos 50.000 leitores – um rico auditório! Continua tu a ministrar-lhes os teus cabazes de flores, visto que, por impedimentos especiais de regimen e outros estorvos complicados de engrenagens financeiras, não podes deitar-lhes pérolas.

Adeus, Ricardo. A Química subterrânea espera a rainha alma. Vou mineralizar-me. Levo apenas, como saudade, uma flecha de luz reflexa do nosso passado, que me não deixa ir contente ao meu destino de azote, amoníaco e outros gases. É a nostalgia dos teus e dos meus folhetins de 1854. A proscrita ignominia do carroção do Porto – aquele touro de Fálaris, puxado a vacas – que então esbatemos para a treva medieval, em outro país dar-nos-ia a celebridade imorredoura de Guesto Ansur, o salvador autêntico das cem donzelas lusitanas tributadas às presas obscenas do califa. Também nós, visconde, salvámos centenas de donzelas portuenses das orgias do execrável defunto «Manuel José de Oliveira» – aquele Mau-regato couraçado, com espáduas alcatroadas, musculatura de um lenho rijo e inflexo como os braços da forca, e articulações de cobre azinhavrado, onde eram contundidas as carnes virginais. Se não fomos nós, quem foi que remiu das contusões e daquele foro ignóbil as meninas portuenses, actualmente alodiais e intactas, salvo seja, nos seus quadris e nas suas espáduas? Pois tens acaso noticia de que o Oliveira Martins, no seu livro sociológico das «Raças humanas e civilização primitiva», nos encadeasse nos elos do transformismo evolutiva do carroção em carro Ripert? Sabes que ele consagrasse um capítulo àquele dólmen de castanho – a ara celta do sanguinário Irminsulf dos nossos ferocíssimos avôs? Nem uma palavra! «Isto faz vontade de morrer! como disse Alexandre Herculano, muito menos ofendido dos ingratos.»

Enfim, Ricardo, esta carta, sobre ser uma confirmação, quase póstuma, de fidelidade no afecto a um dos meus mais velhos amigos, deve ser-te não menos agradável como exemplo consolador de que as vidas mortificadas têm uma compensação – é acabarem com um sorriso. Neste pais, os bastardos da Fortuna prostituta, se fizeram exame de instrução primária, devem morrer com a serenidade de sábios. Dantes, havia a imortalidade da alma e as recompensas eternas como esteio a infelizes sub-lunares. Hoje em dia, aqueles dogmas, espécie de caput mortuum, não amparam muita gente; mas há coisa melhor: é a escola primária que levanta o discípulo ao nível da felicidade do professor a três tostões por dia com dez meses de atraso. Depois, morre-se de uma anasarca de filosofia com uma ligeira complicação de fome. Assim se explica o grande furor da instrução nacional que tu, com uma seriedade

estranha aos nossos hábitos, inspeccionas observantissimamente.

Vai, fiscaliza, evangeliza. Dilata, quanto em ti couber, as células conscientes dos hemisférios cerebrais do Alentejo e Algarve. Dá-lhes um elastério grande, expansivo, na razão inversa das retracções da mucosa do estômago, à qual não chega a tua alçada tónica. Lembra eruditamente aos pedagogos que ninguém se exalça às glórias do Tabor sem ser arrastado pela Rua da Amargura. Diz-lhes, afinal, que a posteridade, mediante as suas confrarias e os seus dobres a finados, lhes dará brindes de missas gerais em dia de Fiéis Defuntos – muito distintos dos defuntos infiéis. E, pelo que me diz respeito, recomenda-me também aos sufrágios pias da Pátria – esta querida mãe interessante, incapaz de tirar de dificuldades um filho vivo; mas, depois, tira-lhe a alma do purgatório, sendo preciso.

*T. C. – S. Miguel de Seide.
6 de Dezembro de 1883.*

C. Castelo Branco.

Gabriel de Mortillet, professor de Antropologia, publicou, neste corrente ano (1883), o seu livro *Le Préhistorique Antiquité de l'Homme*. Em mais de uma página o sábio professor menciona respeitosamente Carlos Ribeiro, o geólogo português, que tão brilhantemente fez as honras da casa lusitana aos congressistas estrangeiros que estiveram aqui a discutir assuntos de antropologia e arqueologia pré-histórica.

O general Carlos Ribeiro faleceu em 13 de Novembro de 1882. A satisfação de se ver tão culminantemente enaltecido no livro europeu de Mortillet não a gozou; e pena foi, porque seria essa a mais idealmente querida das suas recompensas. Bem sabem que os prémios, os galardões substanciais que neste *reinozinho de 90 léguas*, como lhe chamava Garrett, auferem os sábios do quilate de Carlos Ribeiro são por tal modo notórios e falados que a gente, pelo comum, apenas tem notícia dos tais sábios quando lhes vê o retrato póstumo no *Ocidente*.

Estes homens trabalham em segredo como os alquimistas. Na Academia Real das Ciências conversa-se, uma vez por outra, a respeito deles, com uma grande admiração do tamanho dos bocejos. Para os sócios velhos a antropologia apenas tem a característica académica de ser palavra grega, e como tal a reverenciam; mas há deles que professam, muito pela rama, o *quantum satis* dumas ciências abstrusas que assentam os seus laboratórios para além das fronteiras da história. É inexacto, porém, que o insigne académico discursasse monólogos paleontológicos diante dos seus confrades pouco porosos e assaz impermeáveis às infiltrações da ciência nova. Não. Ele tinha sócios no martírio – o Ferreira Lapa, o Tomás de Carvalho, o Bocage, o Latino Coelho, o Corvo, o Aguiar, os quais, se não encontraram, como Carlos Ribeiro, vestígios de um ser inteligente nas camadas terciárias, seriam muito capazes de o achar, se o procurassem, o *Anthropopithecus*.

Não se cuide que eu, com o selvagismo de um minhoto sem literatura, pretendo molestar os hereditários joanetes da Academia. Nego. Os meus joanetes de sócio correspondente acham-se também comprometidos. Considero a Academia Real uma arca da sapiência humanal, de reserva para a catástrofe de um dilúvio de ignorâncias eminentes. Respeito-a como um banco das nossas riquezas espirituais, banco sem transacções; com accionistas todos de prenda, dando-se ares de estar sempre em liquidação; mas não liquida. Se não vive muito ao sol ardente que refunde o velho mundo, tem a vitalidade sombria do obituário. Quando um sócio vai continuar na vida eterna o sono das suas sessões, os confrades vivos gemem-lhe o elogio fúnebre, uma Nénia em períodos redondos, *ore rotundo*, na prosa da fundação do estabelecimento; em seguida, recolhem-se a brunir velhos adjectivos e a escovar algumas metáforas de fivelas e rabicho, para a necrologia de um futuro confrade morto. De resto, muito mais modestos que justos juízes dos seus produtos, os académicos, quanto ao estipêndio das suas lucubrações, são mais abstémios que os anacoretas da Tebaida, e fazem livros mais em conta do que Santo Antão e S. Pacómio faziam balaios. Eles desdenham briosamente a cobiça gananciosa dos quarenta imortais assalariados da Academia francesa; mas prelibam com delicias a justiça póstuma, o galardão do elogio fúnebre – esta rica moeda portuguesa incorruptível em que não entra a liga do ouro vil.

Tornando ao *Anthropopithecus*. Toda a gente sabe o que é, na Pré-histórica, o *Anthropopithecus*; mas eu não me dispenso de falar neste sujeito que nos precedeu há 240.000 anos, pouco mais ou menos. Suponho que não serei desagradável às senhoras menos lidas em antropologia, para as quais os vocábulos *pliocene* e *miocene*, o *mamífero primata*, o *prognatismo* são as jaças do límpido diamante da sua erudição.

Mortillet, com bastante lógica e com lucidíssima observação mais convincente que a lógica, afirma que o homem quartenário primitivo era algum tanto diferente do

homem actual. O crânio do nosso antepassado das cavernas difere consideravelmente do crânio do leitor. O ilustre professor de antropologia é, portanto, obrigado a concluir que os animais inteligentes que petiscavam lume e lascavam pedras na época terciária não eram homens na acepção geológica e paleontológica da palavra; mas sim animais de outro género, *precursores do homem*, na escala dos seres. A este precursor, intermédio ao antropóide conhecido e ao homem actual, chamou Mortillet um *Anthropopithecus*. Claro é que a espécie humana conhece o avó, o *antropóide*; mas não conhece o pai. Órfã e póstuma, a desgraçada!

Carlos Ribeiro havia descoberto nas margens do Tejo o sílex lascado em terrenos terciários e quaternários, acusando um trabalho Intencional e inteligente no animal precursor do homem. No Congresso Internacional de Bruxelas (1872), duvidaram, mormente o douto Bourgeois, que nos exemplares expostos por Carlos Ribeiro houvesse trabalhos intencionais que provassem a existência de um indivíduo capaz de petiscar lume e lascar pedras na época terciária. A favor do sábio português apenas se insurgiu a opinião autorizada de mr. Franks.

Na exposição internacional de Paris (1878) o nosso geólogo apresentou 95 exemplares, entre os quais Mortillet apartou 22 com vestígios irrefutáveis de trabalho inteligente. Cartailhac abundou no parecer do seu colega e de outros especialistas.

Afinal, Carlos Ribeiro triunfou desassombadamente quando os congressistas na obra de Monte Redondo, em Ota, confirmaram em novos exemplares a sua opinião refutada em Bruxelas. Desde então, nos anais da antropologia e pré-história foi assinalada como irrefutável a existência do *Anthropopithecus* em Portugal. Era o terceiro. Bourgeois tinha explorado um em Thenay. Em honra do inventor, esse vestígio do animal inteligente anterior ao homem chamou-se *Anthropopithecus Bourgeoisii*. Mr. Rames achara o segundo em Cantal, o qual foi chamado *Anthropopithecus Ramesu*. O de Portugal, descoberto por Carlos Ribeiro, recebeu o glorioso nome *Anthropopithecus Ribeiroii*.¹³

Uma observação caturra ao sábio Mortillet Este genitivo alatinado e ligeiramente macarrónico, *Ribeiroii*, parece pertencer também à época terciária, à pré-história da língua de Plínio, o moço. *Ribeiroii* em genitivo indica o nominativo *Ribeiroius*. O estremado antropologista devera ter escrito *Anthropopithecus Riberii*, ou, mais eufónico, *Ribeirensis*. Espero e ousa pedir aos futuros congressistas que adoptem esta errata, a fim de que o nome glorioso do nosso concidadão não vá latinamente deturpado pelas idades fora.

Posto isto, a leitora naturalmente deseja saber que figura tinha o *Anthropopithecus*. Os sábios não satisfazem cabalmente a curiosidade de sua excelência. Calculam apenas que ele era muito mais pequeno que o homem, atendendo à pequenez das pedras que lascava para seu uso; mas, a respeito do animal português, a julgar pelo tamanho dos sílex, presume-se que ele anatomicamente fosse mais encorpado que os outros. Isto é concludentíssimo e consolativo, minhas senhoras. Mr. Abel Hovelacque, outro sábio, presume que aquele nosso pai pequeno seria do tamanho dos actuais macacos maiores.¹⁴ Na verdade, os srs. bispo de Coimbra, conselheiro Nazaré e vários tambores-mores acentuam e afirmam a procedência daquele patriarca mais avantajado no tamanho.

Bastará de ciência? Mas o que não posso, minha senhora, é esquivá-la ao desaire de proceder de macaco. Não lhe assevero que seja de chimpanzé, de gorilha, de orango. A minha esbelta leitora é o tipo aperfeiçoado de todas estas famílias. Segundo o

¹³ Bibliothéque des sciences contemporaine». *Le préhistorique antiquité de l'homme*, par Gabriel de Mortillet. Paris, 1883, pág. 105.

¹⁴ Obra citada, pág. 106.

genealógico Haeckel, vossa excelência promana de um piteco, derivado de um lémure, produto de um canguru. É a primeira vertebrada, e não direi primeira «mamífera» para evitar equívocos. Em todo o caso, esquisita árvore de geração, na verdade; mas, se a minha delicadeza se dói, ciência obriga; porque, enfim, este folheto é uma obra de vulgarização, *à la portée des gens du monde*. Pretendo ser mais útil que agradável às senhoras modernamente orientadas, as quais, entre os flagícios acústicos dos seus pianos e o moinho estupidamente burguês das suas máquinas de costura, abrem um parêntesis à discreta biologia.

E tenham muita fé, minhas senhoras; *porque as ciências de observação, diz Letourneau na Biologia mais avançada, exigem primeiramente de quem as quer cultivar um acto de fé*. Acto de fé! Também a ciência positiva reclama a sua *virtude teologal*. Pelos modos, é precisa tanta fé para acreditar no Jeová de Moisés e no Messias de S. João Evangelista, como no «Panteísmo» de Espinosa, na «Vontade» de Schopenhauer, e no «Inconsciente» de Vou Hartmann. Portanto, façam suas excelências um acto de fé como biólogas, e outro acto de caridade como católicas, prestando-me a sua benévola atenção.

*

Carlos Ribeiro não andou toda a vida, como Boucher de Perthes, a esgaravatar nas camadas do globo a certidão de idade do homem. Também ele borboleteou à flor da terra, com as asas polvilhadas dos matizes da alegria juvenil, os seus devaneios.

Entre os 15 e 16 anos, fingia eu que estudava química na Politécnica do Porto. Carlos Ribeiro, naquele ano, 1844, já tenente, com 30 anos de idade, completava matemáticas com sinceridade e aproveitamento. Era de estatura mediana, refeito, de espáduas fortes, rosto redondo, purpurino, com um pequeno bigode cortado na comissura dos lábios muito nacarinos. Grave nas falas, muito delicado em conselhos e atenções com os cábulas; e simpatizava com a minha modesta ignorância que ele, confessando a actividade funcional do meu cérebro, ingenuamente atribuía a eu não possuir compêndio de química, – uma coisa bastante necessária a quem se matricula. Era o *Lassaigne* – parece-me ser este o nome do sábio naturalista, que alguns condiscípulos generosos me emprestavam à porta da Academia, quando se avistava o lente, um ex-frade, Santa Clara, contemporâneo de Orfila, Berzelius e Liebig. Por que mãos sagradas andava então a química portuguesa!

Aproveito a ocasião para agradecer aos que ainda vivem, se algum vive, a gentileza do seu empréstimo, para que eu, em honra do frade, saísse cristalina e triunfantemente do meu acto de química sem a mácula de um R.

Já divulguei num livro este caso à Europa culta.

Agora, vou contar outro caso mais trovadoresco – um episódio da vida amorosa do defunto antropologista, o general Carlos Ribeiro.

Por aquele tempo, uma senhora esmeradamente educada no gosto da época, e com uma grande distinção de formosura, abandonara em Lisboa o esposo, e refugiara-se no Porto com um sedutor de condição baixa e bens de fortuna paralelos. Este casal anticanónico habitava uma casinhola barata na rua da Sovela, paredes-meias do quarto escolástico de Carlos Ribeiro. O tenente, quando regressava da aula, via na janela de peitoril, uma vez por outra, a sua misteriosa e lépida vizinha encará-lo com uma fixidez perturbadora como um envoltório de fluidos galvânicos.

Certa estanqueira estabelecida na loja da casa onde se aninharam aqueles amores

clandestinos, informou-o da má vida íntima dos adventícios. Havia desavenças todas as noites, gritaria, choradeira, e às vezes repelões recíprocos, a ponto dela cair no sobrado. Destas alterações nocturnas, a informadora pudera liquidar que o homem se chamava *Bramão*, ela *Glória*, e que tinha marido na capital. Entre os epítetos que ele lhe desfechava, o mais acentuado e repetido era *bêbeda, grandíssima bêbeda*; e a estanqueira justificava a qualificação, contando que a menina Glória, assim que o Bramão saía, mandava ao armazém da Companhia fronteiro duas garrafas vazias que se trocavam por garrafas lacradas de 800 réis. – Acho que se emborracham os dois! – conjecturava a mulher dos tabacos, oferecendo a sua opinião indecisa ao reflexivo freguês dos cigarros.

Uma noite, foi tamanha a gritaria, que a patrulha bateu à porta da estanqueira perguntando que gritos eram aqueles no primeiro andar. A mulher, na sua impaciência de estreitada, respondeu azedamente que era uma criatura com a sua pinga; que fossem os soldados à sua vida, porque não havia remédio a dar-lhe à carraspana senão cozê-la; e que cada qual em sua casa podia embebedar-se como quisesse e quando quisesse. Se percebiam? perguntava colérica. E a patrulha: que sim, que a cozesse ela e mais a vizinha. E a estanqueira: – Malandros!

Eram então triviais no Porto estas cenas do Baixo Império, dialogadas entre o pequeno comércio e os pretorianos municipais – os *janízaros* do Costa Cabral. Naquele tempo, tudo que era tropa chamava-se *pretorianos* e *janízaros* – *uns* pobres diabos a 30 réis por dia e rancho de couve-galega com feijão fradinho. Depois é que expluiu o caceteiro, pago pelos edis, a 480 réis diários, e mais, consoante a pressão exercida nos ossos parietais do *patuleia*.

O tenente estava à janela a escutar O alarido, sentia uma compaixão infinita por aquela formosa senhora; e cismava se a embriaguez seria refúgio de grandes tribulações naquela alma que se atirava a um charco de vinho para apagar a luz do entendimento e da memória – perturbar a vida aflitiva da consciência escorreita.

Na manhã seguinte a esta noite tempestuosa, Bramão saiu e não voltou mais.

A estanqueira soube dai a dias da criada de Glória que a sua ama tinha vendido a única pulseira, porque o pelintra do patrão lhe não deixara vintém; e ajuntou que ela pouco mais tinha que vender, a não ser os vestidinhos, porque já tinha derretido as jóias para sustentar o vício do amante, que era jogador e perdia sempre.

A criada, aquecida pelo atrito das revelações, confessou que sua ama tomava a piela todas as tardes, quando a não apanhava também todas as manhãs, bendito seja o Senhor! Que o patrão vinha de fora levado de todos os diabos, e entrava às testilhas com ela, palavra puxa palavra, e iam às do cabo, pancada de criar bicho, e batiam de meias. A senhora, coitadinha, antes de se emborrachar, chorava lágrimas como punhos, a contar-lhe a sua vida. Que era filha de gente grande, e casara, contra vontade sua, com um almofariz da casa real. A estanqueira não compreendia o casamento com o almofariz. Carlos Ribeiro emendou para *almoxarife*, explicando o ofício com a sua costumada bondade ilustradora.

Como quer que fosse, a infeliz senhora embriagava-se depois que chorava lucidamente. Era isso mesmo o que o tenente havia conjecturado com a sua romântica intuição de 1844.

Da piedade não é trivial a passagem para o amor; mas, se a comoção do amor precede a do compadecimento, o caso de Carlos Ribeiro é vulgar. Escreveu o meu amigo a D. Glória oferecendo-lhe os seus serviços desinteresseiros numa terra em que sua excelência era hóspeda, e não tinha talvez relações. A vizinha respondeu-lhe com uma caligrafia inglesa, e uma gramática impenetrável à unha da crítica mais meticulosa.

Em meio da sua prosa florida, alinhava-se o alexandrino de Vitor Hugo:

Oh! n'insultez jamais une femme qui tombe...

O matemático ficou mais deslumbrado com a contextura da carta do que ficaria trinta anos depois quando achou em Ota a garantia da sua imortalidade como homem de ciência – o *Anthropopithecus*.

A correspondência travou-se em frases recheadas de versos de Hugo e Lamartine, até que o tenente entrou sozinho, sem os poetas auxiliares, e somente com a sua prosa comovida, na alcova da vizinha. Era uma alcova sem pretensões bizantinas, nem cosméticos caros; apenas algum *Patchouli* nacional, e água-de-colônia, em paródia, fabricada por um pseudo Farina, e muito almíscar, perfumaria dos gineceus infestos à Moral, perdição dos caixeiros de risca ao meio, e grandes absorventes de licor de Rosa e de Van Switen. Era, em suma, a alcova atrapalhada de uma *touriste* que vai vagamundeando a sua vida escoteiramente, sem reparar se há estofos, estatuetas, bronzes e Sévres e pavilhão de ondulações cetinosas, com lampejos crus de metais esmaltados, no leito das reles estalagens onde pernoita.

Ele sentiu na antecâmara o fartum acidulado da baga alcoolizada dos vinhos crassos da Companhia: era o perfume de uma adegas do Roncão. Foi uma nuvem de maus presságios no azul da sua felicidade aquele cheiro.

Entravam a dialogar na temperatura madrigalesca do último romance de Arlincourt, quando ela mandou servir vinho do Porto de oito tostões com pastéis de Santa Clara e *queques* da Palaia. O hóspede sacrificou-se cortesmente a algumas libações, pequenos goles intercalados de perguntas e respostas, deixando o cálice opalino em meio. Ela, entretanto, numa exaltação teatral, defendia a tese do adultério, com reminiscências peroradas da *Létia* de George Sand; e, como inconscientemente, na abstracção entusiasta dos largos gestos, ia engatando uns cálices nos outros, em rápida viagem para a região do Falstaff e da Maria Parda de Gil Vicente. Parecia mesmo uma atriz francesa *des Variétés*, com uma forte diátese de bambochata, que viesse de cear no Café Tortoni com champanhe *frappé*, na roda reinadia de Roger de Bauvoir e Roqueplan. Carlos, quando a viu em afinação mais que suspeita, sentiu borbulhar-lhe o pranto da ingenuidade; porque ela, carminada pela ebulição do sangue, esbandalhada, e escandecida pelo que havia sincero e lógico na sua declamação, relampejava uns clarões eléctricos que pegariam fogo em carne menos combustível que a do artilheiro: porém, a ele, faziam-no chorar as lágrimas entranhadas que os olhos têm pejo de mostrar, e, represadas na alma, chegam a cegá-la como um colírio de ácido sulfúrico concentrado. Figura-se-me que estou a escrever isto em 1844! Que imagens! que botica!

E a dama, numa absorção de visitada pelo *ecce Deus*, com o íris aceso e a pupila retraída pela atropina da Companhia, não despegava do fio das ideias, torrencialmente. Trejeitos esquisitos e sacudidos da escola melodramática de Émile Doux. Fazia vibrações glóticas, cavas, guturais de quem recita trenos. Arredondava frases repolhudas, pomposas, de dramalhão, respigadas nos *Dois Renegados* e no *Cativo de Fez*. Por baixo do vinho já estava o absintio do ódio ao pai que a violentara a casar-se; mas a losna não lhe calcinava os nervos sem a combustão inflamatória dos extrafinos, muito secos, do Alto Douro.

Acidulada sob a influência das suas virginais reminiscências de menina e moça, eterizava-se. Ora, é regra corrente que o álcool, submetido aos ácidos, transforma-se em éter. Insignes farmacêuticos o asseveram. Todas as comoções internas são química. Isto, que dantes se chamava alma, é uma retorta de cristal da Boémia em uns sujeitos, e de

barro de Estremoz em outros sujeitos. O grito das paixões que desfibram e matam é o estampido da retorta que rebenta. Agora, a diferença: se a retorta é de cristal, os estilhaços, embora embaciados de lágrimas, têm ainda rutilações que encantam a Arte. E, se a retorta é de barro, os cacos abeberados nas lágrimas repelem a vista porque parecem lodo. Edgard Poe, Alfred de Musset e Baudelaire, envenenados pelo álcool, são hóstias imoladas a um meio social responsável – são retortas de cristal feitas pedaços pela paixão. O Sena cospe às margens, cada mês, dezenas de suicidas que apenas têm vinte e quatro horas de nojosa exposição na Morgue. São os cacos da retorta de barro dissolvidos em lama.

Quanto a Glória, para ser uma consumada trágica na voz e no gesto, bastara-lhe uma regra que não se acha bastante inculcada nas prelecções do Conservatório Real das Artes cénicas, isto é carregar-lhe no copo.

*

Acerca deste elixir vitalizador das citadas Artes cénicas – necessidade fisiológica (o copo, entenda-se, e não as *Artes*) do sangue lusitano de origem celtibera – não sei quais sejam as cogitações actuais do meu Luís Augusto Palmeirim, egrégio director do Conservatório Real,

Cumpra-lhe; todavia, estar precavido contra as anemias e opilações (opilações, no sentido casto de *cloroses*) daquele aviário de rouxinóis e outros pássaros que regorjeiam em perpétuo Abril, estofando os seus ninhos com o pólen das flores. – *Pólen das Flores*, notem a figura que é rara nestes tempos hostis à retórica. Ora pois. Que aquele seminário das Artes cénicas borborinhe sonoro de interjeições tremiculosas como calefrios, arranques trágicos, morbidez de bemóis e sustenidos; e que, depois de um purgatório de rabecas e pianos, – suplício indispensável – rutilem, ao diante, pelas trapeiras das águas-furtadas do Bairro Alto as constelações sidéreas das Saras, das Nilson, das Patti, dos Rubeinstein, neste país de *Manuel Mendes Enxúndia*, da *Cana-verde*, do *Passarinho trigueiro* e do *Fado choradinho*. Notem que o dr. Letourneau escreve que uma ponta de vinolência é a poesia da digestão;¹⁵ e também afirma que onde quer que se usa a bebedeira, existe uma literatura bacante (pág. 45). A regra em Portugal falha praticamente. Temos a bebedeira sem a literatura, talvez por falta de editores pouco sérios.

*

D. Glória, não obstante, seria ridícula hoje em dia que a ciência glacial esfriou a admiração pelas mulheres de talento menos metódico, desvairado por exorbitâncias vadias.

Naquele tempo as senhoras que recendiam essências de Macáçar, e tinham sido iniciadas nas assembleias pelos parlapatões da Restauração, eram assim. Reinavam os *parvenus*, uns devassos broncos, algum tanto desbastados pelo esmeril da emigração, ou saídos das cadeias com uma grande fome de mundo, de diabo e de carne, os três amigos figadais do corpo, como explica metafisicamente a *Cartilha da doutrina* para uso dos colégios de meninas. Eles tinham as fossas nasais virgens do nitro das granadas do Porto; mas eram destemidos fundibulários de patacos rejeitados à sege do sacrificado duque de Bragança que lhes dera pátria sem os inconvenientes da força, e dilacerara o coração nos sobressaltos das batalhas. Eram os bagageiros do espólio opimo com todos

¹⁵ *La Sociologie*, pág. 44. Paris, 1830.

os caracteres étnicos da ciganagem portuguesa. Compravam conventos com títulos azuis e rebatiam a 17% os arriscados a sacratíssimos empréstimos aos *Regeneradores* de 20 e aos *pallikares* empenchados da *Belfastada*.

Os *parvenus* inculcavam como norma da perfeição feminil a *Corina* de madama de Staël, a mesma dama em pessoa a fazer aos psicólogos filosofias, e coisas mais práticas a Benjamin Constante, como a Récamier ao velho lúbrico que fazia, da sua parte, o *Génio do Cristianismo*. Todas e todos muito devassos e eloquentes, boas e bons para começarem os seus romancinhos ao fogão e concluí-los nas alcovas. Foi este o ideal da mulher que os emigrados trouxeram dos *boulevards* e dos hotéis *garnis* a 2 fr. e 50 cênt., com uma demão do verniz de Mabilie.

Lia-se então copiosamente a obra emocional de Paulo de Kock; e os hierofantas do reino restaurado folheavam com mão diurna e nocturna a *República* de Platão, onde o grande legislador, em pleno luxo de policiamento helénico, preceituava que as mulheres passassem de mão em mão. (Livro V). Esfervilhavam por isso as Xantipas com que os Sócrates altrustas obsequiavam os Alcibíades, e floresciam as Márcias que os virtuosos maridos Catões emprestavam aos Hortênsios. Assim como nas lojas maçónicas muitos dos triunfadores de 34 – um grupo saído da barbaria da Idade Média – se chamavam *Catões* e *Sócrates*, por igual teor, no santuário da família, usavam os mesmos hábitos greco-romanos. Foi por isso que, em 37, o apocalíptico autor da *Voz do Profeta* denominou Lisboa uma *caverna de vícios e desenfreamentos*.

Uma francesa, amante vária de vários franceses, mad. Pauline de Flaugergues, dava o tom em Lisboa, por esse tempo, em versos e frescor de cútis polvilhada de bismuto. Rodeavam-na os areopagitas do plectro e da sintaxe, a mestrança da versegadura – Castilho, Garrett e os outros da constelação. Esta boémia trovista foi dada como tipo de mulher emancipada pelo talento. Teve ovações das liras primaciais. Damas da corte, criadas em novenas e lausperenes, atiraram as camáldulas às ortigas e pegaram de fazer muitos galicismos gramaticais e pessoais. Viveu-se uma rasgada bacanal à francesa, em que tomaram o seu quinhão *pro rata* as mulheres dos marqueses, as filhas dos algibebe e as esposas dos ex-almojarifes. É como foi. D. Glória era um fruto bichoso, sorvado, de árvore que não cevou a raiz em terreno alheio mal adubado. Era cedo ainda. Às portuguesas faltava-lhes o *savoir-vivre*, para se aguentarem corrompidas e elegantes. *Jam novus rerum nascitur ordo*. Isto hoje está melhor – está como deve ser. A mulher cai; mas sabe cair neste, palco; e não podia ser assim há quarenta anos. *Go ahead!*

O certo é que aquela dama foi a primeira paixão de Carlos – a primeira que é tão forte e pouco menos tola que a sétima e a vigésima nona.

*

Três meses volvidos, Ribeiro tinha perdido a alegria, o afecto ao trabalho, a convicção da sua imaculada probidade, e já lutava com as duras hostilidades da pobreza. Quanto a Glória, cada dia mais formosa, mais fascinadora e mais crapulosa. Ele chegou a pedir-lhe em joelhos e de mãos erguidas que se abstinésse de beber tão destemperadamente; e ela, no lúcido uso das suas faculdades dirigentes, respondeu que não podia, – que o embriagar-se era o seu suave e doce suicídio, porque queria morrer.

Carlos obtivera informações de Lisboa. O pai de Glória ainda vivia. Era um bom proprietário rural na comarca de Torres Vedras, tinha sido criado particular do sr. D. João VI, casara com uma retreta da sr^a D. Carlota Joaquina, e tinha o hábito de Cristo. O marido era mentecapto e velho. Perdera a razão com a queda do sr. D. Miguel e do seu almojarifado do Alfeite. Quanto a Bramão, um industrioso, vivia de apostas ao bilhar

no Marrare das 7 portas e era casado com uma pecadora acirrantemente, uma trigueira de bigode que se desferrava usurariamente das perfídias do marido, sendo pérfida para todos os amantes.

Meditava Carlos em comiserar o velho cavaleiro de Cristo, na esperança de regenerar a dignidade de Glória com a convivência do pai venerando e das irmãs honestas. O velho respondera a quem lhe pediu compaixão para a filha que a julgava morta, e morta devia estar para ele; mas que a não repulsaria do seu talher, porque a desgraçada tinha a seu favor como desculpa o haver casado constrangida.

Quando o tenente, triste por a deixar e alegre por salvá-la, lhe comunicou a resposta do pai, ela improperou-lhe a covardia de a não desenganar, se estava farto de aturá-la, e reprovou a missão caritativa de a reconciliar com a família, não tendo procuração para isso. Depois, trocaram-se palavras desabridas.

*

No dia seguinte, D. Glória deixou a casinha da rua da Soveia e foi para o Bom Jesus do Monte com um dos leões daquele tempo em que a cidade da Virgem parecia ser da Vénus Calipígia – uma leoneira da Hircânia, onde as epidermes roliças das donzelas de Cedofeita e as ostras da Águia de Ouro eram o pastio nocturno daqueles dragões, produto da concubinação do romântico burro de Buridan com a clássica burra de Balaão. Desta progénie, que herdara da mãe o dom da palavra, e do pai um amor menos indeciso às duas maquinas, evolucionou-se o *crevé*, o estoiradinho, um fenómeno embriológico, que encaracola *belezas* na testa exígua de microcéfalo, encalamistra o bigode, e tem do D. Juan de Marañá simplesmente a guitarra com que perverte famílias espanholas vigiadas pela polícia médica. De resto e *au fond*, os estoiradinhos são grupos de moléculas, agregações granulosas, saturadas de marisco, de cerveja barata da Baviera e nicotina, justificando a fórmula excêntrica e um tanto paradoxal de Bacon o *vúcuo de mistura com o sólido*. Protegidos pela lei geral do atomismo, agitam-se no turbilhão universal da matéria inconsciente: são «acazos da concorrência vital», como diria Darwin; mas não confundir *concorrência* com *selecção natural*; que a natureza é mais lógica e demorada nos seus transformismos. Pela rapidez com que do *ledo* pujante de 1840 se engendrou o *catita* escrofuloso de 1880, é claro que a *selecção* foi *artificial*, estabelecida, grande celeridade. A este respeito, os curiosos orientem-se em Topinard, L'ANTROPOLOGIE, *passim*. Cumpre notar que, no arranjo orgânico do estoiradinho, colaboram 65 elementos conhecidos, diz a Ciência. 65! que prodigalidade! A não ser a Ciência, quem diria que a Natureza para construir um cretino gastou cinco dúzias e meia de elementos – os mesmos que despendeu para fazer o mar, o espaço, o inundo sideral, os ciprestais balsâmicos do Líbano e os fedores humanos da Baixa; o Caneiro de Alcântara onde os micróbios fazem as suas regatas recreativamente, e o Amazonas, a banheira do sol, espraiando-se em escamas refulgentes; o Garrett que faiscava, como um cérebro de diamantes facetados, as *Viagens na minha terra*, e o cérebro do outro Garrett que supurava, como um tumor apostemado, as *Viagens a Leixões!* Com as últimas palavras da biologia é que a Ciência rejeita o dogma da alma, e nos convence de que o estoiradinho, pelo que respeita à porção cinzenta do cérebro, deixa de ser o rei da criação para retroceder, por atavismo e sem hipérbole, à família dos vibrídeos, um quase infusório, e pouco mais que proto-organismo, irresponsável pelos seus flagrantes delitos de brutalidade.

Em obséquio a estes irresponsáveis é que o bispo sr. D. António Aires de Gouveia tanto e valorosamente impugnou a pena de morte. Todavia, o seu vitorioso reptó à força, malogrado em Beccaria, em Lamartine e V. Hugo, seria socialmente mais completo, se

S. Ex^a também conseguisse que, em vez do *menu* pouco peitoral da estricnina municipalense, se servissem *côtelettes de veau sauté aux truffes* aos magros cães vadios, inofensivos na sua fome e na sua sede *Struggle for life*. Sei essa trivialidade erudita; mas a luta pela existência não autoriza que os vereadores sejam carrascos dos cães, enquanto o equilíbrio dos negócios públicos e o pagamento em dia dos 6 por cento das inscrições lhes permitir comerem o boi. Ora – digamo-lo de passagem – o boi era um deus entre os Egípcios, o divino Ápis, e entre nós é o manso e pingue holocausto de uma bestialidade carnívora; porque nós, os Europeus, comemos os deuses alheios em bifés, e os próprios em hóstias. Sacrífega pouca vergonha!

*

Voltando ao drama e às palpitações do leitor por um pouco suspensas, a estanqueira contou depois que, enquanto o tenente estava na matemática fazendo garatujas na lousa, um esbelto rapaz, todo de preto, com um cassetete, pantalonas à hussardo fazia tilintar as suas esporas amarelas no pavimento de D. Glória. Trabalhosa e frágil senhora!

*

Eu morava na rua Escura, no bairro mais pobre e lamacento do Porto, um beco fétido de coirama surrada, numa esquina que olha para a viela dos Pelames. Éramos dois os estudantes que ocupávamos o terceiro andar com uma retorcida varanda de pau, esmadrigada, num escalabro de incêndio, debruçada em ameaças sobre os transeuntes como a varanda de Dâmocles, muito mais perigosa que a lendária espada, cujo gume deve estar muito rombo e puído da esgrima dos eruditos em Dâmocles. No primeiro andar morava a proprietária, uma adela que nos cozinhava certas iguarias dignas de ser expostas ao cevo das aves de rapina no peitoril daquela varanda. Quanto a ratos, era uma sucursal de Montfaucon. O segundo andar tinha escritos desde muito, e não havia homem desesperado, cansado da vida, que ousasse tentar o suicídio naquelas ruínas minacíssimas. Quem procurava casa, olhava com terror, e seguia o seu caminho, como se ali morassem os leprosos de Xavier de Maistre.

Disse-me a patroa, uma noite, alegremente que tinha alugado o segundo andar por dezasseis tostões mensais a uma criatura, que lhe parecia mulher de pouco mais ou menos; e acrescentou com uma sensata indulgência: «Seja ela o diabo que for, o que eu quero é que me pague adiantado; senão, minha amiguinha, viela, viela!» e apontava para a rua com um gesto de braço e dedo perfurante como uma estocada.

Com efeito, a devoluta varanda do segundo andar, tão destroçada como a minha, aguardava uma Julieta adequada competentemente aos Romeus do terceiro.

A inquilina entrou e pagou.

Quando eu recolhia da química e subia ao meu terceiro andar fazendo gemer os degraus, olhei curiosamente para a saleta do segundo, e conheci a Glória da rua da Sovela. Estava muito acabada, olheiras fundas, os ângulos faciais descarnados, os beiços roxos, calcinados pela combustão dos licores. Na epiderme transparente já não lhe revia o rubor cetíneo do sangue colorante. Sobre as saliências malares, manchas rubras que poderiam ser de vermelhão ordinário ou da febre ética; os tegumentos pareciam emplastados por uma camada de velha cera amarelada. As cordoveias do pescoço, muito esbagachado, com umas saliências nodosas como cordão de S. Francisco.

Havia um ano que ela tinha deixado Carlos Ribeiro imerso numa grande

comiseração, dizia ele; mas eu sabia que era maior a saudade que o dó.

Procurei o meu amigo que havia concluído o curso e entrara na fileira. Estava fora do Porto em serviço. Melhor foi assim, porque a notícia que eu lhe levava poderia magoá-lo ou fazê-lo descer até ao vilipêndio de a visitar.

Ao fim de quinze dias, disse-me a patroa que a *Aurora* – nome de guerra que se dera D. Glória – uma noite por outra, recolhia consigo um engajado. Falava sempre com figuras decentinhas a minha patroa. «Engajado» era decente. Diziam então as senhoras nos bailes da Assembleia: «Já estou engajada para a terra polca».

Quanto à natureza dos engajados, disse-me que eram velhos. Conhecera o Raposeira, um de óculos, que tinha loja de batinas e galões para esquifes, na rua Chá; outro, era amanuense da câmara do bispo – ambos muito borrachões. E prometia pô-la no olho da rua, se ela continuasse a fazer-lhe troça, por noite velha, em cima da cabeça, dançando o Sarambeque.

O Sarambeque era da natureza bordelenga do *Hulalá*, um bailado dissoluto, priapesco das Ilhas Hawai. Eu nunca pude ver a assembeia da vizinha, nem o cavaleiro bestial ajoujado por tal dama às suas *soirées* dançantes. Quem quer que fosse, dava, no repicado sapateio da sua fúria endiabrada de selvagem de Ceilão, oscilações de terramoto ao prédio. Muitas vezes, receei que, *verbi gratia*, desabada aquela casa filial das orgias de Sardanapalo, eu fosse o cândido bode expiatório sacrificado no entulho da derrocada às iras dos deuses e da senhoria. Depois, noite alta, havia comedorias – um aziumado de azeite rancido e alhos, estrugidos eméticos, emanações sulfídricas daquelas almas latrinárias. Lamento, já agora, não ter então colhido notas para hoje me inculcar um Petrónio testemunhal e autêntico dessas ceias de Trimalcião com iscas de fígado e o rascante de Cabeceiras de Basto.

*

Um dia, de madrugada, acordou-me um grande berreiro nas escadas. O meu companheiro, o bom Machado de Carção, um médico que morreu há muitos anos, foi examinar de perto a desordem, e contou-me que um velhote apoplético, com ares de jarreta provinciano, estava gritando que Aurora lhe roubara vinte e cinco pintos da algibeira do colete, depois de o ter embebedado com genebra.

O roubado saíra em berros para a rua, e os calcetas, que trabalhavam no lajedo arrastando os grilhões, assobiaram-no. Aurora dava gritos de inocente contra a calúnia, e a proprietária intimava-lhe ordem de despejo imediato. Dai a pouco, a ladra era presa pelo cabo de polícia, conduzida à regedoria e de lá para o Aljube.

Fui para a química do egresso e encontrei o tenente Ribeiro. Conteí-lhe o caso que ele me ouviu com os olhos marejados. Depois, pediu-me que cometesse o delito infando da vigésima quarta falta na aula, e o ajudasse a salvar, se possível fosse, aquela enorme desgraçada, visto que ele não queria figurar pessoalmente. Mandou-me ao regedor; que soubesse onde estava o roubado, e lhe restituísse os 12\$000 réis para ele não ser parte à presa. Que lhe referisse eu a sinistra vida de Glória para que ele, compadecido, a não mandasse ao tribunal. E que, depois, fosse eu ao Aljube, e lhe dissesse que, se ela embarcasse no primeiro vapor para Lisboa a procurar o amparo de seu pai, havia quem lhe pagasse as despesas.

Fui ao Aljube às 3 da tarde. Lá dentro era noite. Glória estava enovelada a dormir sobre uma enxerga a um canto. Ela tinha saído, quinze dias antes, de uma enfermaria do hospital de Santo António, quando a sua vizinha, mais feliz, era levada, ainda morna, numa padiola para o teatro anatómico. A devassidão emparceirada com a morte mandaram aquele esquálido presente ao escalpelo da ciência. Ah! quantas curvas de

musculatura roídas pelo hidrargírio eu retalhei para hoje poder, como testemunha de vista, jurar que o coração é um músculo oco!

No soalho em que dormia Glória, parecia que tinha chuviscado lama. A enxerga era de uma presa, cujo cão de água, gordo e muito sujo, dormia aconchegado dos quadris da outra. A dona do cão tinha uma cara cheia de enigmas, acidentada de periósteos cariados, esfoliados, com barbas. Seria uma riqueza craniológica para um Haeckel ou Topinard; mas para mim era simplesmente uma asneira paradoxal em anatomia comparada. Nunca me esqueceu. Lembra-me sempre da figura indelével daquela mulher, quando nego a blasfema hipótese do Deus de Moisés e do sr. padre Grainha, um Deus que fez à sua imagem e semelhança e – o que mais é – à sua custa, um tipo humano com o perfil divino daquele feitio. Contou-me que estava ali por ter dado uns tabefes numa regatona de castanhas cozidas que lhe deitava O raio do olho ao marido, o João do Corgo, um calceta que andava a cumprir sentença de toda a vida, inocente, por ter ajudado a matar um padre. Inocente! Como ela qualificava a iniquidade da justiça social com seu marido que matara em colaboração um levita! Queria talvez que o premiassem como quem mata um lobo.

Com referência à sua companheira, também a julgava inocentíssima. Contou-me que se enchera de aguardente até cair; e logo à entrada protestara que se havia de enforcar nas grades. Acrescentou, numa irritação de quem tem sofrido injustiças exulcerantes, que a pobre da criatura não roubara nada; que todo o dinheiro que tinha eram seis vinténs em prata que comprara de aguardente.

Entretanto, Glória ressonava.

Era um bonito exemplar de um cancro roído pelos micróbios de fora, de parçaria com os microzimas de dentro – herança do Paraíso. Isso que ali tresandava era um dos abcessos estercorais que genealógicamente nos vieram do ventre primordial de Eva, nossa matriarca. De lá nos deriva – divina Iniquidade! – esta sifilização das almas, transmissível e incurável a despeito dos vários *Robs* depurantes, *brevet d'invention*, das farmácias do Vaticano.

Enquanto ela dormia, fui a minha casa que pegava com o Aljube pelas traseiras, e rebusquei no estafado - colchão de Glória os vinte e cinco pintos, visto que ela os não tinha em si. Lá estavam numa bolsa de camurça. Fui com o dinheiro à regedoria, onde compus o meu primeiro e inédito romance oral, nada auspicioso, contando à autoridade inflexa que a presa estava inocente, porque o queixoso, antes de se embriagar, escondera o dinheiro no colchão, e não sabia depois onde o metera. O meu romance foi pateado, pelo sorriso do regedor, como inverosímil – desastre que depois me tem sucedido com outros muitos romances, inspirados por intuítos menos louváveis e mais verosímeis. Eu quisera salvar Glória da imputação de ladra. Em todo o caso, o funcionário, lavrado um auto que assinei como apresentante do roubo., embolsou o velho devasso, um negociante de fruta da Penajóia, que me queria dar um pinto de alvíssaras, o qual eu rejeitei com um pudor anacrónico, arcadiano.

Eu que descera das penedias transmontanas, perfumadas das essências das matas altas, vestidas do rosicler das auroras, da púrpura vespertina dos crepúsculos, de moitas de rosmaninhos, e resvalara à sarjeta da rua Escura, fui como um arcaico *Tesouro de Meninos*, caído no enxurdeiro e focinhado por aquele cerdo da Penajóia; ou, melhor comparado, era o nenúfar solitário, a impoluta ninfa do pântano português de 1845.

Quando voltei ao Aljube estava ela muito atordoada, numa bestificação, a queixar-se de fome, porque não comia desde a véspera, e o álcool causticava-lhe as mucosas. Fui à estalagem da rua de S. Sebastião, ali ao pé, e mandei-lhe o jantar. Comeu pouco e não quis vinho. Pediu genebra que lhe não dei. Ao anoitecer, chegou um quadrilheiro com a ordem da soltura. Acompanhei-a ao seu segundo andar. Ela olhava muito

pasmada para o colchão que ainda tinha parte dos intestinos de retraço de palha moída por fora da abertura; mas - não fez alguma reflexão em voz alta. Propus-lhe a saída para Lisboa no dia seguinte, com os meios que o meu amigo lhe liberalizava. Falei-lhe no perdão do pai, na sua regeneração – fui tocante; e ela, com uma indolência idiota, e um escancarar de boca:

– Tanto se me dá como se me deu.

A mulher que, um ano antes, citava Lamartine, Vitor Hugo e Sand estava assim estilista: Tanto se me dá como se me deu!

*

Como aquela senhora se despenhou vertiginosamente até cair no fojo imundo de uma devassidão bestialmente suja é fenómeno que só espanta quem não sabe lógica, nem conheceu um exemplo. E quem não conhece três exemplos que o dispensem de encadear os elos da lógica?

Eis-me na retórica!

Eu não ignoro que esta espécie de autópsia em cadáver estampilhado com a infâmia que não discutem pessoas que se prezam, é um arcaísmo, uma subjectividade obsoleta. A escola naturalista estabelece que a compreensão pública está por tanta maneira salitrada destas podridões que não carece da catequese psicológica para perceber o desabamento.

Pois se entendem como foi que aquele corpo tábido de D. Glória chegou assim enxurro ao ergástulo das ladras, queiram desculpar esse pedaço de estilo quartenário, que aí fica para admiração dos arqueólogos, como se fosse um crânio dos *Paraderos* da Patagónia.

Consintam, porém, que eu me imagino, em 4845, na rua Escura, a interrogar o segredo da miséria humana, DEUS, o *Motor Imóvel*, assim chamado por Aristóteles. Como caiu na esterqueira do aljube das ladras aquela pasta de estrume, o farrapo roxo das escáreas de uma úlcera cancerada que, uma só vez, Jesus, com os seus olhos abrasadores de fogo divino, pudera cauterizar no peito da meretriz de Magdala? Para resgatar uma judia formosa e dissoluta das presas aveludadas da lascívia oriental, foi preciso um ente ultra-humano; e, para esse bom êxito, fez-se mister que o Deus – mais conhecido entre as famílias pelo *Padre Eterno* – baixasse da sua metafísica imaterial ao antropóide, incorporando-se num gentil nazareno; aliás, talvez não fizesse nada – palpita-me. Um Deus estreme, categoria ideal incompreensível, sem mescla de homem, com uma organização desconhecida aos biólogos, não vingaria, com todo o seu *mise en scène* de trovões e relâmpagos, infiltrar contrição no peito daquela mundana, calafetado pelos beijos dos tetrarcas, dos pretores e dos opulentos chatins da Assíria. É bem notório que os feios cornudos diabos do vício, dispersos no ambiente, muito familiares com os costumes de planetas, cometas, meteoros, etc., e *blasés* em trovoadas, não largam as suas vítimas, ainda que a faísca eléctrica de um corisco lhes queime aquela parte do cavalo morto a que o anexim português deita a cevada. O diabo tem a enorme força que Deus lhe deu sobre a nossa fragilidade. Nós somos a pluminha volátil da pomba redemoinhando vertiginosamente nas convulsões de uma tromba terrestre. Fez-se, portanto, mister a humanidade gentilíssima de Jesus, adorável na sua vida casta e na sua indulgente misericórdia com as pecadoras, para reduzir aquela à honestidade. Ele tinha escrito com o dedo na poeira da praça a sentença absolutória duma adúltera. Além disso, o valoroso Galileu atagantara com umas disciplinas de esparto as costas da quase sempre respeitável classe comercial, que armara vitrinas de modas e confecções no

templo. Seria ali que provavelmente a espaventosa Madalena, com grandes usuras, e talvez a giz, ou à custa de meiguices fraudulentas, comprara as suas pompas – a escarlata pérsica dos seus mantos roçagantes, as meadas de pérolas de que enastrava as suas tranças loiras, e as essências aromáticas com que ungira, a despeito de Judas, os pés do mavioso acariciador das crianças inocentes, e juiz compadecido das filhas de Jerusalém iscadas da corrupção romana.

Creio na conversão de Maria Madalena; porém a de santa Maria Egipcíaca e das três santas Margaridas, uma de Cortona, outra do *Fausto*, e a terceira de apelido *Gauthier*, essas são falácias de agiólogos e dramaturgos.

*

A filha do Cavaleiro de Cristo, esposa do ex-almoxarife, foi para Lisboa, decentemente trajada, em beliche de 1ª classe. Carlos Ribeiro hipotecara talvez o seu soldo de seis meses. Se me dessem a escolher, eu preferiria ter praticado este acto a ter feito a descoberta do *Anthropopithecus Ribeiroii*.

*

Em 1845, ao deixar o Porto e a química para ir jurar bandeiras na boémia de Coimbra, despedi-me de Carlos Ribeiro e nunca mais o vi. Trinta e sete anos de separação absoluta como exórdio da eternidade!

Pois que as nossas pesquisas paleontológicas eram em mundos diversos, nunca mais nos encontramos. Olhávamos as cumeadas de montanhas em horizontes opostos: ele – para o cume da Ciência, a desvendar os segredos do génesis; eu – para a Arte, a subjectividade estéril. O arqueólogo, pelo pregão dos mestres europeus, assumiu a eminência; depois, morreu; mas está na posse da imortalidade. Bem boa coisa. Enquanto eu, graças à magnânima concessão dos meus patrícios letrados, estive toda a vida, ao sopé da montanha alcantilada, a descrever coisas feitas pessoas por essas terras quentes dos Brasis, onde há fermentações, e avatar e os transformismos darwinistas como em nenhuma outra fauna.

A este rude caboucar de um terço de século, devo eu – ó celestiais bebedeiras de glória! – a exaltação atordoante de me ver, aqui há dias, conceituado em certa gazeta da capital como *romancista conhecido*. Li-o em letra redonda e resisti à apoplexia do júbilo. «Romancista» *tout court* era já uma apoteose hiperbólica; porém, de mais a mais «conhecido», isso transcende os êxtases de uma idolatria católica, que me coloca na jerarquia literata de S. Cipriano, de Santo Atanásio é de outros Santos Padres romancistas mistagogos maiores da marca. Mas, visto que assim o querem, este culto pagão muito me penhora. Pois bem! Quando um plumitivo arrojado, sovando aos pés os conspiradores do silêncio, trepa até não ser de todo desconhecido no Chiado – 5ª essência de Babilónia com perfumes de Marrocos – esse petulante génio não transporá as fronteiras da modéstia, se almejar as doidas delicias de ouvir, um belo dia, nomear a sua pessoa conhecida no não menos conhecido Poço do Borratém.

Pois é verdade: eu, como romancista, descobri mais antropóides do que ele como geólogo. Mas faz pena que eu não procurasse ensejo de pedir aos setenta anos do general as recordações do tenente,

Quanto a Glória que, por uma inconsciente zombaria de si mesma, ao atufar-se na noite caliginosa da miséria e da infâmia anónima, se chamara *Aurora*, se isto fosse um romance, pode ser que eu, nesta idade propecta, ainda tivesse explosões de fantasia rara para fazê-la morrer, de alcoolismo, no catre do hospital, para onde a levaram

esfrangalhada, mordida pelos cães vadios, apupada pelos gaiatos, sovada pelos pontapés da guarda-municipal, espumando gromos de sangue nos últimos vômitos da aguardente.

Mas eu não sei como nem quando ela morreu; nem sei se é viva e se está na quinta dos seus avoengos restaurando com capilés e água de Lurdes o estômago e os erros da sua mocidade.

*

Este episódio da mocidade do douto general, se eu o contasse há trinta anos, teria os recortes, os matizes e filigranas idealistas da poesia que ainda nessa época de transição enfeitava as suas dissecções nauseabundas das paixões animais. Todo analista da vida e da morte vestia umas luvas brancas quando expunha sobre a sua banca de trabalho uma peça anatômica, um coração para descoser, e saía com as luvas sem nódoa. Era isso um grande mal. O romantismo poético inflorava as putrefacções com cores e subtilezas tais de pétalas e aromas que, em vez da repulsão pelo podre, punha nas cabeças azoadas as vertigens dos abismos. Essa perversa missão da Poesia sofreu o extermínio de todos os flagelos que estão ao alcance desinfectante e higiénico da Ciência. Pouquíssimos e esporádicos são já os poetas no termo genuíno de «deturpadores da realidade. Os que ainda rimam, deteriorando a verdade experimental com embustes metafísicos são uns atavismos que fazem lembrar, na sociedade actual, as aberrações genésicas que remontam o homem à torpeza selvagem da Austrália e à civilização refinada da Roma de Juvenal, e da Grécia de Anacreonte. Essa chaga insanável da besta humana esvurmará. sempre a sua peçonha já em brochuras, já nas partes da polícia por ultrajes à veneranda Moral – uma velhinha tão trôpega que, assim que lho embarram, cai no asfalto, e entra a gritar pelo hábil Antunes e por outros hábeis que não ganhariam a sua vida oficialmente gloriosa, se a Moral fosse mais acatada e menos atacada. O leitor, se é uma espécie de hábil Antunes da vernaculidade, seja indulgente com este jogo de vocábulos que também é um ataque desmoralizado à língua.

Quanto ao poeta científico, genial, racionalista, concluída que seja a sua obra de sapa e a última batalha dada aos deuses, esse tem de desaparecer como inútil, e ridículo como um arcaísmo. Ainda ontem, na França, Eugéne Véron, no seu livro de ESTÉTICA, escreveu que *tout le monde, saul les idiots, est poéte*. A condicional *saul*, poderia excluir muitos poetas nossos conhecidos; mas Véron inverteu paralogicamente a excepção em regra. Ele, se fosse um digno intérprete da Ciência implacável, deveria ter escrito: *Ninguém é poeta, excepto os idiotas*.

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2001

<http://www.ipn.pt/literatura>
